



Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e
Caribe (TerritoriAL)

ROSEANE OLIVEIRA RIOS

O PROJETO EDUCATIVO DA FUNDAÇÃO ODEBRECHT: UM ESTUDO SOBRE
SEUS FUNDAMENTOS

SÃO PAULO

2016

ROSEANE OLIVEIRA RIOS

O PROJETO EDUCATIVO DA FUNDAÇÃO ODEBRECHT: UM ESTUDO SOBRE
SEUS FUNDAMENTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa Educação, Saúde e Cultura”.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Nalva Rodrigues Araujo Bogo.

SÃO PAULO

2016

Rios, Roseane Oliveira.

R586 O projeto educacional da Fundação Odebrecht : um estudo sobre seus fundamentos / Roseane Oliveira Rios. – São Paulo, 2016.

120 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Maria Nalva Rodrigues Araujo Bogo .

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

Bibliografia

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Fundação Odebrecht. 4. Educação do campo. I. Título.

CDD 379.173

ROSEANE OLIVEIRA RIOS

O PROJETO EDUCATIVO DA FUNDAÇÃO ODEBRECHT: UM ESTUDO SOBRE
SEUS FUNDAMENTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa Educação, Saúde e Cultura”.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Nalva Rodrigues Araujo Bogo.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Nalva Rodrigues Araujo Bogo (Universidade Estadual da Bahia)

Prof^a. Dr^a Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof^a. Dr^a. Celi Nelza Zulke Taffarel (Universidade Federal da Bahia)

SÃO PAULO

2016

Aos educadores e educadoras do povo.

A todos que dedicam suas vidas à luta pela emancipação humana, realizando batalhas diárias na perspectiva de construção de um novo amanhecer.

AGRADECIMENTOS

À minha família, sem a qual não teria conseguido ir adiante.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que, diariamente, me ensinam que só a luta faz valer. Agradeço também ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que através do programa Residência Agrária contribuiu na construção do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, fruto da parceria entre UNESP/ENFF/IPPRI/VIA CAMPESINA.

Aos educadores das escolas dos assentamentos e acampamentos da Regional Baixo Sul, que me deram inestimável apoio; a todos com os quais pude, também, contar com sua compreensão durante minhas ausências.

À minha orientadora Maria Nalva Rodrigues Araújo Bogo, ao professor João Márcio Mendes Pereira e à professora Silvia Letícia Fernandes, que contribuíram para o avanço do trabalho com importantes reflexões teórico-metodológicas.

Aos companheiros e companheiras de turma de quem levo lições importantes para toda minha vida e com os quais compartilhei muitos momentos de alegria.

RESUMO

A educação pública passa a ter um papel estratégico no desenvolvimento de uma pedagogia da hegemonia. Esta pesquisa, então, tem como objeto de estudo o projeto educacional da Fundação Odebrecht e sua implementação na Bahia, em uma região específica, identificada como Baixo Sul da Bahia. Fundamenta-se em autores como Frigotto (1977 e 1983), Rodrigues (1998), Bryan (1983) e Bitencourt (1991), que estudaram a atuação do empresariado na educação; também Calazans (1993) e Leite (1999), no tocante a estudos da educação rural; Garcia (2009), Campos (2009), Tautz (2010), nos estudos sobre as transnacionais e o financiamento público; e Neves (2008) e Martins (2007) sobre a sociabilidade burguesa. Para a apreensão dos resultados desejados, foram analisados como fontes principais os projetos das escolas tomadas como fonte de investigação. Para dar maior consistência à análise, contribuíram como fontes secundárias informações contidas em folders, cartilhas, vídeos e fotografias, conseguidos em campo, nas duas escolas. Além disso, sites das duas escolas foram, igualmente, fontes de consulta. As categorias de análise eleitas foram educação e formação humana, educação e trabalho, concepção de campo e gestão. Os resultados da pesquisa evidenciaram que, desde a década de 1940, a empresa em tela se instalou na região para desenvolver seus negócios e, a partir de 2003, centrou suas forças em projetos educacionais para atender, principalmente, ao público de jovens e adolescentes do campo. Tal projeto educacional, no entanto, apesar da denominação Educação do Campo, apresenta, em seu bojo, os objetivos do empresariado para formação da classe trabalhadora brasileira, ação que começa a ser gestada também na década de 40; a isso, mescla elementos de continuidade da educação rural enquanto pacote de medidas educacionais para o campo brasileiro.

Palavras-chave: Educação empresarial. Hegemonia. Fundação Odebrecht.

ABSTRACT

In this sense public education takes on a strategic role in developing a pedagogy of hegemony. This research is the object of study educational project of the Fundação Odebrecht and its implementation in Bahia in a specific region called Southern Bahia. Justifying in authors like Frigotto (1977 and 1983), Rodrigues (1998) Bryan (1983), Bitencourt (1991) who studied the role of entrepreneurship in education; Calazans (1993), Leite (1999) for studies of rural education; Garcia (2009), Campos (2009), Tautz (2010) in studies of transnational corporations and public funding and Nenes (2008) and Martins (2007) on the bourgeoisie. For depression sociability find the results were analyzed as sources main projects of the in two schools. To give greater consistency to the analysis utilized as secondary sources information contained in brochures, booklets, videos and photos obtained from field visit at two schools. In addition, sites of the two schools were also reference sources. Elected analysis category was education and human development, education and work, field design and management. The results of this research showed that since the 1940s screen in the company settled in the region to develop their business and, since 2003, focused its strengths in educational projects to cater mainly to the audience of young and adolescent field. Such educational project, however, despite the name field Camp Education, brings in its wake the goals of the business for formation of the Brazilian working class begins to be gestated in the 1940s, bringing together elements of continuity of rural education as a package of educational measures to the Brazilian countryside.

Keywords: Business education. Hegemony. Fundação Odebrecht.

RESUMEN

La educación pública pasa a tener un papel estratégico en el desarrollo de una pedagogía de la hegemonía. Esta investigación, a su vez, tiene como objetivo de estudio el proyecto educacional de la Fundação Odebrecht y su implementación en el estado de Bahía, en una región específica, identificada como Baixo Sul da Bahía. Está fundamentada en autores como Frigotto (1977 y 1983), Rodrigues (1988), Bryan (1983) y Bittencourt (1991), quienes han estudiado la actuación del empresariado en la educación; también Calazans (1993) y Leite (1999) en lo que se refiere a los estudios de la educación rural; Garcia (2009), Campos (2009), Tautz (2010), en los estudios sobre las transnacionales y la financiación pública; y Neves (2008) e Martins (2007) sobre la sociabilidad burguesa. Para comprender los resultados deseados se han analizado como fuentes principales los proyectos de las escuelas tomadas como fuente de investigación. Para darle una mayor consistencia al análisis, fuentes secundarias como informaciones contenidas en folletos, cartillas, videos y fotografías, adquiridos en el campo, en las dos escuelas, han contribuido con el trabajo. Además de eso, páginas web de las dos escuelas han sido, igualmente, fuentes de consulta. Las categorías de análisis elegidas han sido educación y formación humana, educación y trabajo, concepción de campo y gestión. Los resultados de la investigación que, desde la década de 1940, la empresa en tela se instaló en la región para desarrollar sus negocios y, a partir de 2003, centró su fuerza en proyectos educacionales para atender, principalmente, al público de jóvenes y adolescentes del campo. Tal proyecto educacional, sin embargo, pesa a la denominación Educación del Campo, presenta, en su esencia, los objetivos del empresariado para la formación de la clase trabajadora brasileña, acción que empieza a formarse también en la década de 40. A todo ello se mezclan elementos de continuidad de la educación rural como *paquete* de medidas educacionales para el campo brasileño.

Palabras clave: educación empresarial, hegemonía, Fundação Odebrecht.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Escolas de Ensino Médio do município de Igrapiúna.....	68
Figura 1 – Vista panorâmica da Casa Familiar.....	70
Figura 2 – Vista panorâmica da Casa Familiar.....	70
Figura 3 – Quadra de esportes.....	71
Figura 4 – Veículo da Casa Familiar.....	71
Figura 5 – Placa onde está registrados os parceiros sociais da escola.....	77
Figura 6 – Vista Panorâmica do Colégio Casa Jovem II – Igrapiúna/BA.....	82
Figura 7 – Biblioteca e Infocentro da Casa Jovem II, Igrapiúna/BA	82
Figura 8 – Placa de Inauguração do ACISO.....	88
Figura 9 – Placa de Inauguração da Indústria do conhecimento.....	89
Quadro 2 – Comparativo das categorias estudadas.....	102
Quadro 3 – Montante de recursos públicos recebidos por meio de projetos e programas.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMUBS	Associação dos Municípios do Baixo Sul
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CECJ II	Colégio Estadual Casa Jovem II
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CBAR	Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
CFR-I	Casa Familiar Rural de Igrapiúna
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
COOPALM	Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia
COOPATAN	Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves
COOPECON	Cooperativa de Águas Continentais
COOPRAP	Cooperativa das Produtoras e Produtores Rurais da Apa do Pratigi
DIS	Desenvolvimento Integrado e Sustentável
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMITEC	Ensino Médio por Intermediação Tecnológica
FAEB	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
FRVJ	Fazenda Reunidas Vale do Juliana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDC	Instituto Desenvolvimento e Cidadania
IDES	Instituto de Desenvolvimento do Baixo Sul da Bahia.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OCT	Organização de Conservação de Terras
ORT	Organização Racional do Trabalho
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAIS	Programa de Agricultura Integrada e Sustentável
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDCIS	Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com

Sustentabilidade

SAICI	Sociedade Anônima de Indústria e Comércio de Ituberá
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESI	Serviço Social da Indústria
TEO	Tecnologia Empresarial Odebrecht
TESE	Tecnologia Empresarial social Educacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A EDUCAÇÃO EMPRESARIAL NO BRASIL.....	26
2.1	A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e formação da força de trabalho.....	27
2.2	O empresariado e a educação rural.....	36
2.3	O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) atuação do sistema S na escola pública do campo.....	41
3	FUNDAÇÃO ODEBRECHT: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PDCIS.....	46
3.1	Histórico da Odebrecht: desenvolvimento para que e para quem?.....	46
3.2	Baixo Sul da Bahia uma história de exploração.....	53
3.3	O Programa de Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS) e seus aparelhos privados de hegemonia.....	59
4	A CASA FAMILIAR RURAL DE IGRAPIÚNA E O COLÉGIO ESTADUAL CASA JOVEM II – ORIENTAÇÕES DA TECNOLOGIA EMPRESARIAL ODEBRECHT PARA A EDUCAÇÃO.....	66
4.1	Descrição do local e contexto educacional onde se localizam as duas escolas.....	67
4.2	A Casa Familiar Rural de Igrapiúna – CFR – I.....	68
4.2.1	Ingresso / Público atendido	71
4.2.2	Concepção de educação e formação	72
4.2.3	Concepção de educação e trabalho	75
3.2.4	Concepção de Gestão	77
3.2.5	Concepção de Campo	78
4.3	Colégio Estadual Casa Jovem (CECJ II): uma trágica experiência de parceria público-privada	80
4.3.1	Ingresso / Público atendido	81
4.3.2	Financiamento / Parcerias	83
4.3.3	Concepção de educação e formação humana	83

SUMÁRIO

4.3.4	Relação Educação e trabalho	89
4.3.5	Concepção de Gestão	96
4.3.6	Concepção de Campo	100
4.4	Fundamentos da Educação empresarial	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
6	REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

Para a apresentação dos dados desta pesquisa, é explicitado o ponto de partida e o contexto sob o qual se originou o objeto do estudo. Dessa forma, a introdução ora desenvolvida contém um breve relato de minha atuação enquanto militante de uma organização social e, também, como pesquisadora da Educação do Campo. O trabalho segue, portanto, evidenciando a concepção metodológica e os passos trilhados para análise e sistematização dos dados recolhidos, organizando a investigação em sessões.

Ter acesso a um projeto de Educação do Campo gestado no seio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1999, após uma visita à Escola Che Guevara, no Assentamento 05 de Maio, município de Santo Amaro da Purificação/BA foi uma experiência marcante na minha trajetória enquanto militante, pois foi, a partir de então, que tive a possibilidade de um retorno às minhas raízes. Filha de camponês que necessitou sair do campo para poder ir à escola, me foi possível conhecer a forma como os trabalhadores rurais atuavam para conquistar a terra e como se organizavam para ter, ali, condições dignas de sobrevivência.

A partir desse momento, surgiu o interesse pela causa dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pelo estudo em torno da Pedagogia do MST. Então, essencialmente, a leitura de três obras marcaram minha formação: “Educação em Movimento”, de Rosely Caldart; “Educação e Movimentos Sociais”, de Maria da Glória Gohn; e “Uma Escola para o Povo”, de Maria Teresa Nidelcoff. A descoberta da viabilidade de construção de uma educação não apenas contestando o sistema oficial de ensino, mas, antes, que permitisse construir, na dura realidade daqueles, outra forma de fazer educação, levou-me, assim, a tomar a decisão de atuar pela educação e, também, ingressar na causa pela terra junto ao MST.

No final de 1999, ingressei na monitoria do programa de Alfabetização de Jovens e Adultos do Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos, em áreas de Reforma Agrária/PRONERA¹, o que me proporcionou uma

¹ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é um programa do Governo Federal lançado em abril de 1998. Seu objetivo é implementar ações educativas para

aproximação maior com o MST e, especificamente, com o Setor de Educação. Por meio do PRONERA, pude perceber o quanto o direito à educação foi negado aos povos do campo e como estes, com sua resistência, conseguiram ocupar o espaço da universidade que, historicamente, foi reservado à classe burguesa.

Em 2002, ao concluir o Curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tomei, pois, a decisão de ingressar no MST, atuando no Setor de Educação, indo morar no Assentamento São Sebastião de Utinga, município de Wagner/BA na Chapada Diamantina. Em seguida, fui morar no Assentamento Moçambique em Itaetê/BA, onde atuei no Setor de Gênero e lecionei em uma turma de alfabetização de jovens e adultos; foi, sem dúvida, uma experiência marcante, visto que estava, cada dia mais convencida de que valia a pena agir pela transformação social.

Nesse período, também tinha outras tarefas como monitoria do Curso de Pedagogia da Terra e Letras da Terra, uma parceria entre PRONERA/UNEB/Campus de Teixeira de Freitas/BA e coordenação da II Turma de Magistério, também pelo PRONERA. Todos esses cursos foram realizados no Assentamento 1º de Abril, em regime de alternância entre o tempo escola e o tempo comunidade.

Em 2007, foi posto o desafio de ir para a região do Baixo Sul da Bahia, com a tarefa de coordenar o Setor Regional de Educação do MST. A militância permite esse conhecimento da realidade dos povos e amplia as convicções de que, em todos os espaços, há necessidade de trabalho e superação da ordem social vigente, porque em todos os espaços há exploração.

Desde então, minha atuação tem sido nessa região, onde são enfrentados diversos desafios em organizar as escolas e desenvolver um projeto educacional.

A atuação no Setor de Educação colocou-me em contato com as dificuldades reais que os povos do campo enfrentam para acessarem a

as populações de jovens e adultos de áreas de Reforma Agrária. Esse programa é fruto das reivindicações dos movimentos sociais do campo.

educação. O fechamento de escolas, a impossibilidade de prosseguimento nos estudos por conta de dificuldades de deslocamento no transporte escolar e a ausência de escolas de Ensino Médio no campo; a precarização na infraestrutura, as objeções de todas as ordens enfrentadas pelos educadores. A dificuldade de conciliar a militância no Setor Regional e com a atividade específica da escola se colocou como desafio, porém foi um espaço de compreensão melhor da relação escola, assentamento e movimento social.

Na região do Baixo Sul, além dos embates com as Secretarias Municipais de Educação, que ofertam Educação Infantil e Ensino Fundamental, com a Secretaria Estadual de Educação, pela construção de escolas de Ensino Médio, há um embate com a Fundação Odebrecht, que tem escolas em seus domínios, objetivando, dentre outros interesses, ofertar educação à classe trabalhadora do campo. Desconfia-se, no entanto, das “boas intenções” da Fundação, considerando que uma empresa capitalista, que explora a região há mais de 60 anos, gerando exclusão social, pobreza e concentração de renda, dificilmente, desenvolveria uma proposta de educação transformadora.

Na militância há muitas lutas a se fazer, estudo e trabalho são princípios, mas durante um período longo a dimensão do estudo formal ficou em segundo plano em minha vida diante da grande demanda de atividades da organização social. Apenas em 2010 consegui retomar os estudos, ingressando na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para o curso de pós-graduação em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial no Semiárido Brasileiro, concluído em 2012, com uma monografia que discutiu a “Educação do Campo no Baixo Sul da Bahia: um território em disputa”. Na oportunidade, realizei um estudo sobre a educação do campo no território mencionado, bem como os agentes envolvidos: poder público, empresa privada e movimento social. Passei, assim, a dedicar-me às questões territoriais e aos conflitos de terra na região, estudando a forma como os latifúndios foram se constituindo.

A partir disso, tive, então, a motivação pessoal que faltava para prosseguir as pesquisas que, após, resultaram na presente dissertação, enquanto necessidade de aprofundar os estudos sobre a realidade educacional, mediante um esforço para compreendê-la em sua totalidade,

conhecendo a intencionalidade da educação num sistema capitalista e seguir contribuindo para a construção, implementação e defesa da Educação do Campo. O trabalho de acompanhamento pedagógico, as discussões, as reuniões, as observações realizadas neste contexto tem me facultado identificar uma frágil responsabilização do Estado para com a educação dos povos do campo na região; uma dura atuação do MST pela conquista deste direito, que encontra obstáculos de diversas naturezas, inclusive aqueles instituídos pelo próprio poder público para negá-los; e a presença da iniciativa privada que, com apoio do mesmo Estado, tem contribuído para formar a juventude camponesa, defendendo os objetivos do agronegócio.

Referido contexto, recebe tono muito peculiar para a realização de uma investigação acadêmica, visto que a Fundação Odebrecht tem um projeto educacional voltado à população do campo da região Baixo Sul do estado da Bahia, sendo necessário, por conseguinte, estudar as ideias pedagógicas desta empresa/fundação. Entendendo aqui, ideias pedagógicas na concepção de (SAVIANI, 2007) "Por ideias pedagógicas entendo as ideias educacionais, não em si mesmas, mas na forma como se encarnam no movimento real da educação, orientando e, mais do que isso, constituindo a própria substância da prática educativa" (p.6)

Do ponto de vista social, destaca-se a relevância do estudo pela oportunidade de aprofundar o olhar sobre uma temática que está na ordem do dia, ou seja, o processo de sucateamento da escola pública e as várias formas de privatização. Ademais, ao possibilitar uma investigação voltada à realidade em foco, estar-se-á contribuindo para ampliar o debate acerca da educação ofertada no contexto do Baixo Sul, esclarecendo o projeto de educação, formação e modelo de desenvolvimento de campo da referida fundação.

Com isso, os estudos ora desenvolvidos compreendem uma tarefa não apenas acadêmica, mas também militante, visto que não houve o isolamento ou distanciamento das atividades habitualmente desenvolvidas para dedicar-me somente à pesquisa; o tempo disponível foi dividido entre estudo, com o cumprimento das atividades exigidas pelo mestrado, e o trabalho nos assentamentos e acampamentos, já que a metodologia da alternância organizada em Tempo Escola e Tempo Comunidade favorece essa divisão

contínua de tarefas. Leituras, fichamentos e eventos científicos, bem como a participação nas atividades de formação no Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra foram combinados; a participação em seminários e ciclos de debates da Escola Nacional Florestan Fernandes contribuiu na formação, com discussões a respeito de questões atuais que ajudaram na análise da conjuntura. Ressalte-se que tal período representou um avanço nas construções teóricas; os eventos e a convivência com pessoas de diversas organizações sociais foi uma experiência singular, pois, do momento dedicado ao aprendizado, concorreu para o cultivo da solidariedade e da mística revolucionária.

O envolvimento com o tema pesquisado nos conduz a necessidade de construir e buscar novas reflexões e conclusões sobre o tema da Educação do Campo. A tarefa do pesquisador passa a ser, então, fundamental, pois: “[...] tem o papel de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes forma de desenvolvimento e perquirir a conexão que há entre eles” (MARX apud NETTO, 2011). Para depreender a atuação do empresariado na educação para o campo no território do Baixo Sul da Bahia, requer-se esse movimento de conexão do geral com o específico, compreendendo as mediações e nexos que envolvem o objeto de estudo.

Assim, conhecer a realidade educacional do Baixo Sul é ir além dos discursos proferidos baseados num conhecimento superficial; e mais: é ir além dos dados estatísticos que, na maioria das vezes, são mascarados e, apesar de apontar para algumas direções, podem ser interpretados de acordo com intencionalidades diferentes. Dessa forma, essa pesquisa é orientada pela questão: “Qual é a fundamentação pedagógica que orienta os projetos educacionais da Odebrecht implementados no Sul da Bahia, considerando: o Ingresso; Financiamento; Concepção de Educação e Formação Humana; Relação Trabalho e Educação; Concepção de Gestão; Concepção de Campo: Fundamentos da Educação empresarial e, as relações e nexos com a pedagogia da hegemonia, e com a concepção de Estado alicerçada na parceria publico- privado?”.

Traçar o objetivo da pesquisa que é investigar as propostas e as ações educativas da Fundação Odebrecht no campo do Baixo Sul da Bahia é buscar

compreender como um modelo de sociedade orientado pelas políticas imperialistas causam a concentração de renda e pobreza no campo brasileiro e como os organismos internacionais influenciam a educação pública brasileira, analisando como isso tem chegado ao campo através dos projetos de responsabilidade social implementados pelas fundações empresariais. Já quanto aos objetivos específicos, intentou-se: compreender a educação empresarial no seu processo histórico, quando nascem nas indústrias e chegam ao campo, além de mapear as ações educacionais da Fundação Odebrecht no Baixo Sul por meio do PDCIS.

Os dados empíricos apresentados advêm da análise de projetos de dois estabelecimentos de ensino, a Casa Familiar Rural de Igrapiúna e o Colégio Estadual Casa Jovem II. Foram analisados, enquanto fontes principais, o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Casa Jovem II e elementos do projeto da Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFR – I), contidos no seu Regimento Interno e projeto de inclusão digital denominado Caia na Rede, registrando aqui que não foi possível analisar o projeto da segunda escola na íntegra por dificuldade de acesso ao mesmo. Para dar maior consistência à análise, recorreu-se a fontes secundárias, como informações contidas em folders, cartilhas, vídeos e fotografias conseguidos a partir de visita de campo nas duas escolas e em sites.

Para a análise, foi necessário um referencial teórico metodológico que permitisse percorrer a investigação buscando explicações no conceito de hegemonia, pedagogia da hegemonia e Estado. A delimitação da matriz de análise: ingresso; financiamento; concepção de educação e formação humana, relação trabalho e educação, concepção de gestão; concepção de campo e; fundamentos da educação empresarial permitiu identificar as ideias pedagógicas da empresa e as relações e nexos entre empresa, Estado e escola.

Considerando as sistematizações clássicas sobre teoria pedagógica, identificou-se que a Fundação Odebrecht pauta seu projeto educacional numa concepção de educação identificada e denominada por (SAVIANI, 2007) de produtivista, que na sua fase atual se configura como neoprodutivista. Configurando-se em uma nova versão da “teoria do capital humano”, que com

a bandeira do "aprender a aprender", se encontra oficializada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que orientam as escolas públicas de educação básica de todo o país. Somando-se a isto pode se constatar a incorporação de propostas dos empresários organizados no movimento Todos pela Educação nas políticas educacionais.

O recorte temporal deste objeto de estudo vai do período de 2003 (momento em que a Fundação Odebrecht decide centrar sua atuação na educação da região) até 2013, ano em que o projeto do Colégio Estadual Casa Jovem II, em parceria direta com a empresa Odebrecht, institui, formalmente, um modelo de parceria público-privada na educação.

Dessa forma, o objeto dessa pesquisa é o projeto educacional da Fundação Odebrecht e sua implementação na Bahia. A Odebrecht, desde a década de 1940, instalou-se na região para desenvolver seus negócios e, de 2003 em diante, centra força em projetos educacionais, sobretudo, para atender ao público de jovens e adolescentes do campo. A estratégia educacional da Fundação Odebrecht faz parte do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), que envolve a participação do governo, da sociedade civil e de outras instituições privadas.

O cenário político e econômico em que esta proposta começa a se desenvolver têm raízes alicerçadas na reforma do Estado brasileiro elaborada e coordenada por Bresser Pereira no governo de Fernando Henrique Cardoso. O período que demarca esse governo (1995 a 1998/1999 a 2002) foi um marco importante para a organização empresarial e seus projetos de sociedade. No primeiro período as iniciativas se concentraram num grande esforço para consolidação das medidas de ajustamento macroeconômico e na preparação das bases sociais e legais para a interação entre aparelhagem estatal e sociedade civil. Já o período seguinte, foi dedicado ao processo de consolidação das novas funções econômicas e político-ideológicas do aparelho de Estado, que de produtor direto de bens e serviços se firmou na função de coordenador de iniciativas privadas. (MARTINS, 2007).

Esse projeto neoliberal foi consolidando suas bases e se reformulando até chegar nas políticas denominadas de Terceira Via. Essas políticas não

significaram um projeto anticapitalista, mas uma reforma do sistema. Partindo das questões centrais do neoliberalismo com o objetivo de torná-lo mais compatível com sua base e princípios constitutivos a Terceira Via propõe a transformação dos sujeitos históricos em voluntários e prestadores de serviços. Indivíduos que não mais reivindicam direitos coletivos e sim, colocam-se a disposição para fazerem sua parte na sociedade.

O Estado assume uma função educativa, trabalhando na criação de uma nova subjetividade e de novos sujeitos políticos coletivos, com as tarefas de assumir as responsabilidades sociais até então restrita à aparelhagem estatal. A parceria público-privado é um dos pilares centrais do neoliberalismo, da pilhagem que ocorre no Brasil de recursos públicos alocados para negócios do setor privado.

Com o discurso de responsabilidade social, a Fundação Odebrecht, em parceria com o poder público, desenvolve diversos projetos educacionais. O pensamento crítico educacional vem, desde o período pós-golpe militar no Brasil, empenhando-se pela identificação e compreensão das formas como o capital, por meio da educação, vem consolidando processos de formação, a fim de unificar o projeto burguês e conquistar a adesão da população ao seu projeto societário.

Nesse contexto o conceito de hegemonia contribui para compreensão de como a burguesia produz e reproduz seu processo de dominação social. Enquanto visão de mundo de um grupo que se impõe sobre outros, sendo por eles partilhados, a hegemonia burguesa estende seus tentáculos para a educação, criando assim uma pedagogia hegemônica, a pedagogia do capital, que assalta a subjetividade humana pela via dos currículos, dos projetos políticos pedagógicos e do trabalho pedagógico.

Conforme “Neves e Martins” (2012), entende-se por pedagogia do capital as estratégias de dominação de classe empregadas pela burguesia, com a finalidade de se obter o consentimento do conjunto da população para o seu projeto político nas diferentes formações sociais concretas, ao longo das ações do capitalismo monopolista. Tais estratégias de educação política os referidos autores chamam-nas de Pedagogia da Hegemonia. E os mesmos autores acrescentam que as estratégias da Pedagogia da Hegemonia são

implementadas por intelectuais orgânicos, singulares e coletivos da burguesia, mediante políticas públicas que, de modo geral e específico, propagam o papel central das classes dominantes no ordenamento das instâncias executivas da aparelhagem do Estado no modo de produção capitalista (“NEVES, MARTINS”, 2012).

O objetivo principal da Pedagogia da Hegemonia, prosseguindo com esses autores, é a conformação moral e intelectual do conjunto da população a um padrão de sociabilidade, ou modo de vida, que coadune com as necessidades de crescimento econômico e de coesão em cada período histórico do modo de produção capitalista.

Observe-se que a criação das fundações pelas empresas tem esse caráter de educar para o consenso, desenvolvendo projetos sociais e educacionais. Somando ao seu objetivo central, tem-se que a Pedagogia da Hegemonia promove a assimilação subordinada de frações da classe trabalhadora ao projeto dominante, ao modelo sutilmente socializado, de modo a torná-la corresponsável pelo projeto político do capital em seu conjunto: os trabalhadores da empresa são conduzidos a pensar que são parte da empresa e, por isso, se dedicam – inquestionavelmente – ao seu projeto.

No contexto escolar, a nova Pedagogia da Hegemonia se traduz como inovação educacional, apresentando a Pedagogia das Competências, que se encontra oficializada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que, por sua vez, orientam as escolas públicas de educação básica de todo o país. Somando-se a isso se pode constatar a incorporação das propostas dos empresários organizados no movimento Todos pela Educação nas políticas educacionais de seu governo.

Estudar as formas de organização do patronato rural brasileiro e seus diferentes níveis de espaço e incidência, inclusive educacional, nos faz perceber os elementos de continuidade e descontinuidade na educação rural enquanto medidas educacionais de adestramento da classe trabalhadora camponesa.

No decorrer deste estudo, é possível, pois, de acordo com objeto proposto e com base nas fontes e dados levantados, compreender a incidência

e a forma que as empresas capitalistas, com a privatização da educação, mas, também, no caso em pauta, com políticas públicas educacionais, vêm pautando uma pedagogia hegemônica do capital.

Nesta pesquisa, não foi viável o cruzamento de informações e entrevistas, por conta da densidade do objeto que, para ser melhor compreendido, exigiu o mapeamento dos projetos da fundação que estão interligados por aquilo que denominam mosaico. Tal tarefa encontrou institutos e programas diversos que são fomentados e conduzidos pela fundação, numa diversidade de ações características da empresa que possui uma variedade de negócios que vão desde a construção civil à atividades agrícolas.

Especificamente, a pesquisa está organizada em quatro sessões, sendo a primeira delas a introdução, seguida da segunda sessão que é um estudo das origens das ações do empresariado na educação, que nasce nos centros industriais, na tentativa de demonstrar como vem ocorrendo essa atuação, identificando os elementos de continuidades e descontinuidades desse processo. Este item aborda, também, como a educação empresarial que surge na organização industrial para formação de sua mão-de-obra chega ao campo com ações e programas que se pautam no modelo de educação rural, a exemplo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), criado em 1976, delineando uma forma específica de avanço do capitalismo no campo.

A terceira sessão retrata a atuação da Odebrecht no Estado da Bahia, como se transformou empresa transnacional, valendo-se, especialmente, de recursos público pela realização de grandes obras de infraestrutura que, na maioria das vezes, desrespeitam direitos sociais e ambientais. A sessão discorre, ainda, sua instalação na região do Baixo Sul da Bahia, seu envolvimento com a concentração de terras e o modelo de parceria público-privada que ali se estabeleceu, a partir dos anos 2000, com o programa de governança denominado PDCIS.

A quarta sessão é resultado da análise comparativa de dois projetos educacionais desenvolvidos no município de Igrapiúna/BA. O projeto da Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFAR – I), escola particular comunitária, sem fins lucrativos, conduzida por uma Organização da Sociedade Civil de Interesse

Público e Fundação Odebrecht, e o Colégio Estadual Casa Jovem II, ambas pertencentes ao projeto estratégico da Fundação Odebrecht para a região.

2 A EDUCAÇÃO EMPRESARIAL NO BRASIL

A oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade está entre as grandes aspirações da sociedade brasileira. Grupos de educadores e organizações de trabalhadores têm, ao longo do tempo, empunhado plataformas de luta para garantir melhorias na educação, já que a ampliação da

oferta não significou um avanço na qualidade do ensino; pelo contrário, essa oferta vem sendo marcada pela precarização do ensino, sobretudo aquele voltado para as camadas mais pobres da sociedade.

A expansão da oferta do ensino público promovida pela Lei 4024/61, Lei de Diretrizes e Bases de 20 de dezembro de 1961² trouxe consigo uma orientação privatista, permitindo que os empresários atuassem de maneira mais intensa no sistema público educacional. As consequências dessa abertura para atuação do empresariado na educação pública tem sido objeto de estudo do pensamento crítico da educação brasileira, visto que essas interferências do setor privado, não raro, têm se associado ao descaso enfrentado pela classe trabalhadora no que se refere ao direito à educação.

São várias as formas de ação do empresariado na educação; este atua na apropriação da educação como mercadoria, ofertando-a para um público específico que pode pagar por essa mercadoria; na oferta de cursos profissionalizantes, por meio de órgãos educacionais criados pelas indústrias e com apoio do Estado, a exemplo do chamado “sistema S”, a ser logo mais focalizado, e, mais recentemente, com parcerias público-privadas, com as quais as escolas seguem sendo públicas, porém o setor privado as administra inteiramente implementando-as. Vale ressaltar que essa atuação do empresariado se desdobra em todas as modalidades de ensino.

Saliente-se que este Capítulo traz apontamentos sobre as origens das ações do empresariado na educação, na tentativa de compreender como vem ocorrendo essa interferência, identificando os elementos de continuidade e descontinuidade desse processo. Destaca, também, como a educação empresarial, que nasce na organização industrial, para formação de sua mão-de-obra, chega ao campo, via ações e programas que se pautam no modelo de educação rural, a exemplo do SENAR, criado em 1976, delineando uma forma específica de avanço do capitalismo no campo.

² A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, beneficia os proprietários do ensino, especialmente no seu artigo 2º e 3º, que trata do direito à educação, e nos artigos 93 e 95 que abordam a não exclusividade do dinheiro público às instituições de ensino públicas. Além disso, os artigos 8º e 9º regularmentam a existência dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação e a representação do setor privado nos mesmos.

O estudo do nascedouro da precarização da educação pública encontra, na classe burguesa e suas instituições educacionais, uma forte influência sobre o Estado, ao ditar demandas educacionais segundo as necessidades de mão-de-obra do setor produtivo. Dessa forma, a educação para a classe trabalhadora é concebida como preparação técnico-profissional que foi alargando ao patamar mínimo de escolarização exigido pela modernização capitalista e pelo processo de ocidentalização da sociedade brasileira (NEVES, 2008).

2.1 A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e formação da força de trabalho

Tomando como referência os estudos de Frigotto (1977 e 1983), Bryan (1983), Bitencourt (1991) e Rodrigues (1998), que analisaram os processos educativos gestados no interior das indústrias, consegue-se identificar o forte interesse e atuação do empresariado na educação brasileira. Asseguram os referidos pesquisadores que esses grupos empresariais utilizam-se tanto de recursos públicos, para desenvolver a formação do trabalhador segundo as necessidades da mão-de-obra, como da educação pública e do aparato do Estado para formar trabalhadores segundo seus projetos. Além disso, a influência das organizações patronais na educação da classe trabalhadora tem um papel de – por meio de processos ideológicos – impedir a organização dessa mesma classe.

Denominado por Rodrigues (1998) de Moderno Príncipe Industrial, a Confederação Nacional das Indústrias, fundada em 1938, é o mais importante aparelho de hegemonia da burguesia industrial. Essa organização patronal criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o SESI (Serviço Social da Indústria) e o Instituto Euvado Lovi (IEL), enquanto braços pedagógicos que se constituíram numa rede de escolas privadas ligadas a confederações de empresas de diferentes segmentos da economia, financiadas com recursos que são considerados públicos ou parafiscais.

Recorrendo a antecedentes históricos, o contexto e as determinações políticas e econômicas em que o SENAI foi criado (BRYAN, 1983) reportam à

criação de centros de treinamentos de trabalhadores no interior de empresas, a partir da segunda metade do século XIX. Nesse estudo, é identificada a influência norte-americana e de países europeus na elaboração de propostas educacionais para trabalhadores. Nos Estados Unidos, por exemplo, esses centros foram estabelecidos pelos grandes monopólios produtores de materiais elétricos, químicos e gráficos; já na Alemanha e na Rússia, esses centros foram implantados para atender a demandas das empresas ferroviárias.

Continuando com mencionado autor, afirma-se que essas ideias de aprendizagem subordinadas aos interesses do capital chegaram ao Brasil em 1920, nas escolas de formação de ferroviários, com Robert Mange³ já que, na época, o trabalho nas ferrovias constituía-se a principal atividade do país em termos de força de trabalho empregada.

Subjacente às suas diferenças, as empresas ferroviárias brasileiras encontram, nas primeiras décadas do século XX, como barreira comum à subordinação do trabalho nas suas oficinas, a organização do trabalho com bases no ofício e o conseqüente domínio exercido pelo trabalhador sobre o processo de trabalho. A pequena escala em que se processa a produção torna inviável a quebra de controle operário mediante o parcelamento e distribuição de tarefas ou pela substituição do oficial pela máquina. A substituição dos trabalhadores por equivalentes encontráveis no mercado de trabalho ou internamente à empresa não é fácil, nem garante que o novo empregado não possua as mesmas características de insubordinação do substituído, pois nos sistema tradicional de aprendizagem imitativa em vigor, ocorre também a transmissão da cultura operária, já que a grande maioria da força de trabalho industrial em São Paulo, 90% em 1901, constituía-se de estrangeiros que traziam, como parte de sua formação profissional, ideologias políticas anticapitalistas. (BRYAN, 1983, p. 21)

Como analisa o autor, a proposta de criar um espaço educativo para a classe trabalhadora traz, em seu bojo, elementos que visam ao rompimento com a cultura operária anticapitalista e a subordinação e dominação pela educação. Seria uma proposta educacional que retirasse do trabalhador o

³ De origem suíça, filho de diplomata, nascido em 1885, o engenheiro Roberto Mange foi intelectual ligado ao capital. Contratado em 1913 para lecionar desenho na escola politécnica de São Paulo, é considerado o introdutor dos métodos tayloristas nas instituições de formação profissional e nas organizações do trabalho no Brasil. Influenciou várias gerações de engenheiros que, mais tarde, iriam ocupar cargos na burocracia estatal e nas empresas públicas (Bryan, 1983).

domínio sobre os processos de trabalho e a quebra do controle do operariado sobre a produção. Além disso, era necessário desenvolver uma educação que formasse trabalhadores conformados, que não praticasse a insubordinação ao sistema.

A formação subordinada dos trabalhadores enquanto necessidade do empresariado foi, ao longo do tempo, ampliando seus tentáculos. As instituições organizadas e desenvolvidas no âmbito das empresas e imbuídas da Organização Racional do Trabalho (ORT) tiveram um efeito multiplicador até que, mais tarde, em 1940, esse engenheiro, Robert Mange, incorporou as ideias ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)⁴ que, a seu turno, absorveu e adaptou a experiência europeia ao Brasil.

[...] a criação do SENAI, portanto, constituiu a extensão todo o setor industrial da experiência, cuja eficiência já havia sido comprovada, do ensino ferroviário. Extensão tornada compulsória pela ação do Estado, tendo como principal objetivo assegurar ao capital o controle da formação técnica e ideológica da força de trabalho. A forma final em que se cristalizou esse objetivo foi produto da conciliação das propostas da burocracia governamental e dos representantes do capital industrial. (BRYAN, 1983, p. 88).

O processo de formação do trabalhador executado até então requeria um tempo de aprendizagem demasiadamente extenso e controle operário sobre o modo de executar o trabalho. Essas características se colocavam como empecilhos aos objetivos do capitalismo: maximização dos lucros e reprodução das relações sociais que permitem sua reiteração (BRYAN, 1983).

Como possibilidade de conciliação entre interesses do empresariado e do Estado, aos poucos, se deu a substituição dos operários pelo trabalhador nacional de origem agrária, formado uma instituição sob controle das indústrias. Nessa perspectiva, o Estado se alia aos empresários na implementação de uma estrutura educacional que garantisse comportamentos

⁴ Desde sua criação, o SENAI é organizado e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria, regido pelo direito privado e vinculado ao Ministério da Educação. Possui estrutura federativa com órgãos normativos, com a função de estabelecer as linhas gerais de atuação e órgãos administrativos com a função de executar a política ditada pelos órgãos normativos (BRYAN, 1983).

e saberes específicos ao migrante rural que iria desenvolver tarefas no mundo fabril que muito se distinguia do mundo rural.

A execução do trabalho supervisionado pelo mestre-artífice realizada pelas indústrias não atendia mais às necessidades impostas pelo capital, pois era controlada pelo trabalhador e difundia o que Bryan (1983) chama de uma cultura operária que valorizava os resultados não pecuniários do trabalho; também a decisiva participação do Estado, convocando a burguesia industrial a garantir os centros de treinamento dos trabalhadores recebe destaque.

O Estado, portanto, ao preconizar a criação de restaurantes nas indústrias e de escolas para formar a classe operária ou impor medidas coercitivas à exploração da força de trabalho, como a lei de férias ou o código de menores, não está respondendo a situações conjunturais, mas lançando as bases para a consolidação da produção capitalista de forma duradoura. Ainda que a ação estatal seja percebida pelos capitalistas individuais como opressora, como barreira à livre acumulação de capital, longe de estar acima das classes, o Estado age como 'capitalista coletivo'. (BRYAN, 1983, p. 82).

A ideia de que a formação do trabalhador não poderia se processar autonomamente em relação ao capital fazia parte do ideário do governo empossado em 1930 (Getúlio Vargas) e era acatada pelos intelectuais da burguesia, fortalecendo a estratégia de controle institucional em substituição à repressão direta. O objetivo era, por meio das instituições educacionais de formação para o trabalho, substituir a formação mimética que ocorria nas fábricas, sob controle dos artífices. O Estado impôs à burguesia industrial a formação da força de trabalho a partir do trabalhador recém-urbanizado na quantidade e com qualidade adequada ao seu projeto de desenvolvimento econômico, dentro dos moldes capitalistas.

Esse projeto foi se consolidando e, da década de 1940 em diante, com intencionalidades muito distintas daquelas dos grupos sociais que lutam pela melhoria da educação pública, o empresariado brasileiro começa a criar as bases que venham a garantir sua interferência na formação da classe trabalhadora.

Em se tratando da formação profissional, Bittencourt (1991) estuda aquela praticada no SENAI, entre 1975-1980, explanando a adesão da

instituição ao paradigma técnico-linear adotado no período pós-golpe, enquanto necessidade de “formar indivíduos ajustados, subordinados às normas comportamentais da empresa”. Observe-se que, tencionando tal preparo, eficiente, produtivo e ajustado aos interesses hegemônicos da sociedade, tal formação profissional “[...] significa reproduzir uma força de trabalho condizente aos interesses da indústria e, também uma força de trabalho ajustada à sociedade e as normas comportamentais do mundo do trabalho” (BITTENCOURT, 1991, p. 99).

A atuação do Estado, criando um aparato jurídico e as condições para que o setor industrial cumprisse seu objetivo de extrair dele mesmo o financiamento para formação da mão-de-obra que garantiria a produtividade, facilitou a consolidação desse projeto educacional do capital. Bryan (1983) chama a atenção para a postura do empresariado, que, desde o início, se coloca como condutor do processo educacional, porém, no que envolve os custos financeiros, a perspectiva é de que esses sejam divididos com o Estado. Na mesma linha, Frigotto (1983), ao refletir sobre a formação ofertada no SENAI, SENAC e SENAR, identifica que “[...] tratam-se de instituições que alimentam recursos vultosos da sociedade, às vezes, orçamentos maiores do que os orçamentos de alguns estados, e cuja origem histórica acompanha a própria gênese e as novas formas de organização do capitalismo no Brasil” (FRIGOTTO, 1983, p. 02).

Essas instituições e seus projetos educacionais delineiam as formas históricas específicas do avanço do capitalismo e como o trabalho se configura em cada momento.

Seguindo com Frigotto (1982), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) surge em 1942, porém sua idealização foi sendo forjada desde 1937; o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), em 1976; já o SESI (Serviço social da Indústria), também gerado pela Confederação Nacional da Indústria, em 1946, com a preocupação básica de intervir em diversas áreas chamadas sociais (alimentação, saúde, higiene, moral e civismos, habitação do trabalhador), que influenciam a relação homem-trabalho, procurando proporcionar às empresas condições para maiores índices de produtividade e atendimento dos seus compromissos. A esse

respeito, vale explicar, de forma ainda mais clara, a especificação que recebe o trabalhado nesse tipo de formação profissional

A análise histórica do SENAI, e recentemente, do SENAR, sem dúvida revela que são instituições que são produzidas para dar respostas às novas formas que assume o capitalismo na indústria e no campo. São, nesse sentido, instituições que nascem – independentemente do vínculo jurídico ser público ou privado, para desenvolverem a pedagogia das relações capitalista de trabalho, e vão adaptando – na ótica do que serve – esta pedagogia às novas formas que assume a divisão do trabalho como resultante das novas formas de sociabilidade do capital. Nesse sentido seu vínculo com a produção capitalista é mais direto do que o tipo de prática pedagógica das escolas de 1º e 2º grau. (FRIGOTTO, 1982, p. 44).

Ainda com Frigotto (1977), o estudioso identifica os elementos de dominação e subordinação embutidos na proposta educacional do empresariado para a classe trabalhadora. Ao ocupar-se dos efeitos da escolaridade do SENAI, reconhece-os fundamentado na pedagogia que parte de uma concepção de aprendizagem que está no saber fazer o que serve, levando os educandos, desde a formação para o trabalho, a desenvolverem um conjunto de maneiras de ser, de agirem e de pensarem de uma sociedade hierarquizada que relega à classe trabalhadora o trabalho manual, sem possibilidades de autorganização e emancipação.

Nessa lógica de valores ensinados, Frigotto (1982), então, analisa que se estabelece um código de prêmios e sanções com uma metodologia que leva à competição, passando a ideia de que os avanços são conseguidos com esforço pessoal e disciplina, ao cumprir metas estabelecidas por seus líderes.

Essa ideia de vencer na vida, pela ideologia do mérito e do espírito de servidão, perpassa todo o projeto educacional do capital, pois coloca sobre o indivíduo a responsabilidade em torno de suas conquista e de seus fracassos. Note-se que essa perspectiva não é formulação antiquada, pois, como se verá adiante, o desenvolvimento de habilidades e competências pressupõe que os indivíduos que se esforcem e se dediquem serão promovidos, numa espécie de autopromoção pelos esforços empreendidos. Frigotto (1982), assim, pondera sobre a ideia – força que se desenvolve em todas as atividades desenvolvidas pelo SENAI.

[...] aparentemente instituições de formação do tipo SENAI tendem a ser concebidas como instituições cuja tarefa básica é a qualificação técnica do trabalhador. Na realidade, porém, as relações de trabalho-aprendizagem, a forma de organização interna, os valores que se passam, as atitudes e hábitos que se reforçam, as imagens de trabalhador bem sucedido e fracassado, a figura do patrão, os traços, enfim, de responsabilidades, assiduidade, responsabilidade, pontualidade, etc. indicam que o ponto nodal é o de formar bons trabalhadores, isto é, trabalhadores fabricados para submeter-se, mais facilmente às relações sociais de trabalho estabelecidas. Homens fabricados para aceitarem a desqualificação do trabalho dada pela divisão do trabalho. (FRIGOTTO, 1982, p. 42).

A concepção de trabalho subjacente veiculada e desenvolvida nesse projeto educacional não é o trabalho enquanto elemento fundamental, que define a relação social que os homens estabelecem na produção de sua existência, mas o trabalho assalariado definido pelas relações capitalistas.

Na consolidação e intensificação do seu projeto, a CNI, com o discurso da baixa qualidade dos recursos humanos para aumentar a competitividade da indústria brasileira na década de 1980, vê a educação básica como elemento indispensável para a indústria competitiva. A força de trabalho não deveria estar desprovida da educação básica. Como discurso para obter o consenso da sociedade, Rodrigues (1988) sistematiza os tópicos⁵ como espécie de meta a ser perseguida. Sobre essa estratégia do capital e sua atuação na educação, foi construído o discurso de que o Brasil somente seria um país que superasse as desigualdades sociais se passasse pela industrialização (década de 1960). Na consolidação da industrialização, entre 1960 e 1980, a superação viria com o desenvolvimento; já na década de 1980, o discurso construído pressupunha que o Brasil teria que ser uma economia competitiva. A proposta era o desenvolvimento de um estado moldado à imagem e semelhança do capital, com a educação profissional concebida como alavanca para a industrialização. Porém, com a consolidação da industrialização, não se poderia mais atribuir o atraso ao modelo agrário exportador.

Ainda sobre o tópicos Rodrigues (1998) afirma,

⁵ Para análise do discurso que fundamenta a CNI, José Rodrigues utiliza o conceito de metamorfose teleológica, sucessivos tópicos. Constitui-se de construção e reconstrução, no discurso dos industriais que se caracteriza como tópicos societário, uma imagem construída pelo discurso hegemônico, com o fito de se tornar uma meta a ser perseguida, incansavelmente, pelo conjunto da sociedade, conduzida pela classe que o elaborou (RODRIGUES, 1998).

A veemente e constante pregação da inadequação funcional da formação humana à economia sempre vem acompanhada de previsões, com traços fortemente catastróficos, sobre o futuro da economia, e conseqüentemente, da sociedade. Em outras palavras, ou a formação humana adequa-se às novas demandas da produção, da economia, ou não será jamais atingido o tólos. (RODRIGUES, 1998, p. 134)

Os empresários industriais brasileiros, através da confederação nacional da indústria, desde sua fundação em 1938, sempre estiveram presentes na luta hegemônico-pedagógica, buscando criar os homens à sua imagem e necessidade. (RODRIGUES, 1998, p. 135)

Acompanhando a dinâmica das mudanças no mundo do trabalho, no final da década de 1980, com o Brasil ingressando na economia competitiva, referida educação se estende para os 11 anos; e nos anos 1990, segundo Ramos (2005), o Estado assume uma função de subsidiar os planos de educação profissional. A desvinculação da educação profissional do Ensino Médio aparece, também, baseada na ideologia de que o gasto com a educação integrada seria desnecessário, pois aqueles que tinham condições de cursar o Ensino Médio depois iriam para o nível superior. Além disso, a desvinculação era uma necessidade para poder privatizar a educação profissional, abri-la à iniciativa privada, já que o Ensino Médio, mesmo sendo livre à iniciativa privada, era definido como de responsabilidade do Estado.

[...] poder-se ia dizer que a CNI aprofundou a fórmula da improvisação impossível, já que o desenvolvimento atual das forças produtivas estaria elevando as necessidades gerais de conhecimentos escolares para a conformação da força de trabalho industrial. (RODRIGUES, 1998, p. 138).

Essa nova formação que exigia velhas habilidades e uma capacidade maior de abstração estava ligada, igualmente, ao autocontrole e aos pulsos binários, substituindo os capatazes. A constituição desse novo exército de reserva demandou uma base escolar mais larga e mais sólida. Rodrigues (1998) declara que, apesar das variações do pensamento industrial sobre educação e formação profissional, uma característica é invariante àquela de que “a formação humana é tão somente uma variável a ser funcionalizada à reprodução ampliada do capital, e, por esta razão, demanda cuidadoso gerenciamento” (RODRIGUES, 1998, p. 141).

Martins (2007), em seu turno, esclarece que, mediante a incorporação do paradigma produtivo flexível e da necessidade de elevação da competitividade industrial do país, a partir dos anos 1990, passa-se a exigir níveis mais elevados de conhecimento sistematizado pela escola, tanto na preparação para o trabalho simples quanto na formação para o trabalho complexo. Com o programa *Livre para Crescer*, o Instituto Herbert Levy apresentou, em 1992, em documento intitulado *Educação Fundamental e Competitividade Empresarial — uma proposta para ação do governo*, uma série de metas e diretrizes para detalhar e aprofundar as proposições empresariais para a educação escolar brasileira rumo à competitividade internacional do país.

E mais recente a isso, ora caracterizada pelos governos ditos populares, Lula (2003-2010) e o primeiro mandato do governo Dilma, até onde vão os limites desta pesquisa, consoante Ramos (2005), é marcada, em um primeiro momento, pela volta do discurso economicista e por um viés compensatório, caracterizadores da educação profissional como sendo aquela oferecida àqueles que não conseguiriam acessar o ensino superior. Nesse período, buscou-se reverter o processo de privatização intenso dos anos 1990, mas não se avançou muito. O Decreto nº 2.208/97 foi revogado e foram poucas suas conquistas, sendo implementadas políticas como o Programa Escolas de Fábrica, lançado em 2004 e baseado em parcerias do Estado com a iniciativa privada para a formação profissional de jovens de 16 a 24 anos.

Marcado pela disputa entre os setores progressistas e conservadores da sociedade brasileira pela hegemonia nesse campo da educação profissional, o governo Lula desenvolve uma política de educação profissionalizante que se processa mediante programas focais e contingentes, a exemplo dos programas Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e da Inclusão de Jovens (PROJOVEM). De uma política consistente de integração entre educação básica e profissional, articulando-se os sistemas de ensino federal e estaduais, passou-se à fragmentação iniciada internamente, no próprio Ministério da Educação.

2.2 O empresariado e a educação rural

A análise crítica sobre o projeto capitalista para o campo brasileiro e as formas de utilização da educação como instrumento de fortalecimento desse projeto passa, principalmente, pela compreensão de como as ocupações colonialistas tomaram, por meio da violência, as terras indígenas e de como foi criada a propriedade privada da terra e sua lógica de exploração, produzindo riquezas para uma minoria e pobreza e exclusão para uma maioria. As raízes históricas brasileiras relacionam o projeto burguês para o campo ao regime de escravidão, latifúndio e ao modelo de produção extrativista e agrícola direcionado para o mercado externo.

Vale ressaltar que esse modelo imposto, no seu início, não trouxe consigo a constituição da propriedade privada capitalista da terra, pois a coroa é quem detinha a terra, e os exploradores colonialistas tinham apenas os títulos de sesmarias, que lhes davam o direito de uso das terras reais (OLIVEIRA, 2010). Foi, então, a partir de 18/09/1850, que a Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, tornou a terra uma mercadoria e consolidou-se a grande propriedade rural que impediu os pobres de terem acesso a ela. As pesquisas de Oliveira (2010) apontam esse trágico processo de exclusão a que foi submetido o campo brasileiro a partir da exploração capitalista.

A discussão sobre a origem da propriedade da terra na questão agrária não pode prescindir da afirmativa de que ela deriva dos diferentes processos históricos pelos quais o país passou. Isto quer dizer que a formação territorial brasileira deriva da forma através da qual o capital submeteu a terra à lógica econômica de exploração. (OLIVEIRA, 2010, p. 291).

Sobre a formação da classe trabalhadora camponesa Stédile (2005) aponta que, com a crise do modelo agroexportador no século XX, surge o campesinato brasileiro composto pelos quase dois milhões de pobres vindos da Europa pós-guerra para trabalhar na agricultura brasileira, bem como a população mestiça formada nos 400 anos de escravidão. Ainda conforme mencionado autor, essa classe tinha duas funções nesse modelo: fornecer mão-de-obra barata para a nascente indústria na cidade e exército de reserva para a manutenção dos baixos salários, produzindo alimentos baratos para os operários e matéria-prima agrícola para o setor industrial. O Brasil chegou à

década de 1960 com a agricultura modernizada, capitalista e um setor camponês totalmente subordinado aos interesses do capital. Sobre isso, mais uma vez com Stédile, sustenta-se.

Dessa forma, a lógica do modelo de industrialização dependente atuava permanentemente de forma contraditória e complementar, em que os camponeses, ao mesmo tempo que se reproduziam e se multiplicavam enquanto classe tiveram parcelas de seus membros, migrando para as cidades e se transformando em operários. (STÉDILE, 2005, p.32).

Em se tratando de educação, percebe-se que o lugar que o camponês e o próprio campo representavam na estrutura capitalista brasileira não necessitava, inicialmente, de políticas públicas, porque o campo era visto apenas como local de exploração.

Essa formação social não exige uma qualificação da força de trabalho, ocasionando até certo desprezo, por parte das elites, em relação ao aprendizado escolar das camadas populares, principalmente dos camponeses. (RIBEIRO, 2012, p. 279).

A educação rural concebida como educação destinada à população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento vem desde sua origem associada à perda da autonomia dos agricultores, impondo um conhecimento estranho à tradição e dinâmica da vida camponesa. Ribeiro (2012).

Sobre esse modelo educacional, os estudos de Calazans (1993) apontam que o projeto de educação para o meio rural aparece, de forma superficial e desarticulada, no cenário brasileiro, no fim do Segundo Império. Contudo, somente a partir da primeira metade do século XX, é que a oferta de educação rural foi implantada mais amplamente, porém não como uma preocupação com a formação dos trabalhadores do campo e, sim, porque a evolução das estruturas sócio agrárias do país obrigou a classe dominante do campo a, minimamente, se preocupar com algumas mudanças, como, por exemplo, a construção de escolas em seus domínios.

Foi no contexto da década de 1930 que emergiu o movimento conhecido como “Ruralismo Pedagógico”, que teve o objetivo de propor uma escola vinculada ao homem do campo condenando o urbanismo, colocando o

deslocamento do homem do campo como impulsionador de desordem social. O Ruralismo Pedagógico, com intenções duvidosas, fundamentou-se baseado nas ideias escolanovistas e progressistas de educação lançadas no manifesto dos “Pioneiros da Educação Nova”, que, de sua parte, propunha, por meio da educação, a fixação do homem no campo e uma escola integrada às questões regionalistas, agregando diversos interesses: ideologia do colonialismo que, defendendo as vidas campestres mascarava as preocupações dos agroexportadores como o esvaziamento do campo; interesses das elites urbanas preocupadas com a explosão sociais na cidade causada pelo êxodo rural; e outros segmentos que queriam colocar o Brasil num destino econômico agropecuário. (LEITE, 1999).

Dessa forma, o Ruralismo surge como proposta educacional não comprometida com a formação da classe trabalhadora, mas como interesses de segmentos dominantes em manter, naquele momento histórico, o indivíduo no campo, ajustando-o ao meio rural, para fixação dos elementos de produção, integrando todos nas obras de construção da unidade nacional para “[...] tranquilidade, segurança e bem-estar do povo brasileiro”. (CALAZANS, 1993, p. 26). Entretanto, o caráter conservador desta proposta não apresentou resultados, visto que a permanência do homem no campo está relacionada às suas condições materiais de existência e não apenas aos apelos românticos e idealistas que o ruralismo pedagógico propunha. A intencionalidade, mesmo das elites com a educação rural, era inserir os povos do campo na dinâmica produtiva do capitalismo e submetê-los, ideologicamente, ao projeto societário burguês.

Com o processo de industrialização intensificado no país da década de 1950 em diante, mediante a introdução de máquinas, novas tecnologias e insumos agrícolas no campo – processos vistos como fundamentais para a modernização –, as necessidades da mão-de-obra do campo mudaram e isso impulsionou mudanças também na legislação educacional, modificações essas que não propunham a formação do camponês, garantindo-lhe o acesso a uma educação de qualidade e, sim, uma mera qualificação para as novas necessidades do mercado.

No pós-guerra, em conformidade com a política norte-americana, foi criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), que, segundo Leite (1999), tinha o objetivo de implementar projetos educacionais no meio rural, com a constituição de Centros de Treinamentos, realização de Semanas Ruralistas e criação e promoção de Clubes Agrícolas e dos Conselhos Comunitários Rurais. Organizaram-se, também, os programas de Extensão Rural que, continuando com Leite (1999, p. 34), apesar de proporem a melhoria de vida das populações rurais, reforçaram as condições de dependência e “[...] a vivência democrática e cidadã ficou mais uma vez submetida à vontade dos grupos dominantes”. Além disso, surgiu a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que repetia fórmulas de dominação e não discutia a problemática rural. Com o objetivo de acompanhar os processos produtivos e, em alguns cursos, até mesmo toda a escola rural, ficavam encarregados de ‘capacitar’ estudantes, tornando-os mais produtores para o trabalho que iriam desempenhar, relegando à escola a tarefa de treinar, ao invés de educar.

Esse processo se aprofunda nas décadas seguintes, com a expansão da escolarização no campo. Programas como Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Programa Nacional de ações Socioeducativas e Culturais para o meio rural (PRONASEC) e Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste (EDURURAL), implantados nos anos 1970 e 1980, facilitaram o acesso dos povos do campo à escola; esta educação, porém, descolada das questões sociais que envolviam o campo, não dava conta de garantir o avanço das populações. Sobre esse período Leite (1999) assevera que,

[...] a crítica que se faz, atualmente, sobre as mudanças educacionais ocorridas no país com o advento dos militares, é que o sistema educacional controlado pela ideologia de caserna limitou-se aos ensinamentos mínimos necessários para a garantia do modelo capitalista-dependente e dos elementos básicos da segurança nacional. (LEITE, 1999, p. 52).

Além disso, Ribeiro (2012) completa:

Os escassos registros históricos existentes indicam que diferentes modalidades de educação rural, como centros de treinamentos, cursos e semanas pedagógicas efetuadas até os anos de 1970, estiveram sob influência norteamericana, por meio de agências de fomento que contavam com o apoio do Ministério de Educação (MEC) [...] Partiam de uma visão externa à realidade brasileira, na suposição de que as populações rurais estariam sendo marginalizadas do desenvolvimento capitalista. A política adotada para a educação rural justificava-se, então, como resposta à necessidade de integrar aquelas populações ao progresso que poderia advir desse desenvolvimento. (RIBEIRO, 2012, p. 296).

Deduz-se daí que a política educacional destinada às populações camponesas teve maior apoio e volume de recursos quando contemplava interesses relacionados à expropriação da terra e à consequente proletarização dos agricultores. Associado a esses interesses, identificava-se o projeto de implantação, por parte das agências de fomento norte-americanas, de um modelo produtivo agrícola gerador da dependência científica e tecnológica dos trabalhadores do campo. (RIBEIRO, 2012, p. 297)

Desse modo, a educação rural funcionou como um instrumento formador tanto de uma mão-de-obra disciplinada para o trabalho assalariado rural quanto de consumidores dos produtos agropecuários gerados pelo modelo agrícola importado. Os programas destinados a essas populações eram elaborados e aplicados sem sua participação. As instituições encarregadas de implantar aquelas políticas recebiam os ‘pacotes’ fechados, de modo a não interferirem nos objetivos, nas metodologias e nos conteúdos contidos nos programas. Dessa maneira, os mesmos eram repassados aos centros comunitários, às escolas e aos sindicatos tomados como parceiros, sem que tivessem participado da elaboração dos referidos ‘pacotes’ e sem, ao menos, ter conhecimento de suas origens. (CALAZANS, 1993).

2.3 O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) atuação do sistema S na escola pública do campo

Na virada dos anos 1980 para 1990, o agronegócio emerge no Brasil associado à produtividade e modernização da agricultura que, para “Leite e Medeiros” (2012), trazem consigo uma tendência, por um lado, a controlar áreas cada vez mais extensas e, por outro, a concentrar empresas com controle internacional. De acordo com os autores citados, tal concentração é

marcada, também, pela verticalização: os grandes grupos controlam, hoje, o mercado de insumos, o armazenamento, o beneficiamento e a venda, com estratégia baseada em sua dinâmica de inserção no mercado internacional. Vale ressaltar que essa modernização vem acompanhada de formas degradantes de trabalho, da necessidade crescente de demandas por terras e da destruição da natureza.

O campo brasileiro se configura, ainda, por ser um espaço em que muitos têm pouca terra ou terra nenhuma e poucos têm muita terra, consoante Oliveira (2004) expõe em seus estudos sobre a barbárie do agronegócio.

A soma das 27 maiores propriedades existentes no país, atinge uma superfície igual àquela ocupada pelo Estado de São Paulo e a soma das 300 maiores atingem uma área igual à de São Paulo e Paraná. Por exemplo, uma das maiores propriedades aquela da Jary/AS, que fica parte no Pará e parte no Amapá, tem área superior ao Estado de Sergipe. (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

A concentração de terra segue sendo uma realidade, pois, como apontado, a terra serve como “reserva patrimonial e de valor dos latifundiários”. Isso significa que o discurso do agronegócio encobre a concentração de terra, pois, quem que, de fato, produz e gera emprego no Brasil são as pequenas e médias unidades. A grande propriedade no Brasil é, majoritariamente, improdutiva.

A terra não é apropriada previamente para ser posta para produzir, pois, mesmo sem produzir nada garante ao seu proprietário a geração de riqueza. Ela funciona como reserva de valor (realizada na venda da propriedade) ou, o que é mais comum, como reserva patrimonial (utilizada como garantia quando se vai ao sistema financeiro tomar empréstimos). (OLIVEIRA, 2012, p. 302).

O agronegócio tem investido no discurso da produtividade, atribuindo a si o mérito da produção do campo e criando seus meios tecnológicos de, cada vez mais, avançar e oportunizar a formação de defensores do seu projeto.

Nesse contexto, a educação, como espaço privilegiado de formação dos sujeitos, assume, no campo brasileiro, o papel de promover a subordinação e transmissão de conhecimento necessário aos interesses da classe dominante, que, a seu turno, preserva esse modelo de desenvolvimento destrutivo, usando

a escola para mediar as contradições da produção, para reproduzir a divisão do trabalho baseado em classes e para reproduzir as relações de produção.

Para Carnoy (1987), a função da educação no sistema capitalista não é apenas ideológica, mas econômico-reprodutivista, pois consiste em desenvolver um exército de reserva qualificado; aumentar a produtividade tanto diretamente como com quadros tecnocráticos e desejosos de controlar outras frações da força de trabalho e como aparelhos repressivos no controle das crianças.

A burguesia brasileira, tanto no campo como na cidade, tem a educação como ferramenta de dominação e a atuação do empresariado na elaboração de projetos e programas educacionais se estende ao campo de várias formas, a exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), instituído em 1991, entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Integrante do Sistema S, o SENAR, dentre vários espaços de atuação na formação da classe trabalhadora, desde 1995, passa a operar na rede de ensino no Estado do Paraná, com um programa de educação ambiental destinado a escolas públicas e privadas, denominado “Agrinho”. Esse programa foi precursor e deu origem a outros programas desenvolvidos pelo país, oferecendo base metodológica e conceitual para elaboração do programa Despertar no Estado da Bahia.

O Referido Programa, enquanto ação de Educação Ambiental, é uma trabalho do patronato rural na Bahia desenvolvido pelo SENAR em escolas da rede pública. Com o objetivo de realizar formação profissional de trabalhadores que vivem no campo, este serviço desenvolve cursos profissionalizantes dando ao agronegócio respostas às necessidades da formação do trabalhador:

Em síntese, compreende-se que a missão do SENAR é de qualificar da força de trabalho no campo, de forma a atender às demandas do agronegócio. Nos municípios, o SENAR organiza-se a partir dos sindicatos rurais, espaço de organização dos latifundiários locais. É a partir deste grupo que se destinam as verbas do serviço para promoção de cursos nas comunidades. As ações do SENAR não somente se destinam ao público adulto inserido ou apto ao mercado de trabalho, como também atuam no campo da educação escolar

através de projetos de Educação Ambiental destinados especificamente às Escolas do Campo. (RIBEIRO, 2015, p. 21).

No Estado da Bahia, buscando estimular o desenvolvimento do agronegócio e desenvolver nos trabalhadores aptidões para o empreendedorismo, a abrangência das formações ocorre de acordo com as cadeias produtivas expandidas em cada região. Tais ações se dão nas comunidades rurais, com minicursos, em caráter de capacitação, organizados por profissionais integrantes do próprio SENAR ou por sindicatos afiliados à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB).

Sua gestão na escola pública, em especial naquelas do campo, aflui da temática da Educação Ambiental que, com a construção do discurso em defesa do Meio Ambiente, promovem projetos de formação continuada para professores, preparando-os como disseminadores da sua concepção de Campo e de Meio Ambiente. No entanto, o pensamento crítico ao modelo de agricultura pautado no agronegócio aponta que a incidência desenfreada desse modelo está, justamente, na ação de destruição do meio ambiente e nos riscos à população.

Na Bahia, o programa está inserido em mais de 80 municípios do Estado. Ao inserir-se no campo da educação pública com projetos educacionais, o SENAR cumpre o papel de disseminar a ideologia do agronegócio nesses espaços, produzindo um consenso sobre o mesmo.

Retomando Ribeiro (2015), sobre as atribuições das três instituições – SENAR, prefeitura e Estado –, verificou-se como se desenham os compromissos da Prefeitura Municipal para com o SENAR, cabendo a ela o papel de disponibilizar as Escolas do Campo, seus docentes e alunos ao programa e arcar com toda a infraestrutura necessária para a efetivação deste. O município não participa da elaboração do conteúdo da grande temática “Educação Ambiental”, seu papel é de organizar todo o processo, mobilizando outras secretarias como cooperadoras do programa, criando mecanismos de incentivo ao projeto. Quanto ao Sindicato Rural, observou-se que a sua participação se dá na articulação das comunidades rurais, com a missão de participar de todas as ações do programa, efetivando, também, parcerias com

as secretarias municipais e atuando, conjuntamente, com as comunidades rurais.

A metodologia do programa baseia-se na pedagogia da escola ativa ancorado nos quatro pilares da educação: aprender a aprender, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL, 2014, p. 5). Certamente não é para apoiar a pequena agricultura, tampouco para desenvolver políticas de reforma agrária. É um conteúdo de debate ambiental, sem se relacionar aos impactos ambientais provocados pelo monocultivo e o uso de agrotóxicos, características fundantes da agricultura empresarial.

Em síntese, o SENAR (órgão patronal) promove todo o processo de formação pedagógica dos educadores, via processo de formação continuada, orientando as escolas na elaboração dos projetos, de modo que estes assumam o papel de eixo transversal. Fica, ainda, a cargo do SENAR formar os coordenadores municipais, os professores destacados para operacionalizar o funcionamento do programa e a certificação dos professores que participaram do mesmo. É importante ressaltar que o SENAR passou a fazer parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o PRONATEC, em 2011, expandindo a oferta de cursos para jovens e adultos do Brasil rural.

Essa participação do SENAR na rede pública reforça a ideia de que a educação tem um papel estratégico no atendimento de expectativas do setor produtivo no Brasil; este se apropria da educação como ferramenta para recompor o exército de trabalhadores subalternizados no processo produtivo de cada época. Rodrigues (1998), que estuda as instituições criadas conjuntamente com a CNI e o Estado, pontua que as recentes legislações educacionais são, sem dúvida, reflexos (quase diretos) do pensamento pedagógico industrial. Há todo um aparato jurídico que ampara essa atuação do empresariado na formação da classe trabalhadora. Desde a década de 1960, quando da vitória dos proprietários de estabelecimentos particulares de ensino na disputa com os setores que defendiam a escola pública, os interesses dos proprietários vêm sendo garantidos legalmente. Nesse ambiente, o Estado, como mero gerenciador de investimentos, denota, cada

vez mais clara, a intenção do empresariado de auferir os recursos públicos para benefícios próprios na privatização da educação do país.

3 FUNDAÇÃO ODEBRECHT: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PDCIS

Esta seção trata do histórico e da atuação da Odebrecht no estado da Bahia. Os dados aqui apresentados foram obtidos mediante estudo de dois livros escritos por Norberto Odebrecht: *Educação pelo Trabalho – Tecnologia Empresarial*, publicado em 1991, que explicita a história de sua empresa e sistematiza os fundamentos de sua filosofia e; *Odebrecht e Desenvolvimento*

*Sustentável a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia*⁶, que, desde uma visão pessoal, relata a história da empresa na mencionada região, bem como o plano de governança desenvolvido com o poder público, entidades e demais empresas. Outra referência consultada foi *Baixo Sul da Bahia uma proposta de Desenvolvimento Territorial*, resultante de um trabalho da Fundação Odebrecht, em janeiro de 2000, pelo Projeto Conhecendo o Baixo Sul, com o objetivo de produzir um amplo diagnóstico da Microrregião que permitisse, ao então Projeto Aliança com o Adolescente, ter um conjunto de dados sobre oito municípios que compõem a região.

Para tecer uma análise crítica mais sedimentada, foram pesquisados autores que contestam a ideia de desenvolvimento difundida pela empresa e que atestam um desenvolvimento que desrespeita direitos sociais e ambientais.

3.1 Histórico da Odebrecht: desenvolvimento para que e para quem?

Segundo Garcia (2009), o Brasil está em terceiro lugar no ranking das 100 empresas de países “emergentes” com potencial para desafiar empresas transnacionais estadunidenses e europeias. Dentre essas, encontra-se a construtora Odebrecht, empresa capitalista considerada uma das maiores transnacionais da América Latina. A Odebrecht tem negócios nos 05 continentes, sendo Brasil, América Central e América do Sul as regiões que garantem mais lucros à empresa.

Trata-se de uma empresa de origem baiana, que teve como fundador Norberto Odebrecht⁷. Firmou-se no estado, na década de 1940, e, após 1950, expandiu sua atuação para os demais estados do Nordeste. No processo de

⁶ Com apoio de órgãos do Estado, Norberto Odebrecht publica um livro contando seus feitos no desenvolvimento do Baixo sul, porém a história contada a partir de suas vítimas aponta a face cruel do desenvolvimento. O livro foi publicado com a parceria da Fundação Odebrecht, o Centro de Recursos Ambientais (CRA), hoje substituído pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), autarquia da Secretaria do Meio Ambiente, e o Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente (NEAMA) do Centro de Administração Pública e Governo.

⁷ Norberto Odebrecht (1920-2014) foi fundador da empresa Odebrecht. Engenheiro, nascido em Recife, filho de Emílio Odebrecht, neto de imigrantes alemães. Os Odebrecht chegaram ao Brasil no início do século XIX, imigração germânica no sul do país, Santa Catarina (ODEBRECHT, 2004).

ampliação, avançou para o centro sul na década de 1960 e, já no final da década de 1970, passou a ter uma ação internacional, diversificando ainda mais seus negócios. A criação da holding, em 1980, na qual a Odebrecht é administradora e possui maior número de ações de um conjunto de empresas, foi fundamental para essa diversificação de investimentos.

Sua origem está no contexto da modernização da agroindústria açucareira na região, datando de 1920 a criação, em Recife/PE, da firma e construtora Isaac Gondin e Odebrecht Ltda., transformada, após, em Emílio Odebrecht. Essa empresa, embrião da atual Odebrecht, foi contratada para a construção de pontes, estradas, armazéns e portos para escoar a produção de açúcar. Na década de 1940, a família Odebrecht mudou-se para Salvador, quando Norberto Odebrecht assumiu os negócios de seu pai, em decadência, fundando a Odebrecht S/A (ODEBRECHT, 2004).

A maioria das grandes firmas de construção civil nacionais surgiram por volta da década de 1940 e são empresas de origem familiar. Um dos motivos que explica o fato de três das maiores empresas de engenharia terem origem nordestina é o grande número de obras de infraestrutura locais nas décadas de 1950 e 1960, principalmente por conta da SUDENE e das usinas hidrelétricas na região – o potencial hidrelétrico do Nordeste é o mais explorado dentre as regiões do Brasil.

A indústria de construção se transformou em multinacional na década de 1970, destacando, aqui, a forte presença do poder público no financiamento das atividades dessas empresas desde sua origem até os dias atuais. A maior área de ganho das empreiteiras deu-se na construção de hidrelétricas e barragens. Foi nesse tipo de obra, aliás, que essas firmas mais auferiram lucros e se consolidaram.

De acordo com Garcia (2009), outra importante alavanca para o ramo da construção pesada nacional foi a Petrobrás e os seus requisitos na área de engenharia.

Todas essas companhias prestaram serviços para a estatal e tiveram lucros com isso, havendo o caso extremo da Odebrecht que, em sua apresentação empresarial se orgulha de ter construído para a empresa refinarias, plataformas, estradas, prédios – inclusive o prédio-sede da BR na avenida Chile, no

Rio –, portos e ter perfurado nada menos do que 140 poços de petróleo e gás no mar. Se o governo de Juscelino possibilitou amplas encomendas para a construção civil brasileira, o regime ditatorial constitui o período com maiores oportunidades para essas empresas na história recente. (GARCIA, 2009, p.106).

Além disso, os estudos de Campos (2009) apontam que, junto ao financiamento público das grandes obras, os governos ditatoriais fizeram um governo benéfico ao grande capital, ao serem tomadas providências que prejudicaram a classe trabalhadora.

Medidas como o rebaixamento do salário mínimo e restrições para os aumentos salariais, imposição de silêncio aos sindicatos, o incentivo às fusões de empresas, a criação das poupanças compulsórias do FGTS, PIS e PASEP, a inação forçada da justiça do trabalho e de mecanismos fiscalizadores típicos propiciaram o crescimento dos lucros privados e a consolidação de conglomerados empresariais. No caso da construção civil, as restrições à justiça trabalhista e aos mecanismos fiscalizadores – tais como imprensa, ministério público – tiveram o efeito perverso de incrementar em grande escala os acidentes de trabalho. (CAMPOS, 2009, p.106).

As grandes obras realizadas a partir de 1964 explicam, em boa medida, o crescimento das grandes firmas de engenharia nacional no fim do período ditatorial.

As empresas construtoras se organizaram em aparelhos privados de hegemonia para garantir posições estratégicas no aparelho de Estado, impulsionando medidas benéficas, políticas favoráveis, além das obras de infraestrutura. Esses organismos específicos asseguram a representação e reivindicação dos interesses das construtoras dentro do aparelho de Estado. Desde o final da década de 1950, foram criadas diversas agências desse tipo, como a Câmara Brasileira de Construção Civil (CBIC), em 1957, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (SINICON), em 1959, e, por fim, a mais importante de todas, a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), em maio de 1964. Esse último órgão reúne as principais empresas do ramo e tem maior projeção que as outras agências, por ter interlocução com a Petrobras e também maior acesso à mídia e à imprensa. (CAMPOS, 2009, p. 107).

A partir dos anos 1990 com a vitória de Fernando Henrique Cardoso para presidente do Brasil em 1994, foram introduzidas as políticas neoliberais no país. O Plano Diretor da Reforma do Estado, publicado em 1995, de

autoria de Bresser Pereira pode ser considerado como marco da Reforma Gerencial do Estado Brasileiro. Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Luís Carlos Bresser Pereira, então ministro do extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), delineou os principais elementos do dito Novo Estado Brasileiro, buscando a adequação da administração pública nacional a critérios da então moderna administração gerencial. As atividades estatais foram divididas em dois grupos: atividades exclusivas do Estado, executadas pela cúpula da Administração e consistentes em legislação, regulação, fiscalização, fomento e formulação de políticas públicas; e atividades não exclusivas do Estado, que consistem nos serviços competitivos e atividades de apoio.

No âmbito da sociedade civil, formou uma complexa rede de organizações estruturada em torno dos aparelhos formuladores e aparelhos difusores da nova ideologia. Investiu na assimilação de outros organismos para sua zona de influência para potencializar o alcance de seus objetivos. A noção de responsabilidade social definiu o processo de construção da unidade orgânica da classe para produzir os elementos materiais e simbólicos necessários à edificação da nova sociabilidade requerida pelo Estado capitalista neoliberal no Brasil.

A atuação desses organismos na segunda metade dos anos de 1990 foi fundamental para conscientizar o empresariado sobre a importância da ação coletiva e orgânica através da “responsabilidade social empresarial” e sobre a necessidade de ampliar o número de organizações na sociedade civil.

Nos anos 2000 o Partido dos Trabalhadores, que havia liderado o movimento de resistência parlamentar ao neoliberalismo nos anos de 1990, seguiu na implementação de políticas delineadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Os planos de governo e as alianças indicavam que a disputa eleitoral daquele ano não se concentraria num embate entre projetos pró e contra o neoliberalismo. Na verdade, o foco daquele pleito foi reduzido à concorrência entre forças que desejavam assumir a condução das políticas econômicas e sociais dentro dos limites estabelecidos por aquele projeto (TAUTZ, 2010).

Em Tautz (2010, p. 252), o governo Lula (2003-2010) “[...] aprofundou certo padrão de acumulação do capitalismo brasileiro inaugurado com as privatizações e a liberalização dos anos 1990 baseado na formação de conglomerados privados (nacionais e estrangeiros), fomentados por fundos públicos, via capital estatal e paraestatal (empresas estatais e fundos de pensão)”. A retomada do papel estatal e seu alinhamento à demanda dos grupos empresariais com proporções sólidas no governo pré-Lula foi marcada pela “[...] transferência massiva de recursos públicos, de forma não transparente e sem o devido debate com a sociedade brasileira” e facilidades do BNDES “[...] condições de crédito amplamente favorecidas, déficit de transparência e ausência de contrapartidas sociais, ambientais e econômicas nos contratos de financiamento”. Note-se que a Odebrecht está entre essas empresas eleitas com esse benefício, pois tem facilidades creditícias e fiscais.

O governo investe em commodities e produtos de baixa tecnologia e segue num modelo insustentável do ponto de vista econômico, já que se especializa em produtos de baixo valor agregado.

No que se refere à dimensão social, vale lembrar que as empresas do setor têm um baixo desempenho em termos de geração de empregos. Em muitos casos, estes provêm do trabalho precário e, mesmo, análogo à escravidão, como nos setores de etanol, e papel e celulose. Não faltam, também, exemplos de participação e financiamento do BNDES a usinas de cana autuadas pelo Ministério do Trabalho por manterem trabalhadores em condições análogas à escravidão, como o caso da Brenco – adquirida recentemente pela ETH Odebrecht; além de remoção de pessoas pelo empreendimento, atração pelo empreendimento, centralização dos recursos no exterior e dependência da tecnologia de ponta. Em se tratando de questões ambientais os impactos recaem sobre as populações mais pobres, levando a consequências, igualmente, do ponto de vista político, pois evidencia o financiamento sem transparência e sem vigilância social, como, por exemplo, a flexibilização da legislação ambiental. (TAUTZ, 2010).

O Brasil tem optado por um desenvolvimento pautado no modelo norte-americano de exportar capital, via expansão e instalação de suas empresas pelo mundo. Suas grandes empresas têm sido tratadas como motor do

crescimento econômico e do crescimento nacional, sendo o Estado o grande investidor dessa expansão. Em 2003, o BNDS elaborou uma linha de crédito específica para expansão das empresas brasileiras:

Assim, o BNDES alterou seu estatuto, e passou a apoiar empresas com capital brasileiro na implantação de investimentos e projetos no exterior, mas com ênfase comercial, especialmente ligados aos projetos de integração regional. (GARCIA, 2009, p. 14)

Além disso, as empresas são representadas por governos e pelos meios de opinião pública como os motores de desenvolvimento nacional, capazes de colocar o país no cenário competidor internacional. Interesses privados das empresas são associados aos interesses nacionais.

Usando a estratégia de formação de consenso em torno de seus interesses, essas empresas se sustentam na “responsabilidade social corporativa”; são ações das mesmas junto às comunidades e à sociedade, que permitem a elas penetrarem no seio da sociedade civil de diversas formas, conduzindo sua marca junto a ações de caráter social-público, melhorando, assim, sua imagem e assimilando e cooptando setores sociais que sofrem seus impactos. Muitas vezes, as empresas buscam políticas compensatórias por danos sociais e ambientais causados, sem mudar sua estratégia e sua ação, não eliminando a possibilidade de danos futuros. (GARCIA, 2009).

Portanto, de maneira voluntária, as políticas de ‘responsabilidade social’ das empresas vêm crescendo, vinculadas a políticas de marketing, e de criação de um consenso social em torno de seu papel. A Construtora Odebrecht divulgou R\$ 32 milhões em projetos socioambientais em 2007. As três transnacionais são signatárias do Pacto Global da ONU. (GARCIA, 2009, p. 20)

Há uma atuação das empresas, ainda, no cinema brasileiro, em jornais e em meios de comunicação; nas universidades, atuam, especialmente, nos setores técnicos. O conhecimento desenvolvido é direcionado de acordo com as necessidades das empresas, sendo elas também a opção de emprego para estudantes, que condicionam seus interesses de pesquisa.

Outro ponto a ser colocado com relação ao percurso dessas empresas é sua participação em concessões públicas, a partir das políticas neoliberais.

Com isso, todas as cinco grandes empreiteiras têm concessões nas áreas de rodovias, telefonia, geração e distribuição de energia elétrica e outros, inclusive no exterior, onde a Odebrecht tem contratos para exploração de estradas em Portugal e de abastecimento de água na capital de Angola.

Essa tendência é tão acentuada que as empresas têm perdido o seu caráter original de construtoras, convertendo-se em conglomerados monopolistas com uma variada carteira de investimentos, dentre os quais o de construção de obras de infraestrutura se tornou minoritário. Assim, as organizações Odebrecht incluem a famosa construtora e também uma empresa muito maior, a Braskem, conglomerado petroquímico que possui polos no Sul e no Nordeste, líder na América Latina e o terceiro grupo petroquímico das Américas, atrás apenas das gigantes Exxon e Dow Chemical. A empresa foi criada a partir da privatização de empresas como a Salgema Indústrias Químicas, PPH e Poliolefinas, nas décadas de 80 e 90. O enorme tamanho da Braskem diminui o porte da construtora no grupo como demonstram os números: 68,85% das receitas das organizações Odebrecht em 2006 eram provenientes da química e petroquímica, enquanto 30,89% eram oriundos da construção e engenharia. Outros projetos da organização se situam nas concessões rodoviárias, concessões de energia e até no agronegócio, em que a empresa ETH, pertencente ao grupo, pretende investir R\$ 5 bilhões no setor de açúcar e de álcool até 2014. (CAMPOS, 2009, p. 111-112)

A construtora Odebrecht foi expulsa do Equador por falhas graves na obra da hidrelétrica San Francisco. O governo brasileiro participou dessa má atuação da construtora, pois, ao emprestar dinheiro ao Equador para a construção da hidrelétrica de San Francisco, o BNDES forneceu um pacote fechado ao país, determinando a contratação de uma empresa brasileira para a obra (no caso, a Odebrecht), bem como a aquisição de insumos e equipamentos provenientes do Brasil. A construtora “transbrasileira” Norberto Odebrecht, o Banco do Brasil e o BNDES fizeram estragos na vida de milhões de equatorianos devido à sua participação na construção e no financiamento de grandes projetos de infraestrutura que não apresentaram benefício coletivo para o país. (LANDIVAR, 2009).

O Movimento dos Atingidos por Barragens denuncia os benefícios promovidos pelo Estado brasileiro na construção de Santo Antônio, no Rio Madeira, no Estado de Rondônia. A construção da hidrelétrica por Odebrecht e Furnas, suas acionistas majoritárias, constitui-se numa Parceria Público-

Privada (PPP). Esse modelo de parceria se intensificou no último período, principalmente nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As PPPs garantem que a participação de empresas públicas levem investimento estatal e que as empresas privadas invistam o mínimo possível. Nesse caso, o BNDES estará financiando R\$ 6,1 bilhões dos R\$ 8 bilhões necessários para a construção de empresas transnacionais brasileiras na América Latina; é o maior volume de recursos da história do BNDES destinado para uma mesma obra e as consequências ambientais causadas pela hidrelétrica já são visíveis.

Outro ponto a ser discutido é o financiamento da empresa em campanhas eleitorais. A Norberto Odebrecht é a quinta maior doadora de recursos para campanhas, direcionando seus investimentos em busca de vantagens futuras como contratos, projetos de lei, empréstimos em bancos estatais e regulações favoráveis.

3.2 Baixo Sul da Bahia uma história de exploração

A região do Baixo Sul da Bahia⁸, composta por 15 municípios, tem uma média populacional de 359,109 habitantes, sendo que cerca de 46,7% da população vive no campo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). É potencialmente rica em recursos naturais. Abundante em recursos hídricos, gás natural, minerais e clima favorável à agricultura, além do potencial para a piscicultura e turismo. Recortado por ilhas, estuários e baías profundas, pequenas enseadas e braços de mar que avançam terra adentro, coberta por densa vegetação o Baixo Sul é uma região de grande diversidade ambiental e paisagística. Dessa forma, tornou-se um atrativo para os grandes projetos de exploração econômica, fazendo dele um espaço de

⁸A região do Baixo Sul da Bahia, na nova divisão territorial, compreende os municípios de Camamu, Igrapiúna, Maraú. Ituberá, Nilo Peçanha, Cairú, Gandú, Jaguaripe, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Teolândia, Taperoá, Wenceslau Guimarães e Valença. As regiões, hoje chamadas de Recôncavo, Vale do Jequiriçá e Baixo Sul estiveram integrados no passado, durante muitos séculos, tendo a cidade de São Salvador como polo aglutinador. Apenas em meados do século XX, com o esgotamento do modelo agroexportador estabelecido, as novas dinâmicas sociais daí advindas levaram à diferenciação e reorganização desses territórios.

contradições sociais, marcado pela concentração de terra e renda e elevados índices de pobreza e analfabetismo.

Situada na Capitania de Ilhéus, a construção da primeira vila⁹ da região, datada de 1534, constitui-se uma das mais antigas do período da colonização do Brasil. A experiência colonizadora nesta localidade abateu, principalmente, a vegetação nativa, a Mata Atlântica, e se estendeu para o extermínio humano que, praticamente, dizimou os povos indígenas, Tupinambás e Aimorés, que viviam no território.

Na cidade de Salvador, consolidou-se um vasto cinturão agrícola destinado à produção de gêneros tropicais exportáveis, estabelecendo ali as bases da sociedade colonial brasileira. A região do Baixo Sul tornou-se local estratégico para a produção de alimentos destinados à manutenção da metrópole. Ao longo do período colonial, as vilas da Capitania de Ilhéus estavam de tal modo articuladas aos circuitos de produção e comercialização de açúcar, fumo e mandioca do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos que mereceram o epíteto de “Vilas de Baixo”, uma referência não apenas à sua posição geográfica, como também à sua condição política em face de Salvador.

Tal empreendimento demandou uma vasta mão-de-obra escrava nos locais onde a indígena não foi suficiente; nesses, formou-se um núcleo escravista. Com isso, dados do IBGE revelam que 88% da população do Baixo Sul é negra. Como já salientado, não diferente de outras regiões do Brasil, após a Lei de Terras; e a lei de libertação dos escravos, conhecida como a Lei Áurea, começa o processo de concentração fundiária no território, que teve seu início com o processo de grilagem por parte de alguns empresários, apossando-se de terras devolutas que estavam sobre o domínio de escravos fugidos e ou seus descendentes, durante quase um século.

⁹ Vila de São Jorge dos Ilhéus (1534), a partir da qual se desmembraram as Vilas de Nossa Senhora do Rosário de Cairú (1608) – termo original dos municípios de Valença, Nilo Peçanha, Wenceslau Guimarães, Taperoá, Teolândia, Presidente Tancredo Neves (território de identidade do Baixo Sul) – e Nossa Senhora da Assunção do Camamu (1693), da qual se originaram Igrapiúna e a antiga Vila de Santarém dos índios (1758) termo original dos territórios atuais dos municípios de Ituberá, Piraí do Norte e Gandú (todos pertencentes ao Baixo Sul) (ADAN, apud FIGUEREDO, 2010 p. 46).

Com a construção da ferrovia e, posteriormente, da rodovia, a região foi perdendo importância econômica e passou por um processo de isolamento. Apenas a partir da década de 1940, ressurgiu para uma nova etapa de exploração econômica com a chegada de empresas que ali se instalaram.

Mesmo com todas as condições potencialmente favoráveis, os indicadores de desenvolvimento econômico e social apresentam números que se contrapõem a tal situação. As riquezas da região, historicamente, estão concentradas nas mãos das grandes empresas que concebem ao Baixo Sul um potencial para os grandes negócios e a agricultura camponesa e demais atividades ligadas ao pequeno, como pesqueiros, marisqueiros, entre outros, que, com suas poucas conquistas, resistem, ainda que se vejam, cada vez mais, subordinados às leis de mercado. Assim, identificam-se, na Região do Baixo Sul, 35 assentamentos de Reforma Agrária (desses, 15 vinculados ao MST); 10 acampamentos, 67 comunidades quilombolas e negras (dessas apenas 35 foram certificadas, isto é, tem a posse da terra); 01 comunidade indígena, 05 colônias de pescadores, 09 Associações Pesqueiras e 03 assentamento Cédula da Terra. (GEOGRAFAR - UFBA, 2012).

Será retratada na sequência descrição da atuação da Odebrecht na região e sua concentração, ao longo de quase 70 anos, de terra e riquezas, bem como sua volta à região, ora propondo possibilidades de superação da pobreza.

Na Bahia, além de desenvolver obras na capital, os trabalhos da empresa Odebrecht se expandiram para o sul do estado para construção de portos e pontes. Na região do Baixo Sul, chega, em 1949, para desenvolver obras encomendadas pelo governo, já instalando atividades econômicas que atestam o seu caráter explorador tanto das riquezas naturais como dos seres humanos. Com atividades em toda a região, foi no município de Ituberá/BA, que se concentrou a maior parte de seus negócios.

A instalação da empresa em uma região rica em recursos hídricos e vegetação foi propícia para a consolidação de negócios, abrindo, assim, a Sociedade Anônima Ituberá Comércio e Indústria (SAICI), tendo como sócios os príncipes de Orleans e Bragança. A SAICI operava com geração e distribuição de energia elétrica; extração, transporte e beneficiamento de

madeira e autoclavagem. Além disso, construiu uma vila residencial e um campo de pouso, o que proporcionou uma exploração de instalações aeroportuárias e agenciamento de passagens aéreas. Do mesmo modo que a SAICI, outras empresas se acomodaram na região: a Standard Oil, atual Esso, a Firestone¹⁰, atual Michellan (que adquiriu enormes áreas agrícolas e as utilizou para o plantio de seringueiras) e as Indústrias Matarazzo, conglomerado empresarial paulista que se instalou plantando dendê. (ODEBRECHT, 2004).

Mediante convênios com os governos municipais e estaduais, a empresa foi se estabelecendo e intensificando a exploração da região, associando, de forma auto elogiosa, sua chegada ao desenvolvimento. Em verdade, porém, inescrupulosamente, posseiros foram expropriados na região para que suas terras dessem lugar à exploração econômica empreendida. Nos escritos elaborados por Odebrecht (2004), percebe-se que, rapidamente, ele foi se constituindo como latifundiário, já que se vangloria por ter conduzido outras empresas à região, como a Firestone, a quem vendeu terras, bem como a “doação” de terras feita ao governo para construção de um núcleo colonial japonês no município de Ituberá/BA. Os estudos de Silva (2013) apontam uma grande investida de Odebrecht para a expropriação de terras de pequenos posseiros. Com análise documental de processos que envolviam fazendeiros e posseiros e desde relatos orais, o estudioso identificou o processo de grilagem de terras que, depois, eram vendidas para outras empresas:

[Norberto Odebrecht] ganhou o título de terras devolutas entre Igrapiúna e o km 29 da BA-250, uma grande extensão de terra que cobre mais de 100 km². Odebrecht comprou-as de muitos dos posseiros que viviam nas terras, embora eles não tivessem o título legal de suas terras e as pessoas afirmarem que aqueles que não quiseram vendê-las eram forçados a sair por jagunços (bandidos contratados). Uma vez que seus títulos de

¹⁰ A Firestone, fabricante internacional de pneus, comprou “enorme área” (*sic*) de terra da Odebrecht, por volta da década de 1950, onde implantou a monocultura da seringueira para extração de látex (ODEBRECHT, 2004, p. 76). Atualmente, a fazenda pertence à Michelin. Trabalhar na Firestone foi o destino de muitos homens e suas famílias da região depois de terem suas terras expropriadas. No mesmo ano, com a criação da Sociedade Anônima Ituberá Comércio e Indústria, foi instalada a Esso Standart do Brasil, que montou um terminal para o abastecimento de gasolina no sul do Estado. Plantações de dendê e mamona foram intensificadas no parque industrial da firma Indústrias Reunidas Matarazzo. Assim, a cidade de Ituberá/BA ressurgiu no cenário, reencantando uma nova marcha de progresso. A companhia Firestone fez também grandes plantações de maniçoba, no distrito de Igrapiúna/BA, para extração de borracha

terras foram garantidos, Odebrecht fundou a SAICI (Sociedade Anônima Industrial e Comercial de Ituberá), uma empresa pública criada para explorar e processar as madeiras da região. (FLESHER, 2006, p. 129-130 apud SILVA, 2013).

A ideia de progresso e desenvolvimento trazida pela empresa foi desastrosa tanto do ponto de vista ambiental como para as populações nativas. Outro dado importante foi o apoio do Estado para a consolidação desse latifúndio na região. A Companhia de Melhoramentos Rurais e Urbanos (COMEBA)¹¹, empresa liderada pelo empresário Norberto Odebrecht, o Diretor-Presidente, aparece em vários relatos como uma ameaça aos trabalhadores que não tinham o título de suas terras. Norberto Odebrecht estava, constantemente, envolvido em conflitos de terras com posseiros.

Sobre a atuação da Odebrecht na região, Silva (2013) destaca,

[...] a COMEBA, que se dedicava a empreendimentos imobiliários e detinha a propriedade de inúmeras fazendas na região; entre elas, as propriedades denominadas Antuerpia, Namur, Pau Só e Contendas. Conquanto tenham, atualmente, tais denominações, as propriedades ‘Antuerpia, Namur, Pau Só’ constituem-se de terras tradicionalmente conhecidas por ‘Legua’, ‘Sapucaia’, ‘Sequeiro’, ‘Coitinho’, ‘Braço do Sul’, ‘Pancada do Veado’, ‘Retiro’, ‘Treppe e Desce’ e ‘Retiro Velho’. Essas terras eram ocupadas por posseiros, em sua maioria negros, que tiveram as suas benfeitorias “avaliadas e indenizadas” pela COMEBA, perfazendo um total de mais de 100 famílias de pequenos posseiros que, provavelmente, foram obrigados a abandonar as terras que ocupavam, conforme consta no já citado processo de “Reintegração de Posse”, movido por Eugenio Ventura dos Santos contra a aludida empresa e o empresário.

A própria autora do livro organizado por Odebrecht, Flexor (2004), em artigo introdutório sobre a história do Baixo Sul, aduz à intensificação do desmatamento da região como consequência da instalação de serrarias na década de 1940, período que coincide com a chegada da empresa. A exploração de madeira realizada por Norberto Odebrecht foi de forma tão marcante que se tornou impossível escondê-la.

¹¹ Entre os processos arquivados no Fórum municipal de Ituberá/BA, chamou a atenção o processo de “Reintegração de Posse”,¹²⁶ aberto no ano de 1962, movido por Eugenio Ventura contra a COMEBA, que tinha como Diretor-Presidente, justamente, o empresário Norberto Odebrecht. Carlos Vergne dos Humildes é citado como advogado de defesa da dita “Companhia”, conforme consta nesta Certidão de Procuração, de 1959.

Vale destacar, ainda, a forma como o Estado atuou em favor da consolidação dessa empresa, tornando seu patrimônio tão gigantesco. Pesquisas de Silva (2013) denunciam os agentes públicos que atuavam nos cartórios e nas delegacias de terras como coniventes com a violência nas ações dos fazendeiros contra posseiros; tais agentes públicos eram os delegados de terras¹².

Outra questão que merece destaque é que, nos momentos de declínio da empresa, o braço do governo se estendeu para que esta se reerguesse, desenvolvendo obras em todo o Nordeste. Desse modo, aconteceu o avanço da construtora para toda a região. Nos anos 1950, o governo Federal deu prioridade à Odebrecht para o “desenvolvimento” do Nordeste, com a concessão de incentivos fiscais e outros benefícios à empresa que se instasse na região, assim como a criação de um órgão federal específico para o fomento regional: a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

A partir daí, com financiamento do Estado, intensificando a seu processo de exploração, a empresa avança Brasil adentro e depois conquista esferas internacionais¹³. Desse modo, a perpetuidade¹⁴ tem sido patrocinada pelo Estado, pois, a cada momento de declínio, novas oportunidades de negócios apareciam para reerguer esse patrimônio. Vale ressaltar que a Odebrecht está no topo do desenvolvimento de projetos mais polêmicos na América Latina. Porém, o discurso da responsabilidade social vem mascarando a responsabilidade da empresa na degradação ambiental e direitos sociais.

¹² Sobre os delegados de terras ver Silva (2013) e Garcez (2001).

¹³ Nos anos 1970, com a queda dos investimentos da SUDENE, a Odebrecht foi para o Sudeste, onde ampliou seus negócios, investindo na área química. Ingresso da Petrobrás na área de perfuração de petróleo e contratos de longo prazo. Em 1979, a empresa foi fortalecida com a aquisição da CBPO e da Tenenge (Técnica Nacional de Engenharia S.A.), duas das maiores construtoras brasileiras. Em 1986, ocorreu um novo fortalecimento da área de engenharia: a Odebrecht comprou a Tenenge (ODEBRECHT, 2004). No setor hidrelétrico, nos anos 1950, foi responsável pelos programas de construção de usinas hidrelétricas: UHE Xavantes, UHE Capivara; anos 70: UHE Itaipu. Construiu a UHE Aracy II e conquistou a confiança do governo Paraguai. Fortalecida com a aquisição da CBPO e da Tenenge, duas das maiores construtoras brasileiras, a Odebrecht expande sua presença internacional e intensifica os investimentos no setor petroquímico.

(Disponível em: < <http://www.odebrechtonline.com.br/materias/00201-00300/254/>>. Acesso: 20 ago. 2015).

¹⁴ Nos escritos elaborados por Norberto Odebrecht e difundidos por meio da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), o lema da empresa é “Ser, crescer e perpetuar”.

A criação da Fundação Odebrecht, em 1965, está ligada, principalmente, a novas oportunidades de negócios, como isenção fiscal e captação de recursos públicos. Nesse contexto, em 2003, surge o PDCIS (Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado e Sustentável) enquanto ação de “governança participativa”, envolvendo toda a região do Baixo Sul da Bahia num domínio da empresa enviesado pela produção, o beneficiamento e a comercialização de produtos agrícolas, atividades pesqueiras e artesanais e, junto a isso, um projeto educacional como parte integrante do programa. A Fundação Odebrecht e os programas por ela geridos soam, pois, uma estratégia da empresa de convencer a totalidade da sociedade quanto à legitimidade de seus interesses específicos.

3.3 O Programa de Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS) e seus aparelhos privados de hegemonia

O Programa de Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Integrado com Sustentabilidade do mosaico de Áreas de Proteção Ambiental do Baixo Sul da Bahia PDCIS é fomentado pela Fundação Odebrecht e, de acordo com o documento de divulgação do próprio programa, cede Tecnologia Empresarial Odebrecht e apoio financeiro.

De acordo com os dados fornecidos pelo site da Fundação desde 2003, a Odebrecht coordena o PDCIS, que, a seu turno, concentra sua atuação em 11 municípios do Baixo Sul. O PDCIS tem o desafio de tornar essa região com baixo índice de Desenvolvimento Humano em uma região próspera, de forma socioeconômica e ambientalmente sustentável, fixando os jovens na zona rural, integrados a suas famílias. A iniciativa constrói seus resultados por meio da Governança Participativa, ou seja, envolvendo a comunidade, o Poder Público (esferas federal, estadual e municipal), iniciativa privada e sociedade civil (ODEBRECHT, 2015).

Para implementação desse programa, a Fundação Odebrecht fundamenta suas estratégias na criação de uma rede de aparelhos privados, que atua no plano educacional, produtivo, social e ambiental. Esses, além de

servirem como construtores ideológicos de um consenso da classe trabalhadora camponesa em torno de seu projeto, servem, também, como captadores de recursos públicos que disputam, no território, editais e financiamentos através do BNDES e do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), captando, ainda, recursos de entidades internacionais como será analisado adiante.

Como estratégia de dominação das atividades produtivas no campo, para cada capital, foi fundada uma instituição que trabalha com essas metas a serem alcançadas. Em se tratando daquilo que a fundação chama de geração do capital produtivo, há uma rede de cooperativas, Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (COOPATAN), Cooperativa de Águas Continentais (COOPECON), Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia (COOPALM) e Cooperativa das Produtoras e Produtores Rurais da Apa do Pratigi (COOPRAP) que trabalham com a produção, beneficiamento e comercialização de produtos; a maioria das associações dos agricultores pertence à Associação Guardiã da APA do Pratigi (CIAPRA) e os projetos da fundação são desenvolvidos para essas comunidades associadas. Além disso, o Instituto de Desenvolvimento do Baixo Sul (IDES) trabalha com o agroecoturismo.

Existe, ademais, a geração do capital Social, voltado à cidadania e “construção de uma sociedade mais justa e igualitária”, com o Instituto Direito e Cidadania (IDC) e o capital ambiental, com a “conservação ambiental garantindo às futuras gerações o acesso sustentável aos recursos naturais”, desde a Organização Conservação de Terras (OCT). (ODEBRECHT, 2004).

Para produção do “capital humano”, há uma rede de escolas que ofertam cursos de educação através da formação profissional-técnica no campo com o apoio da Casa Jovem e das Casas Familiares Rurais. O Colégio Estadual Casa Jovem II funciona na Fazenda Vale do Juliana, que pertence à Odebrecht, no município de Igrapiúna/BA, ofertando, em parceria, Educação Profissional em Agroecologia.

Particularmente sobre a Casa Familiar Rural de Igrapiúna/BA, esta surgiu da parceria entre as Plantações Michelin da Bahia Ltda. e da Fundação Odebrecht, que oferta curso técnico profissionalizante em Agronegócio. Já a

Casa Familiar Agroflorestal, em Nilo Peçanha/BA, funciona junto à COOPRAP e oferta curso de Educação Profissional Técnica em Florestas integrado ao Ensino Médio. Há, também, a Casa Familiar das Águas, em Ituberá/BA, ligada à cadeia produtiva da piscicultura; e a Casa Familiar Rural, em Presidente Tancredo Neves, que se destina à cadeia produtiva da mandioca.

Esse projeto educacional, a ser analisado no próximo capítulo, tem como público-alvo a juventude, entendida pelo programa como fomento para transformar e disseminar de ideias em suas comunidades. Apesar de a rede de escolas ser no campo, há uma estratégia de construção do consenso em toda sociedade e, por isso, o programa desenvolve ações chamadas de suplementares em espaços como conselhos e rede pública da região. Formação dos Conselheiros para o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Círculos de Leitura.

Também existe a parceria da Fundação Odebrecht com o Instituto Fernand Braudel, em São Paulo, criado em 2008, com o projeto de inclusão digital Caia na Rede; essa ação é uma parceria da Microsoft, Fundação Odebrecht, Oi e Dell. Há um Acordo de Cooperação, Hospedar a Cultura e a Cidadania na Escola – pelo IDES –, que desenvolve projetos sob o tema juventude, turismo e cidadania, em parceria com a empresa Evolution Gestão de Serviços, no Projeto Eu adoro Ser Criança. O objetivo é apoiar a escola pública do Ensino Fundamental I, por meio da arte e da ludicidade, e Pratiigi pela Educação; é uma parceria da Fundação Odebrecht com o Instituto Chapada e consiste na formação de professores, coordenadores e gestores do Ensino Fundamental I, tendo como parceiros institucionais Odebrecht, Natura, Itaú, Banco do Brasil e parceiro técnico, o Tributo ao Futuro.

Constata-se que o O PDCIS se expande fundamentado nas orientações dos organismos internacionais que, com a política de Terceira Via, estabelece os fundamentos de uma sociedade sem conflitos, em que, dentro dos moldes do sistema capitalista, cada grupo social exerça seu papel. Nesse modelo harmônico de governança, não há espaço para conflitos sociais porque cada um assume seu papel para promover o desenvolvimento, como afirma o documento elaborado em parceria com a Fundação,

O Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), coordenado pela Fundação Odebrecht, é fruto da Governança Participativa, ou seja, da atuação conjunta entre Poder Público (Governo Federal, Estadual e Municipal), iniciativa privada e sociedade civil. Essa união se formaliza em prol de um objetivo comum, superior e nobre: contribuir para a formação de uma população estruturada em unidades-família, responsável pelo próprio desenvolvimento sustentável.

Para a Governança Participativa realizar-se plenamente, cabe:

- ao Governo, atuar na consolidação de políticas públicas e na garantia dos direitos fundamentais. Além de viabilizar parcerias que assegurem a aplicação dos recursos públicos em ações que atendam as necessidades e prioridades da comunidade.
- às empresas privadas, a prática da responsabilidade social, realizando investimento social privado e transferindo tecnologia.
- às organizações da sociedade civil, fazer acontecer as ações com eficácia e eficiência, contribuindo para o processo de desenvolvimento e crescimento integrado com sustentabilidade da região onde atuam.

O foco dessa parceria, na região do Baixo Sul da Bahia, é o jovem e sua família, que representam a força produtiva e propulsora do desenvolvimento local. Esse propósito está transcrito na missão da Fundação Odebrecht: “Educar para a vida, pelo trabalho, para valores e superação de Limites” e reforça o elemento que pulsa na raiz de todas as suas ações, o espírito de servir. (FISCHER, 2007).

Encontra-se identificado neste projeto da Fundação Odebrecht o que Martns (2007) chama de “individualismo como valor moral radical”. Estratégia para a repolitização da política e destinada à nova coesão social. Para o autor, essa “nova consciência sobre o novo individualismo” visa o reforço à concepção unitária de mundo. Logo, esse envolvimento de todos para a superação da pobreza no Baixo Sul significa,

[...] envolvimento progressivo do cidadão atomizado em processos políticos mais simples, traduzidos em “novas responsabilidades” com o meio ambiente, com sua família e sua comunidade. Isso seria feito através do convencimento dos cidadãos de que, independente de sua condição de classe e situação econômica, a participação na vida social e política no mundo de hoje é importante para a auto realização e para a solução dos problemas sociais vividos por grupos comunitários. Com efeito, estimula-se o desenvolvimento do “capital social” pelo engajamento em grupos de auto-ajuda, clubes de serviços, fundações e/ou frentes de voluntariado, visando o

incentivo à participação democrática minimalista no horizonte histórico do próprio capitalismo. (MARTINS, 2007, p. 92)

Outra perspectiva apontada pelo mesmo Martins (2007) se refere à adaptação dos sujeitos políticos coletivos à chamada “sociedade civil ativa”. Em outras palavras, o objetivo é realizar um novo pacto social ou contrato social por meio da concertação. Trata-se de uma ação para o amplo envolvimento dos sujeitos políticos coletivos numa nova dinâmica de relações de poder sob a hegemonia burguesa renovada; o estímulo à colaboração entre capital e trabalho e de envolvimento de parcerias das organizações da sociedade civil com a aparelhagem estatal.

Nesse caso, a empresa, enquanto sociedade civil que capta recursos e coordena projetos dentro desse espaço de governança, e as populações teriam que se esforçar fazendo “sua parte” para que os resultados fossem favoráveis, substituindo os antagonismos e conflitos de classe pelo reconhecimento da existência de simples diferenças entre os “atores sociais”. A meta consiste na promoção do desenvolvimento econômico e social pelo envolvimento ativo e cívico dos parceiros (empresariado, trabalhadores, organizações da sociedade civil e aparelhagem estatal).

No terceiro plano, a estratégia de repolitização da política dirigida também à chamada ‘sociedade civil ativa’ corresponde à criação de organizações de novo tipo para atuação no âmbito comunitário. Neste plano, as organizações agiriam diretamente nos espaços locais, segundo parâmetros comuns a todos e definidos pela aparelhagem estatal, ou atuariam, de forma mais abrangente, como centros de referência e articulação política das demais, e, ainda, na orientação e mobilização de frentes de voluntariado. (MARTINS, 2007, p. 102)

Em outros termos, trata-se da criação de uma ampla rede de aparelhos privados de hegemonia, cuja responsabilidade seria difundir, de diferentes modos, a concepção de mundo, os valores, as formas de pensar e de agir compatíveis com a nova sociabilidade burguesa.

Outro aspecto a se destacar é a questão familiar. Há, em todos os documentos, a preocupação em que esse jovem se integre com a família. Sobre o papel atribuído à família, aliás, Martins (2007) aborda esse empenho, afirmando que uma das formas de realização do chamado “conservadorismo

moral” seriam as políticas públicas destinadas à educação familiar. A família é uma instituição básica da sociedade civil que precisa ser regulada e adaptada pelo aparelho de Estado ao modo de vida contemporâneo.

Isso porque a instituição familiar seria responsável por conter preventivamente a violência, criar laços de cooperação entre os indivíduos, auxiliar na educação para o empreendedorismo e, acima de tudo, assegurar em última instância a ‘proteção social’ de seus membros. As famílias introduziriam o senso de pertencimento ao espaço comunitário em seus membros, inculcando neles o germe contido na noção de capital social. (MARTINS, 2007)

Como veremos adiante o jovem tem um papel de convencimento das famílias a aderirem ao projeto de sociedade defendido pela empresa.

Esse mapeamento dá uma dimensão da interferência da Odebrecht na região e como esta estende seus tentáculos, atuando em todas as esferas da vida da população. Além disso, também ilustra como grupos empresariais agem no setor produtivo, neste caso específico, no campo, formando mão-de-obra segundo as suas necessidades, para produzirem para as cooperativas; dessa forma, prepara, também, um exército de defensores de seu projeto, no caso da juventude, que tem a tarefa de se tornar “empresários rurais”, replicando esse modelo nas suas unidades familiares.

Martins (2007), que estudou as estratégias do capital no governo Lula, no período 2003–2006, assegura que o então governo, simplesmente, ratificou todos interesses da burguesia no país, inclusive quanto à consolidação do padrão de sociabilidade do capital. O caminho seria trilhado pela definição de um “novo projeto nacional” que tivesse “o social como eixo de desenvolvimento”.

Com efeito, neste período de governo, a *nova pedagogia da hegemonia* foi mantida em pleno funcionamento para reforçar três objetivos pedagógicos estabelecidos na conjuntura anterior, quais sejam: (a) consolidação da *cidadania ativa* circunscrita à noção de voluntariado; (b) redirecionamento do papel das organizações da sociedade civil para formar uma ampla rede de difusão da nova sociabilidade; (c) fortalecimento das organizações que atuam na execução das políticas sociais em parceria com a aparelhagem estatal. Assim, sem alterar os propósitos anteriormente firmados, a classe burguesa

conseguiu dar passos importantes para consolidar no Brasil um novo padrão de sociabilidade, ampliando a adesão de praticamente toda a sociedade ao seu projeto. (MARTINS, 2007 p. 240)

Ao longo de suas assertivas, mencionado autor identifica que, durante esses anos, os principais aparelhos formuladores da ideologia da responsabilidade social empresarial intensificaram suas ações para ampliar a unidade burguesa e aprofundar o processo de sedimentação da nova sociabilidade do capital. O aperfeiçoamento institucional e a ampliação e qualificação das ações foram as grandes marcas da intervenção dos organismos formuladores, que, à época, passaram a atuar de maneira mais próxima e intensa.

Nos projetos coordenados pela Fundação Odebrecht no PDCIS, é possível reconhecer a marca da responsabilidade social perpassando como projeto de governo, junto ao empresariado, que, com seus institutos e escolas, expandem aparelhos formuladores da ideologia da responsabilidade social.

4 A CASA FAMILIAR RURAL DE IGRAPIÚNA E O COLÉGIO ESTADUAL CASA JOVEM II – ORIENTAÇÕES DA TECNOLOGIA EMPRESARIAL ODEBRECHT PARA A EDUCAÇÃO

O estudo sobre as formas de exploração da Odebrecht na região do Baixo Sul remete à leitura de um liame em torno do qual, em um dado momento histórico (compreendido entre o final dos anos 1990 e início de 2000), esta empresa incorpora o discurso da responsabilidade social como forma de melhorar sua imagem e captar recursos públicos para angariar espaços de difusão de sua ideologia.

A criação do PDCIS, enquanto programa territorial, é um aparelho difusor das estratégias de educação para o consenso atuante no setor produtivo e cultural. A educação escolar concebida pelo empresariado como fator de desenvolvimento é, assim, posta, neste Programa, como causa e consequência da pobreza, mascarando as reais razões dessa tragédia social que está na desigualdade.

Em praticamente todos os locais em que a Odebrecht S.A. tem se inserido, a Fundação Odebrecht desenvolve projetos de educação que influenciam na rede pública, inferindo, também, com ações na educação ambiental. Tal prerrogativa pode ser constatada nos boletins bimestrais (“Odebrecht Informa”), disponíveis na Internet, sempre atualizados com matérias sobre os projetos educacionais da empresa. Considerando a extensão de atividades, no entanto, é, no Baixo Sul da Bahia, que se encontra a grande investida da Fundação.

O presente capítulo, portanto, é resultado da análise comparativa de dois projetos educacionais desenvolvidos no município de Igrapiúna/BA. O projeto da Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFAR – I), escola particular comunitária, conduzida pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da Fundação Odebrecht, e o Colégio Estadual Casa Jovem II, ambas como parte integrante do projeto estratégico de parceria público-privada instituído na região do Baixo Sul da Bahia, denominado PDCIS.

O recorte temporal deste objeto de estudo vai do período de 2003 (momento em que a Fundação Odebrecht decide centrar sua atuação na educação da região) até 2013, ano em que o projeto do Colégio Estadual Casa Jovem II, em parceria direta com a empresa Odebrecht, instituindo, formalmente, um modelo de parceria público-privada na educação.

A análise objetiva identificar a concepção de educação da Fundação Odebrecht enquanto modelo empresarial gestada para a população camponesa, mostrando como seus interesses estão explícitos, tanto na escola particular, a CFAR- I, gestada, financiada, organizada e conduzida por grupos empresariais, como na escola pública estadual da qual esses grupos empresariais são parceiros, no caso do Colégio Estadual Casa Jovem II, construído em território da empresa Odebrecht, a Fazenda Reunidas Vale do

Juliana, já descrita anteriormente, e acompanhada pela OSCIP Casa Jovem, que pertence Fundação Odebrecht.

Os estudos apontam que há um processo de privatização da educação em curso, seguindo um movimento nacional, que começa a ser organizado nos governos neoliberais e ganha força, no Brasil, com os governos populares, iniciados em 2003, momento coincidente com o início da construção do referido projeto educacional.

4.1 Descrição do local e contexto educacional onde se localizam as duas escolas

O atual município de Igrapiúna/BA, outrora distrito de Camamu, foi elevado à categoria de município em 1989. Situado no Baixo Sul da Bahia, a uma distância de 330 km de Salvador, a capital do Estado, possui como população atual 13.268 habitantes. Dentre essa população é importante destacar que sua maioria é rural (67,9 %) e negra (84,6%).

Segundo dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Igrapiúna, em 2012, o município contava com um total de 57 instituições escolares; dessas, 50 estavam localizadas no campo; 53 ofertam o Ensino Fundamental I; e 04 ofertam o Ensino Fundamental II. As escolas do campo estão distribuídas do seguinte modo: 01 na Comunidade Quilombola da Laranjeira; 11 na zona marítima, em ilhas (Timbuca, Contrato, Pescaria, Tubarões, Pedra Furada, Âmbar, Ponto e Anco); 02 em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e as demais nas diversas comunidades rurais e também em fazendas do município. Do total dos 4.016 educandos matriculados no município, 1.891 estavam na sede do município e 2.125 no campo. Diante disso, identifica-se uma necessidade de manutenção de escolas no campo para garantir o acesso dessa demanda. Já quanto à oferta do Ensino Médio, o município dispõe de 03 instituições escolares como demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 1 – Escolas de Ensino Médio do município de Igrapiúna

Escolas de Ensino Médio do município de Igrapiúna			
Instituição	Município	Localidade	Entidades Mantenedoras
Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFR – I)	Igrapiúna/BA	Plantações Empresa Michelin	Fundação Odebrecht / Mitsubishi
Colégio Estadual Casa Jovem II	Igrapiúna/BA	Fazenda Reunidas Vale do Juliana	Governo do Estado
Colégio Estadual Neilton Moreira Lima	Igrapiúna/BA	Sede do município	Governo do Estado

Fonte: RIOS, 2014

A disposição das escolas e sua articulação revelam que, sobre o Ensino Médio, as opções de oferta de educação para as populações camponesas estão na sede do município e nos territórios dos grupos empresariais, inviabilizando a construção de um projeto educacional que contemple, efetivamente, as necessidades das populações camponesas; ou seja: os fundamentos da educação para o campo, no município, são de base e orientação empresarial como se verá logo mais à frente.

4.2 A Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFR – I)

A Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFR – I), localizada na BA 001, Rodovia Ituberá – Camamu, Km 10, município de Igrapiúna/BA, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Fundada em 26 de julho de 2007, faz parte do projeto educacional da Fundação Odebrecht, em parceria com Plantações Michelin da Bahia Ltda. É particular, comunitária, sem fins lucrativos e sobrevive de doações físicas e jurídicas.

A instituição oferta curso de Agronegócio na modalidade “Educação do Campo”, faz parte do PDCIS e está diretamente ligada à Cooperativa de Produtores do Palmito do Baixo Sul da Bahia (COOPALM). Atende, em média,

106 alunos, sendo 32 por turma. O curso tem duração de 03 anos, organizado em 45 alternâncias, isto é, 15 por ano. A certificação dá-se por meio da Secretaria Estadual de Educação.

A CFR – I é composta por salas de aula, espaços administrativos e sala de professores, além de refeitório, laboratório de informática, biblioteca e quadra poliesportiva. Também agrega uma Biblioteca¹⁵, com acervo específico e atualizado. Dispõe de uma área total de 10 hectares para a realização de aulas práticas e experimentos, cultivando, especialmente, seringueira, cacau e pupunha. Quanto aos recursos didáticos, a CFRI conta com computadores com acesso à Internet, telefone, carteiras de sala de aula, mesas de escritório, mesa de reunião, aparelho de GPS, câmara fotográfica, datashow, geladeira, freezers, fogão industrial. Além desses recursos, a escola possui várias ferramentas, máquinas e implementos agrícolas para realização das aulas práticas, dentre eles, enxada, facão, ancinho, regadores, facas de sangria, material para enxertia de cacauzeiros, tesouras de desbrotas, roçadeira, microtrator, entre outros. Possui, ainda, um carro, comprado com recursos do BNDES, que serve para as atividades de rotina da escola e para a condução de professores/monitores, na ida e volta à escola, e para visitação às famílias dos alunos.

A descrição detalhada da estrutura e dos recursos da instituição se faz necessária porque, se comparada às demais escolas do campo na região, conclui-se que recebe um forte investimento. Boa parte desses equipamentos formam adquiridos com recursos públicos. Analisando as fotos abaixo percebe-se o quanto o ambiente escolar é atrativo para educandos do campo que tem um histórico de estudar em escolas públicas em péssimas condições de funcionamento.

Figura 1 – Vista panorâmica da Casa Familiar

¹⁵O centro possui uma unidade da Indústria do Conhecimento - iniciativa do Serviço Social da Indústria (SESI) que viabiliza a instalação de centros multimídia em municípios de baixa renda. Em 2011, a CFR – I foi finalista do Prêmio Banco do Brasil de Tecnologia Social, recebendo um vídeo institucional, certificado, troféu e folders.



Fonte: RIOS, 2015

Figura 2 – Vista panorâmica da Casa Familiar



Fonte: RIOS, 2015

Figura 3 – Quadra de esportes



Fonte: RIOS, 2015

Figura 4 – Veículo da Casa Familiar



Fonte: RIOS, 2015

4.2.1 Ingresso/ Público atendido

Para o ingresso dos educandos, geralmente, são divulgadas as vagas em escolas públicas do campo; espaços públicos como secretarias de educação e equipes das escolas vão às comunidades rurais falar da proposta da escola e convidar os estudantes a participarem do projeto. O processo seletivo leva em consideração a idade e a origem, se é ou não filho de agricultor; em sendo, que este possua uma propriedade rural e tenha concluído o Ensino Fundamental. A escola recebe educandos de toda a região, porém apresenta restrições: 1) com relação à idade: mínima de 16 e máxima de 21; 2) tem que ser filho de pequenos agricultores que possuam terra; a esse respeito,

a justificativa é que, para receber financiamento do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), os educandos devem pertencer a essa faixa etária e, além disso, precisam ter uma propriedade para desenvolver o tempo em comunidade. No fundo, significa uma forma de exclusão, já que aquele que não tem terra não pode se matricular na CFR – I. Tal restrição, porém, também aponta que a escola tem uma função estratégica, que é formar para conseguir a adesão dos agricultores da região ao projeto cooperativo.

4.2.2 Concepção de educação e formação

Partindo da concepção de educação como possibilidade de emancipação de todos os sentidos humanos, as análises de Frigotto (1999) apontam a educação como um conjunto das relações sociais que se apresentam no campo, uma disputa hegemônica cuja articulação das concepções, dos conteúdos educativos e, mais amplamente, em todas as esferas da vida, dos interesses de classe. Isso porque, intencionalmente, o projeto educacional burguês que se utiliza de uma ciência, que separa os objetos de conhecimento das mediações e conexões que os constituem, é uma “ciência” que pode revelar as disfunções da realidade, mas não consegue explicar o que as produz. (FRIGOTTO, 2012).

É nesse contexto de educação burguesa que nasce o projeto educacional orientado pelos intelectuais da burguesia, concebendo uma educação voltada para a classe trabalhadora apenas como veículo de preparação para as necessidades do capitalismo em cada fase e espaço.

Na estratégia da Fundação, o seu projeto educacional desenvolvido na CFR – I tem como missão “[...] a formação de adolescentes agentes de desenvolvimento, educando-os para a vida, pelo trabalho e para valores, se consolidando como um centro de geração e difusão de conhecimentos aplicados a Agricultura Familiar”. (PROJETO CAIA NA REDE, 2011, p. 03).

Essa missão tem seus fundamentos na teoria do capital humano, que credita à educação a responsabilidade pelo desenvolvimento, que, por sua vez, fundamentado na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), sugere: “[...]”

educando-os para a vida, pelo trabalho e para valores” responsabilizando os jovens a superarem seus limites e com disciplina e trabalho promover o desenvolvimento de suas comunidades. Um desafio imposto aos jovens é conseguir mobilizar suas famílias e as demais a aderirem ao programa do PDCIS, como está colocado no depoimento de um dos jovens sobre os seminários realizados por eles na comunidade:

O Seminário Rural é a porta de entrada da informação. Após apresentá-lo, conquistei o primeiro cooperado da COOPALM em minha Comunidade, me orgulho muito disso” (Gilmar Conceição. Comunidade de Andaiar, Igrapiúna/BA). (ODEBRECHT, 2013)

No meu caso, fui convidado a filiar-me na Associação de Agricultores na minha comunidade (Jairan Santos. Campo do Meio, Igrapiúna/BA). (ODEBRECHT, 2013).

Esses depoimentos sistematizados no processo de avaliação das casas familiares da região demonstram que são tarefas dos jovens conquistar famílias para as cooperativas e se filiarem à Associação Guardiã da APA do Pratigi (AGIR)¹⁶.

Dessa forma, a educação praticada nessa instituição não busca a formação integral do sujeito, mas uma tarefa específica de enquadrar o jovem em um modelo já estabelecido pelo capital e torná-lo defensor desse modelo (formar jovens empresários rurais, defensores do agronegócio). No tocante ao perfil de formação aspirado, o projeto da referida escola não deixa dúvidas de que é o empresário rural.

Deseja-se que, mediante o cumprimento dessa missão, a CFR-I se torne, até 2015, referência nacional na formação de adolescentes empresários rurais com a geração de conhecimento aplicado ao campo aptos a atuarem no mundo do trabalho. (PROJETO CAIA NA REDE, 2010, p. 04)

Em todo o projeto educacional do PDCIS e, especificamente, neste da escola, a educação deve ser prática:

A educação de adolescentes privilegiando mais a prática que a teoria, tendo como resultado maior a formação técnica e

¹⁶ A Associação Guardiã da APA do Pratigi (AGIR) é uma associação civil formada por 40 associações comunitárias, que atua no sentido de organização e mobilização das comunidades da APA do Pratigi.

humana, a inclusão social dos beneficiários e o exercício da multiplicação para o desenvolvimento de suas comunidades. (PROJETO CAIA NA REDE, 2010, p. 03)

Como se pode observar, o conhecimento científico não é tão necessário quanto o desenvolvimento de uma prática que seja propulsora do desenvolvimento. Essa postura está ligada ao recebimento de influência de novos conhecimentos e ao conhecimento de novas tecnologias transferidas, essenciais para que o agricultor se insira no projeto do agronegócio e domine o manejo de novas culturas introduzidas na região, no caso, o palmito.

A forma como se organizam as alternâncias, uma semana – no tempo escola, onde também há aulas práticas na unidade de experimentação – e duas semanas, comprova que a prática tem um peso maior do que o estudo, pois, a cada semana de estudos no tempo escola, são dispensadas duas para atividades práticas em suas comunidades.

Sobre a concepção de alternância da escola. Considera-se regime de alternância:

Art. 12. A Casa Familiar Rural de Igrapiúna para atender as necessidades dos educandos nela matriculados, está organizada em turno integral, funcionando em regime de alternância.

Primeiro Parágrafo. Considera-se regime de alternância na Educação do Campo a metodologia de ensino em que o educando desenvolvem seus estudos na propriedade rural, com sua família durante duas semanas, consecutivas, e na Casa Familiar Rural de Igrapiúna, uma semana, e assim sucessivamente.

Parágrafo Terceiro. Num regime de alternância, a teoria é colocada a serviço da prática, de forma interdisciplinar, num processo de ação-reflexão-ação. (REGIMENTO INTERNO CFR I, 2009, p. 08).

A valorização dos saberes da terra, enfatizada no projeto, deixa uma clara intencionalidade de que é responsabilidade desse jovem desenvolver sua comunidade. Ser um jovem responsável pelo seu próprio destino e a condição para tornar-se um empresário rural é fazer parte do PDCIS. Em nenhum momento, é passada a ideia de prosseguimento nos estudos. Seria uma forma de educar para o trabalho simples, o trabalho apenas manual, sem imprescindibilidade de avançar nos estudos; seria uma espécie de fixação dos jovens no campo, porém atrelados ao modelo de desenvolvimento excludente proposto pela Odebrecht ao campo do Baixo Sul. O termo protagonismo

juvenil, a ser desvelado adiante, faz parte do discurso e de todos os projetos da Fundação.

A capacitação dos adolescentes, seu envolvimento nos projetos educativos produtivos e a sustentabilidade requerem um público específico. Para formar esse agente de desenvolvimento com formação prática, é necessário ao jovem:

- I. Ser filho ou filha de agricultor e residir na zona rural;
- II. Ter idade mínima de 16 anos e máximo de 21 anos;
- III. Ter espírito associativista e cooperativista;
- IV. Ter potencial para desenvolver projetos produtivos; e
- V. Ter capacidade de liderar o desenvolvimento de suas comunidades (REGIMENTO INTERNO, 2009, p. 10)

O projeto da Casa Familiar Rural revela uma pretensão clara de formar filhos de agricultores familiares; e estes são treinados a convencer suas famílias a se integrarem ao agronegócio da região. Liderar o desenvolvimento em suas comunidades é ser um defensor e executor do projeto cooperativo da fundação. Para trabalhar no processo produtivo do projeto, há essa inevitabilidade de convencimento do trabalhador rural a se associar, pois o cooperativismo e o associativismo não fazem parte da cultura de todos os agricultores da região. A metodologia da alternância busca a interação entre o conceito e a aplicação prática, obtida a partir da implantação de agronegócios na sede da CFR – I e, posteriormente, replicada nas propriedades das unidades-família dos jovens beneficiados.

4.2.3 Concepção de educação e trabalho

Tomando como base a concepção de educação enquanto processo permanente de construção, de formação humana, compreende-se que a educação, o trabalho e a produção da vida são compreendidos como dimensões históricas indissociáveis; logo, a reflexão atual sobre o trabalho deve apreendê-lo como forma de expressão da produção da vida.

O trabalho é, então, compreendido em sua dimensão sócio histórica, particularmente no que concerne ao trabalho no capitalismo. Na forma capitalista como trabalho assalariado (separado do seu executor, pela

dominação do capital sobre os meios de produção e sobre o trabalho comprado ou capital variável), é a negação da essência humana, da criatividade.

A CFR – I que pretende formar empresários rurais não expõe, claramente, quais as bases materiais para que esses jovens sejam empresários; apenas declara que, com o estudo de técnicas, eles realizarão um trabalho de desenvolvimento de suas comunidades: aprender fazendo irá garantir aos mesmos a progressão em seus próprios negócios. Por outro lado, a pobreza e o desemprego no campo estão associados à falta de educação, não necessariamente à concentração da terra e exploração dos recursos naturais pelas grandes empresas.

A OSCIP Casa Familiar Rural de Igrapiúna/BA apresenta como premissas:

A proposta pedagógica da Casa Familiar Rural é prover os adolescentes, futuros empresários rurais, de informações úteis, aplicadas e inteligentes dentro de um ambiente propício à sua formação, no âmbito do desenvolvimento humano e técnico.

A base de todo o processo educativo empreendido na CFR-I é o “aprender a fazer fazendo”, para que, ao final do ciclo de formação de três anos, eles possam ter seus próprios negócios solidamente estabelecidos, e para que as propostas de melhoria de qualidade de vida, com aumento da renda familiar, sejam efetivas e mensuráveis. (PROJETO CAIA NA REDE, 2010, p. 5 grifo do autor)

Conforme aduzido pela premissa: a educação busca a implementação de diversos agronegócios nas unidades familiares e, por isso, é necessário o conhecimento de técnicas.

Para isso, é necessário implementar diversos Agronegócios na Sede da CFR-I, que representem a base do aprendizado. Aliados aos agronegócios implantados, são disponibilizados aos adolescentes as Fichas Pedagógicas de cada agronegócio, que, a partir do sistema Construtivista de ensino, serão apresentados os conteúdos teóricos necessários a uma sólida formação técnica. [...] O aspecto fundamental do processo pedagógico da CFR-I é o foco na socialização e disseminação dos conhecimentos adquiridos pelos adolescentes nas comunidades as quais fazem parte, para que estes possam atuar como verdadeiros Empresários Cidadãos. (PROJETO CAIA NA REDE, 2010, p. 5)

4.2.4 Concepção de Gestão

A CFR – I atua no sistema de Governança, com a sociedade civil e o governo municipal, estadual e federal. Ela encontra-se instalada na própria Michelin, em uma área cedida em regime de comodato para o seu funcionamento. Quanto à manutenção financeira, a escola capta recursos via projetos e convênios junto a Fundação Odebrecht, Banco do Brasil, BNDES¹⁷, Mitsubishi Corporation, Instituto Telemar e Plantações Michelin da Bahia, entre outros parceiros.

Figura 5 – Placa com registro dos parceiros sociais da escola



Fonte: RIOS, 2015

Em 2013, a CFR– I foi credenciada, definitivamente, pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia e diplomou a primeira turma desse curso, consolidando a instituição como uma unidade de ensino profissional. A CFR – I teve concretizadas as obras de reforma e ampliação da sua sede, fruto da parceria com o BNDES e a Fundação Odebrecht, e, ainda, firmou convênio com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, no âmbito do Programa Estadual de Apoio Técnico - Financeiro às Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e Familiares Rurais (EFR), de fundamental importância para a manutenção desta entidade.

¹⁷ Nesse mesmo ano, o BNDES liberou recursos para a CFR – I reformar e ampliar sua sede, já estando disponível o valor de R\$ 707.084,18, que permitirá a construção de novas salas de aula, de administração e de professores, além de refeitório, laboratório de informática, biblioteca e uma quadra poliesportiva. (Para assistir vídeo na internet, acesse www.youtube.com/watch?v=9SBYsCq2S_M).

Por se tratar de uma associação, os associados da CFR – I são os pais dos estudantes e cada família é considerada uma unidade, tendo direito a um voto. À medida que o(a) filho(a) ingressa na escola, automaticamente, os pais ou responsáveis são associados. A assembleia geral de pais é o órgão máximo da CFR – I, sendo composta, também, por um Conselho de Administração (presidente e vice-presidente) e um Conselho Fiscal, além de um Diretor Executivo, uma Coordenadora Pedagógica (responsável pela condução dos trabalhos dos Monitores e Jovens) e um Coordenador Financeiro. As atividades produtivas são organizadas pela Cooperativa de produção. Apesar da participação dos pais, subentende-se que o objetivo de torná-lo um associado fica por conta de sua participação no projeto cooperativo, pois são desenvolvidos, com as famílias, vários projetos de formação, tanto por intermédio da escola como da rede cooperativa.

A gestão supõe a participação de todos para a promoção do desenvolvimento; uma gestão que promova a estruturação de um modelo educacional que respeite a cultura tradicional, porém que se alie às demandas da realidade do agronegócio. O objetivo é a replicação desse mesmo modelo de gestão em outras regiões. A parceria com a Michelin se dá pela estrutura da escola, que funciona, provisoriamente, com termo de comodato. Para além de um consórcio entre empresas, os parceiros são o governo do Estado e o município.

4.2.5 Concepção de Campo

O projeto não se refere ao campo especificamente; antes, aborda o termo rural como lugar que necessita de novas tecnologias e da inserção no modelo cooperativista como sinônimo de progresso. Diz respeito a um rural com baixos índices de desenvolvimento humano e altos índices de analfabetismo e, também, baixa renda, mas não cita os fatores dessa exclusão e concentração de riqueza; é como se essas adversidades não fossem produzidas por ninguém: o campo já nascera assim, enquanto tal, e a educação (capital humano), associada aos demais capitais, irá promover a

modernização com o modelo de agricultura fundamentado no agronegócio (curso de agronegócio), levando todos a se tornarem empresários rurais ou, de outro modo, expandindo a subordinação da agricultura familiar ao agronegócio.

O campo aparece sempre como exuberante e rico, porém, com pessoas pobres. O PDCIS, com seu projeto educacional, irá reverter esse quadro. Vale, contudo, ressaltar que a ênfase às belezas naturais do campo está associada a oportunidades de negócios, pois, pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (IDES), a Fundação Odebrecht propaga um projeto de agro ecoturismo¹⁸, conduzindo os visitantes a conhecerem toda a cadeia produtiva dominada pela Odebrecht e a interligação entre os projetos, aproveitando para conhecer as belezas naturais da região. Todo o campo do Baixo Sul, por seu potencial em recursos naturais e beleza, passou a ser oportuno aos negócios.

A Fundação Odebrecht trabalha com as oito metas do milênio¹⁹, porém quatro delas são o foco do PDCIS: 1) acabar com a fome e a miséria; 2) educação básica e de qualidade para todos; 7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e 8) todos trabalhando pelo desenvolvimento. A CFR – I faz parte do projeto estratégico da meta 2 e precisa de uma gestão compartilhada, com participação de todos: comunidade, empresas, ONGs e Estado para garantir seu cumprimento. Como afirma Baiardi (2007), defensor deste projeto,

Os elementos aduzidos mostram inequivocamente que o modelo de CFR está proporcionando uma possibilidade de diferenciação da pequena propriedade familiar rural, mantidas suas características e mantidas as suas lavouras tradicionais, mas não os tradicionais métodos de produção. Uma intervenção que trabalha simultaneamente com animação de adultos, educação alternada de jovens visando a criação de novos valores e transferência de tecnologia, práticas visando a elevação do capital social e articulação de atores como Estado, centro de pesquisa e comunidade de produtores, está se demonstrando mais eficiente que grandes intervenções agroreformistas. (BAIARDI, 2007, p. 12)

¹⁸ Ver: <http://www.ides.org.br/?secao=12>.

¹⁹ 1) acabar com a fome e a miséria; 2) educação básica e de qualidade para todos; 3) igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde da gestante; 6) combater o HIV, a malária e outras doenças; 7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8) todos trabalhando pelo desenvolvimento.

Esse modelo pensado pela Fundação aparece e é defendido como uma alternativa de superação da pobreza. A não prosperidade dos agricultores, pescadores e demais grupos sociais que vivem na região não é consequência da concentração de terra e renda e, sim, da falta de qualificação, que será resolvida com ações sinérgicas e a união dos quatro capitais.

4.3 Colégio Estadual Casa Jovem (CECJ II): uma trágica experiência de parceria público-privada

Sobre os municípios da região, é comum existirem escolas que, embora mantidas pelas secretarias municipais, funcionam dentro dos limites privados das fazendas para atenderem aos filhos de empregados e aos adultos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Fazenda Reunidas Vale do Juliana faz parte desse contexto, pois, o município oferta, para filhos de empregados da Fazenda e comunidades do entorno, Educação /Infantil, Ensino Fundamental I e EJA primeiro segmento. A novidade está em que, no ano de 2003, a Fundação Odebrecht funda, também em seus domínios, para atender o público jovem, um colégio estadual como um projeto específico, a fim de desenvolver uma proposta educacional moldada pelos princípios de uma educação empresarial, fazendo parte do grande projeto educacional para a região, enquanto parte integrante do PDCIS.

O Colégio Estadual Casa Jovem II surgiu do Ato 7931, publicado no Diário Oficial de 19/05/05, e Portaria 11315/06, publicada, em 16/08/06, no Diário Oficial do Estado da Bahia. Em fevereiro de 2008, foi firmado um convênio entre a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e OSCIP Casa Jovem. A construção e implantação desse colégio foi resultado de uma articulação realizada pelo Sr. Norberto Odebrecht, proprietário da Fazenda Reunidas Vale do Juliana, empresário, fundador e acionista principal da Organização Odebrecht.

Dentre os projetos educacionais fomentados pela Fundação Odebrecht, esse é o único intitulado Colégio Estadual; quanto aos demais, como descrito no Capítulo II deste trabalho, são Casas Familiares Rurais. Essa é uma instituição que, apesar de não pertencer à Fundação, tratar-se de uma escola

pública, faz parte do PDCIS e está ligada ao projeto produtivo da Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia (COOPALM), cuja associação entre cooperativa e escola será explicada nos próximos itens.

De acordo com dados fornecidos no Projeto Político Pedagógico (PPP) construído em 2012, tal Colégio é considerado de porte médio, atendendo a 492 educandos, num prédio escolar assim estruturado: 10 salas de aula; 01 cozinha bem equipada; 02 banheiros para estudantes, feminino e masculino, que, somado a outros, equivalem a 10 sanitários; 01 área para recreação em pátio coberto; 01 área esportiva: 01 quadra de esportes coberta; 01 campo com grama sintética; 02 vestiários, masculino e feminino; 01 auditório; 01 sala de recepção (vice-direção); 01 sala de direção; 01 sala de professores; 01 biblioteca; 01 sala de informática; 01 sala dupla para secretaria escolar; 01 sala da coordenação pedagógica; e 01 almoxarifado. Se comparada as demais escolas públicas da região, percebe-se, nela, o grande investimento do Estado, fato esse que não se repete nas demais escolas do campo. O projeto foi idealizado por Norberto Odebrecht que doou o terreno à Secretaria Estadual e construiu a escola, sendo, depois, reembolsado pelo Estado quanto ao valor gasto com a construção.

A equipe de funcionários é mantida pela Secretaria Estadual da Educação e a coordenação pedagógica pela OSCIP Casa Jovem. É por meio dessa OSCIP, aliás, que a Fundação Odebrecht acompanha o colégio e recebe recursos de entes privados e federais que, assim, oferecem o apoio necessário à escola.

Os níveis de ensino ofertados são: Ensino Fundamental II, na modalidade regular; Educação Profissional – Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio; e Educação de Jovens e Adultos – EJA, atendendo ao público do campo da região, incluindo assentamentos rurais, comunidades quilombolas, demais comunidades rurais e filhos de empregados da fazenda, abrangendo os municípios de Igrapiúna, Ituberá e Pirai do Norte, todos do Baixo Sul da Bahia.

Figura 6 – Vista Panorâmica do Colégio Casa Jovem II – Igrapiúna/BA



Fonte: RIOS, 2012

Figura 7 – Biblioteca e Infocentro da Casa Jovem II, Igrapiúna/BA



Fonte: RIOS, 201

4.3.1 Ingresso / Público atendido

Há, para que aconteça o ingresso, uma ampla divulgação da abertura de matrículas nas comunidades rurais, escolas e secretarias municipais, seguindo o modelo da Secretaria Estadual, para os adolescentes, jovens e adultos de comunidades rurais (incluindo assentamentos e comunidades quilombolas), bem como filhos de assalariados que trabalham nas fazendas do entorno. No

caso, por ser um colégio estadual, as matrículas são abertas e o critério de entrada é ter concluído o Ensino Fundamental pra o ingresso na escola.

4.3.2 Financiamento / Parcerias

A entidade mantenedora é a Secretaria Municipal de Educação. Esta, porém, conta com a parceria da Prefeitura Municipal, que fornece o transporte para educadores e educandos e, via OSCIP Casa Jovem, também recebe recursos do Estado e de entidades privadas nacionais e internacionais, por meio de projetos. Vale ressaltar que se trata de uma escola reconhecida como de Porte Especial, o que garante a mesma o recebimento de um maior volume de recursos, se comparada às demais escolas estaduais, porém não foi identificado quais critérios o Estado utilizou para reconhecê-la como porte especial.

4.3.3 Concepção de educação e formação humana

Com o objetivo de identificar os fundamentos que sustentam esse modelo educacional, tido como referência regional em “Educação do Campo”, foram analisadas, no (PPP) 2012, a concepção de educação e formação humana, relação educação e trabalho, gestão e financiamento, no sentido de demonstrar como a Odebrecht, via ações da Fundação Odebrecht, tem atuado na educação pública, via PDCIS.

O desenvolvimento que se expressa em cada ser humano não advém de uma essência abstrata, mas é um processo no qual o ser se constitui socialmente, por meio do trabalho; é uma individualidade – e, conseqüentemente, uma subjetividade – que se constrói, portanto, sob determinadas condições histórico-sociais. Dessa forma, busca-se compreender a concepção de educação contida no PPP do Colégio Estadual Casa Jovem II, a fim de identificar que tipo de formação esta instituição pretende gerir a seus educandos, essencialmente oriundos de comunidades camponesas, cuja especificidade está na agricultura enquanto principal meio de sustento.

Informações sistematizadas do PPP do Colégio Casa Jovem II, dão conta de que a Proposta Pedagógica fundamenta-se: 1) no sócio-interacionismo-construtivista; 2) na Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire; 3) na Ecopedagogia; e 4) na Educação para o desenvolvimento dos Valores Humanos.

Além disso, o modelo de ensino é proposto em 4 pilares da educação.

Aprender a ser (identidade, autoestima, autoconsciência, competência pessoal).

Aprender a conviver (respeito, ética, solidariedade, cooperação e participação, competência social).

Aprender a fazer (habilidades, aptidões, criatividade, flexibilidade, polivalência, competência produtiva).

Aprender a conhecer (conceitos, conhecimento, competência cognitiva, compreensão do mundo). (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CECJ II, p. 13)

Nessas condições, Duarte (2001), ao analisar o lema “aprender a aprender”, dentre os quatro pilares, este pode ser denominado de “Pedagogia do Aprender”, sistematiza, por sua vez, em quatro posicionamentos valorativos, orientando a uma análise crítica em torno do que significam esses pilares da educação. Primeiro, passa-se a ideia de que são mais desejáveis as aprendizagens que o indivíduo realiza por si mesmo, nas quais está ausente a transmissão, por outros indivíduos, de conhecimentos e experiências. Segundo, é mais importante o aluno desenvolver um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimentos, do que esse aluno aprender os conhecimentos que foram descobertos e elaborados por outras pessoas. Quanto ao terceiro posicionamento valorativo, este está em que a atividade do aluno, para ser verdadeiramente educativa, deve ser impulsionada e dirigida pelos interesses e as necessidades da própria criança. O quarto posicionamento valorativo pauta a educação enquanto preparo dos indivíduos para acompanharem a sociedade em acelerado processo de mudança; ou seja, enquanto a educação tradicional seria resultante de sociedades estáticas, nas quais a transmissão dos conhecimentos e das tradições produzidos pelas gerações passadas era suficiente para assegurar a formação das novas gerações, a nova educação deve produzir-se no fato de que vivemos em uma sociedade dinâmica, na qual as transformações, em ritmo acelerado, tornam os conhecimentos cada vez mais provisórios, pois um conhecimento que hoje é

tido como verdadeiro pode ser superado em poucos anos ou, mesmo, em alguns meses (DUARTE, 2001).

Como se percebe, há uma orientação internacional seguida á risca nesse projeto educacional da Fundação, cujo pano de fundo visa a criar ilusões, camuflando problemas gerados pelo sistema capitalista. As pessoas devem se preocupar com questões atuais dessa sociedade dinâmica, tais como a questão da ética na política e na vida cotidiana, a defesa dos direitos do cidadão e do consumidor, a consciência ecológica, o respeito às diferenças sexuais, étnicas ou de qualquer outra natureza. Essa ideia converge com as oito metas do milênio já citadas. Aprender a aprender significa, pois, o ser humano ser capaz de conquistar as habilidades necessárias para alcançar um posto no mercado de trabalho, passando a ideia de que não há mais necessidade de críticas radicais ao capitalismo, afinal, na sociedade do conhecimento, sobressai aquele que estiver mais qualificado. Novamente está presente, portanto, a ideia da empregabilidade.

Há uma mistura de concepções no que se refere aos referenciais que embasam a base filosófica, política e pedagógica, porém, destaca-se a influência direta da filosofia empresarial na escola pública, por meio do quarto referencial, a educação para o desenvolvimento dos Valores Humanos.

Três programas fundamentam a sua prática: Vivendo os valores da organização não governamental, Universidade Mundial Brama Kumares, pertencendo a Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhece os valores universais como transcendentais as singularidades da herança cultural, filosófica e social da humanidade: o Programa de Educação para os Valores Humanos desenvolvidos pelo mestre indiano Sri Sathya Sai Baba, utilizado nos diversos países do mundo, há mais de vinte anos, não tem caráter religioso, doutrinário e político, contribuindo para formar seres humanos íntegros, livres do medo e do preconceito; Programa do livro “Aprender a ser e conviver” de Margarida Serrão e Maria Clarice Balieiro, desenvolvido pela Fundação Odebrecht através das suas dinâmicas vivenciais que abordam os temas sobre identidade, integração, comunicação, grupo, sexualidade, cidadania e projeto de vida. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – CECJ II, p. 35)

A educação fundamentada em valores, conforme descrito no PPP e declarado nos escritos de Odebrecht, tem sua origem na Universidade Mundial Brama Kumares. A obra de educação, com base em Valores Humanos, definida pelo mestre indiano Sathya Sai Baba, emergiu em 1968, quando este, preocupado com o momento de crise moral e espiritual por que seu país, a Índia, passava, resolveu fundar uma escola gratuita, inicialmente, para meninas, que, depois, foi estendida para todos os públicos.

Sathya Sai Baba doutrina que se deve utilizar a mente como instrumento para a aprendizagem dos cinco valores: Paz, Verdade, Não-violência, Retidão e Amor, alcançando, assim, a excelência humana. Desse modo, a mente, como excelência humana, pode ser designada a partir da sua existência.

Analisando os escritos de Odebrecht (2013), conclui-se que há uma orientação para a juventude no sentido de que ela deva investir para se tornar jovens empresários, superando seus limites, afinal, os problemas não estão no mundo, mas em cada um de nós. A concepção de educação, na verdade, prevê uma inclinação para uma educação que forme o ser humano desde os pressupostos da UNESCO, ou seja, uma concepção de melhoria do capitalismo, alívio da pobreza, algo ligada à autoajuda, por meio do cultivo dos Valores Humanos; uma ação bastante idealista, espiritual, com amor e crenças religiosas.

Observe-se que tais fundamentos, no entanto, não derivam de lutas entre classes; a questão não é o capital, é o homem, é cada um dos indivíduos; todos se identificam como culpados e todos podem melhorar o mundo, há uma espécie de mistura de concepções que, no fundo, ignora as questões materiais da vida. Uma formação idealista que coloca as mudanças nas mãos do indivíduo que coaduna com a ideia de protagonismo juvenil veiculada em todos os projetos de formação da fundação. Termos como trabalho, exploração, classes sociais e lutas sociais estão ausentes; enfatize-se ser uma formação para integração do jovem ao modelo das elites, para o cumprimento das necessidades do setor produtivo da região.

A perspectiva explicitada é formar o jovem empresário, criando a ilusão na juventude de que eles podem ser empresários. Percebe-se, claramente, que a intenção é transformar agricultura camponesa num aliado do agronegócio. O

agronegócio consegue impor-se não apenas nas relações de produção, mas, também, nos projetos educativos, pois se apresenta como comprovação de que o campo pode e deve ser um local de produção moderna, tecnológica, capitalista. Esses fatos constroem a ideologia do agronegócio e a apresentam como o caminho a ser seguido por todos aqueles que não aderiram às inovações do capital. Há uma notável intenção nos objetivos e princípios de criar uma ilusão na juventude de que o campo é um lugar de negócios, que necessita, portanto, de jovens capacitados para serem empresários rurais.

Consolidar uma educação de qualidade que vise a formação integral dos estudantes, o desenvolvimento do homem do campo, da consciência ambiental, organizacional, empresarial, comunitária cidadã dos camponeses assentados, ribeirinhos e quilombolas, com vista a Educação Profissional em Agroecologia e a sua atuação nas diversas áreas e práticas do conhecimento. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CECJ, 2012).

Apesar de aparecer no projeto expressões como “Saberes da Terra”, “Campo”, “Educação do Campo”, construídas no seio do movimento por uma Educação do Campo, as análises apontam que esse é um Projeto de educação rural com intencionalidade mascarada.

Frigotto (2012) fala em estratégia reiterativa da segmentação e do dualismo como forma de subordinar os processos educativos aos interesses da reprodução das relações sociais capitalistas, bem como do caráter dessa subordinação na realidade brasileira. Nessa construção, percebe-se, declaradamente, elemento da Teoria do capital humano, elemento específico da teoria conservadora do desenvolvimento. A educação como um corpo teórico disciplinar – Economia da educação –, que define a educação como fator de produção, se explicita nas teorias do desenvolvimento.

A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se eternamente a própria natureza humana. (FRIGOTTO, 2012, p.31).

No seio desse modelo de educação, realizam-se os programas que são elaborados, financiados e executados com os parceiros e com a participação das comunidades, dentre eles: Círculos de Leitura (Parceria da Fundação Odebrecht com Instituto Fernand Braudel/SP, iniciado em 2008); Centro de Panificação Casa Jovem (curso de 200h em panificação e confeitaria, entre outros); Projeto Horto Medicinal Casa Jovem; Horta Pedagógica Casa Jovem; Projeto de Integração Comunitária, Conselho Externo; Parceria com a Comunidade Quilombola Laranjeiras; Teatro na Escola; Ação Cívico-Social – ACISo (convênio celebrado com o comando do Exército; o objeto deste instrumento será executado por meio da realização, conjunta, de Ações Cívico-Sociais – ACISO, efetivadas, semestralmente, na região do Vale do Juliana, dentre outras ações de assistência e cidadania), Progestão; Percussão e Sustentabilidade; Indústria do Conhecimento – SESI. Além disso, a escola adere a todos os programas do governo para a Educação de Ensino Fundamental e Médio, programas esses que vêm reforçar a concepção de educação difundida, pois todos têm como prerrogativa o desenvolvimento do espírito voluntariado, o trabalho em comunidade e as pequenas ações que mudarão o mundo, conforme segue ilustrado.

Figura 8 – Placa de Inauguração do ACISO



Fonte: RIOS, 2015

Figura 9 – Placa de Inauguração da Indústria do conhecimento



Fonte: RIOS, 2015

O caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital em todas as fases do capitalismo deixa explícito seu caráter uma diferenciação da educação ou formação humana para as classes dirigentes e a classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 2012).

4.3.4 Relação Educação e Trabalho

A concepção de trabalho ora adotada parte dos estudos de Frigotto (2012), que, fundamentado na teoria marxista, concebe o trabalho como atividade vital e criadora, mediante a qual o ser humano produz e reproduz a si mesmo. O mesmo autor sustenta, também, que o trabalho, nas sociedades de classes, é, predominantemente, alienador, degradando e mutilando a vida humana; contudo, não se resume a pura negatividade, pelo fato de que nenhuma relação de exploração, até o presente, conseguiu anular a capacidade humana de criar e de buscar a superação da exploração.

Ciavatta (2009) reforça, apontando que o trabalho não é, necessariamente, educativo; isso dependerá das condições de sua realização, dos fins a que se destina, de quem se apropria do produto do trabalho e do conhecimento que gera.

Na sociedade capitalista, a educação tem cumprido o papel de atender às necessidades de formação de mão-de-obra necessária ao setor produtivo.

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (FRIGOTTO, 1999, p. 26).

Ao analisar um projeto educacional público, ainda que conduzido por uma empresa, foi identificada uma evidente função dada à educação que não se restringirá à formação para a emancipação humana; antes, compreenderá uma preparação para o trabalho, especificamente o trabalho relacionado ao projeto das cooperativas da região.

A questão da educação aparece, por um lado, na crítica à sua perspectiva unilateral e restrita vinculada ao plano material objetivo nas relações sociais capitalistas fundadas na propriedade privada dos meios e instrumentos de produção, na divisão social do trabalho, e nos processos de expropriação e alienação que tais relações impõem, limitando o livre e solidário desenvolvimento humano. (FRIGOTTO, 2012, p. 266).

A construção dessa proposta pedagógica alicerçada nas orientações empresariais para a educação pública faz perceber que o sistema capitalista, afora a exploração dentro de uma legalidade construída pela burguesia, torna a educação pública um instrumento ao seu favor. Serão verificados, nos parágrafos seguintes, as concepções, os princípios e os objetivos que norteiam a educação escolar ofertada aos povos do campo que estudam nesta escola.

A começar pela justificativa desse projeto educacional, que se dá pela obrigatoriedade de construção de um projeto escolar de Ensino Fundamental II e Médio que

[...] valoriza a atuação dos jovens no mundo do trabalho, promovendo a qualidade de vida, inclusão social e desenvolvimento das comunidades que já atuam nos arranjos produtivos do palmito, cacau e piscicultura e Programa de Agricultura Integrada e Sustentável - PAIS. Esse pacto de cidadania ambiental enfoca estratégias regionais que respondam mais acertadamente às diferentes realidades sociais, econômicas e ambientais. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CECJ, p. 9)

Há um irrefutável direcionamento da formação para o trabalho e, o que é pior, o trabalho segundo as necessidades de mão-de-obra para o emprego nas fazendas da região. A concepção de educação para o mercado de trabalho (especificamente, o trabalho na agricultura da região e, mais especificamente ainda, para a agricultura ligada aos projetos produtivos coordenados pela Fundação Odebrecht, em particular, aqueles que se foram no âmbito das cooperativas, alvo este, no entanto, que não é foco do presente estudo), além de manter relações de exploração com os trabalhadores, expõe estruturas construídas com recursos públicos em regime de comodato com as empresas.

Referida formação (de educação para o trabalho) encontra-se, manifesta nos objetivos específicos do Projeto; trata-se de uma formação para o trabalho camuflada, em que estes educandos são iludidos a se tornarem empresários rurais.

Integrar o saber, o ser e o fazer no contexto educacional fundamentado na concepção sócio-interacionista e no desenvolvimento integral do ser humano, visando à iniciação profissional em Agroecologia e a preparação básica para o trabalho do/no campo.

Ampliar o papel de mobilidade social, fomentando possibilidade de desenvolvimento de trabalho para a região, implantando um modelo organizacional empresarial, visando o crescimento e a sustentabilidade das unidades família.

Proporcionar uma educação profissional diversificada no campo, visando a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, a valorização da terra, o desenvolvimento sustentável e sua inserção no mundo do trabalho. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CECJ II, 2012, p. 12)

Atente-se para o fato de que tais itens, no fundo, apontam para uma educação pública que busca o preparo de mão-de-obra para o projeto da Odebrecht na região. Apesar de o primeiro objetivo versar sobre desenvolvimento integral do ser humano, o segundo discorre sobre a implantação de “[...] um modelo organizacional empresarial, visando ao crescimento e a sustentabilidade das unidades família”. É patente a intenção de tornar a escola pública um braço pedagógico da empresa, no sentido de apreciar que a aplicação do modelo empresarial na agricultura é que vai proporcionar o desenvolvimento para o campo, sendo uma forma de garantir

emprego à juventude. Ademais, a sustentação desse modelo depende, também, de uma classe de agricultores que a defenda. Nesse caso, o Colégio estadual compreende, pois, o espaço onde essa proposta ideológica é veiculada.

Essa orientação empresarial está contida, de maneira explícita, nos princípios da educação que empregam a tecnologia empresarial na educação dos filhos dos trabalhadores:

Valorização do aluno como sujeito produtor do conhecimento e participante do mundo do trabalho, utilizando a TES (Tecnologia Empresarial Social) como um dos princípios norteadores do trabalho.

Opção por uma concepção e metodologia em Educação para a vida, para o trabalho e para transformação da comunidade. Criar a TESE (Tecnologia Empresarial sócio educacional) para ser utilizada pelo Colégio como filosofia empresarial. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CECJ, 2012, p. 14).

Nos programas praticados pelas escolas, veicula-se a mensagem de que há falta de qualificação para o trabalho, com isso, é tarefa da escola preencher essa lacuna, conforme se sugere na justificativa dos projetos. No programa Círculos de Leitura, já descrito em capítulo anterior, afirma-se que a falta de trabalho e, conseqüentemente, a pobreza estão associados a não qualificação do trabalhador; dessa forma, o projeto escolar emana como uma alavanca para o desenvolvimento, já que, por meio da escola, a vida das pessoas irá melhorar.

Com o aumento do número de crianças nas escolas, a precariedade do ensino e sua inadequação a realidade do campo, além da ausência da cultura leitora apresentada pela clientela do campo atendida pelo colégio, faz com que milhões de jovens saiam das escolas sem ter nenhuma perspectiva para sua vida de trabalho. O mercado de trabalho, embora venha ofertando um crescente número de vagas, não consegue preenchê-las face à falta de pessoal qualificado. A capacidade de leitura e reflexão se tornou uma habilidade essencial à mobilidade social e ao exercício da cidadania para os jovens. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CECJ II, 2012, p. 16)

É importante destacar que essa ideia de trabalho está voltada ao cooperativismo da região, proveniente do modelo implementado pela

Odebrecht e acompanhado dos eixos diversidade; e, nesse eixo, convergem as expressões de construção de uma democracia sem lutas reivindicatórias, em consonância com o que segue, quando se aborda a diversidade.

É um espaço de construção da solidariedade, da democracia que busca o pertencimento dos valores locais e, não apenas, de lutas reivindicatórias. É a postura dialógica que precisa ser desenvolvida na educação, voltada para a inclusão e pluralismo cultural, independente raça gênero, religião, cultura ou outras formas de discriminação. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CECJ II, 2012, p. 32)

Igualmente à resolução pacífica dos problemas, conforme o conceito de cidadania.

A educação para a cidadania desenvolve o conhecimento, a compreensão, as capacidades, as atitudes e os valores que ajudam os jovens a desempenharem um papel ativo na sua comunidade; estar informado e consciente dos seus direitos, responsabilidades e deveres e adesão aos valores democráticos (liberdade, igualdade, pluralismo, cooperação, solidariedade e resolução pacífica dos conflitos). (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CECJ II, 2012, p. 32)

A análise crítica da concepção de educação para o trabalho, veiculada nessa proposta, encontra suas bases no projeto burguês para a construção da sociabilidade: a ideia de buscar outras formas que não aquelas reivindicativas (no eixo diversidade) e a busca de resolução de problemas sem conflitos (no eixo da cidadania) permitem uma formação para o trabalho em que os indivíduos se encaixem numa relação social dada, na qual alguns detêm as riquezas e outros trabalham para os detentores dessa riqueza.

Tal concepção de trabalho, embutida no projeto de escola, conduz à ideia de “individualismo como valor moral radical” como um de seus princípios políticos de articulação das estratégias de ação do capital sobre a cidadania (MARTINS, 2007). Para o autor, esse preceito, fundamento nas estratégias que a Terceira Via classificou de ‘política de vida’ e ‘política gerativa’, a serem implementadas pelo Estado em parceria com organizações comprometidas com o desenvolvimento social; uma espécie de libertação psicológica que permita liberdade de escolhas e opções de vida.

A meta da “política de vida” é “libertar” os seres humanos dos controles externos impostos pelos códigos disciplinares de condutas rígidas para torná-los mais aptos a tomarem iniciativas e decisões, a serem mais ativos, criativos e independentes. O objetivo é criar uma geração nova de adultos com o espírito empreendedor, iniciativa individual e com senso de responsabilidade social, isto é, um cidadão reflexivo. (MARTINS, 2007, p. 89).

Em relação à “política gerativa”, afirma-se que seria aplicada para mostrar aos indivíduos libertos pela “política de vida” que eles possuem a capacidade de se mobilizar no espaço comunitário para solucionar problemas que transcendem à sua individualidade.

Vista de maneira crítica, a “política gerativa” e a “política de vida” são na verdade estratégias destinadas a disseminar o individualismo e incentivar o desenvolvimento do “capital social”, remodelando as referências históricas de cidadania. Ambas as estratégias se destinam à construção de novas subjetividades, visando a preparação de um perfil humano que combine a individualização da autonomia com a abertura para o estabelecimento de laços de cooperação com os mais próximos para reforçar a conservação. Com isso, através de processos moleculares, a manutenção das relações sociais e as relações de poder no capitalismo seriam sustentadas por vários pequenos organismos, atuando em rede rumo à consolidação da coesão cívica de novo tipo e impulsionadas por uma nova sociabilidade expressa pela ideia de “cidadania ativa”. Para tanto, a meta é desarmar os espíritos para relações mais harmônicas em que a colaboração torna-se referência, desarticulando, conseqüentemente, os organismos sociais (partidos e os sindicatos) que ainda atuam numa perspectiva de interesses de classe. (MARTINS, 2007, p. 89)

Note-se a tentativa de construir unidade moral, intelectual e política, reunindo as diferentes forças sociais em torno de uma única concepção renovada de mundo. Esse ser humano que mencionado modelo de educação pretende formar é o ser humano capaz de superar limites para se integrar num conjunto um pouco maior de questões, sem a perda de sua capacidade de exercer seu autogoverno. (MARTINS, 2007).

Considerações como exploração do trabalho rural e pouca remuneração aparecerem no projeto uma única vez; a ênfase nisso não é explorada, visto que se busca politizar que os problemas relacionados ao trabalho estão

diretamente ligados à falta de qualificação, o que pode ser resolvido sem conflitos e sem reivindicação, como detalhado anteriormente.

Sob a tarefa educativa do Estado neoliberal – qual seja, educar os seres humanos para o afloramento das potencialidades naturais (empreendedorismo, competitividade, individualismo) – as grandes e complexas organizações, como os sindicatos e partidos políticos, teriam que ser combatidas por significarem uma oposição a esse trabalho educativo das massas. (MARTINS, 2007, p. 44)

A educação para o campo do Baixo Sul, sob a ótica da Fundação Odebrecht, é uma educação para formação da força de trabalho e inculcação da ideologia do capital. A presença de Tecnologia Empresarial Odebrecht na proposta pedagógica da escola condiciona elementos de uma orientação empresarial para a formação de um público jovem e adolescente que frequenta esta instituição. Dessa forma, há uma “preocupação” da iniciativa privada com a educação dos pobres e essa preocupação estende-se para todas as áreas, inclusive a do trabalho. A ideia contida nessa proposta pedagógica é a de que a educação forme a mão-de-obra necessária para trabalhar nas fazendas e fortalecer as cadeias produtivas lideradas pelas cooperativas ligadas à Fundação.

Em 2003, essa área formada por onze municípios, foi escolhida para receber o Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado e Sustentável (PDCIS Baixo Sul), tendo como missão contribuir para geração trabalho e distribuição de renda para unidades-famílias carentes, além de contribuir com a educação, identificando novos talentos (filhos de cooperados) para formação dos empresários do futuro, e criar escola (casas familiares) para dar formação agrícola aos jovens, que multiplicam esse conhecimento com seus familiares e vizinhos. Com isso, as famílias veem ampliadas as chances de permanecer no campo com dignidade, e se forma uma geração de agricultores que usa tecnologia e alcança produtividade através da criação de cadeias produtivas lideradas pelas cooperativas: COOPATAN, COOPECON, COOPALM, COOPRAP e da conservação ambiental. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CECJ II, 2012, p. 9)

Dessa forma, podem-se destacar dois pontos fundamentais: a promessa de emprego para a juventude camponesa (promessa essa, aliás, que, ao final, não se concretiza) e a ideia de que, dentro do PDCIS, esses jovens se tornarão empresários rurais; vale lembrar que o público que essa escola atende não tem

terra e, quando a possui, são em pequena quantidade, o que não garante a sustentação da família, formando, com isso, defensores do projeto de agricultura da empresa para a região, tornado a agricultura familiar/camponesa com sua produção atrelada às cooperativas da Odebrecht, que, por sua vez, terá o controle desde a produção, definindo o que cada um deve plantar, no caso, o palmito, até a comercialização.

O conjunto de ideias contidas no projeto pedagógico do colégio passa a ideologia de que apenas a qualificação é condição necessária para a superação da falta de emprego e, principalmente, da pobreza. E, sem a superação da sociedade de classes, é possível construir um campo justo, onde todos fazem sua parte e são colaboradores para a harmonia, sobretudo, entre patrões e empregados.

Os organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), a Organização Mundial do Comércio (OMC), e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), acolhem hoje os sucedâneos dos *economistas filantropos*, que ditam para o mundo as reformas educacionais para formar trabalhadores funcionais ao capital. (FRIGOTTO, 2012, p. 269)

Resta, pois, concluir que a educação pública ofertada pelo Estado e conduzida pela Fundação Odebrecht para o trabalho não se norteia por seu princípio educativo; antes, pelo contrário: exerce uma orientação técnica para o trabalho simples, aliás, anote-se que, no projeto, em momento algum o termo universidade, enquanto prosseguimento dos estudos, foi registrado. Em síntese: trata-se da formação para o trabalho simples que está longe de promover a emancipação do sujeito.

4.3.5 Concepção de Gestão

O modelo de gestão é pautado na parceria público-privado. Segundo dados fornecidos pela antiga DIREC 05, hoje Núcleo Regional de Ensino, há 24 escolas do campo no Baixo Sul da Bahia, sendo que, dessas, 20 são anexos das escolas das cidades e, em 08 deles, funcionam o Ensino Médio por

Intermediação Tecnológica (EMITEC) (RIOS, 2012). O Colégio Estadual Casa Jovem II encontra-se numa situação privilegiada no Estado e na região, pois a educação ofertada na Fazenda Vale do Juliana, por meio de parcerias com o município e Estado, atende a todas as modalidades do ensino. Logo, percebe-se que o empresariado investe na formação de sua mão-de-obra e, para tanto, conta com o apoio do poder público, que financia suas ações.

Em termos de gestão partilhada, a OSCIP Casa Jovem, dirigida pela Fundação, busca outras parcerias, a fim de garantir a formação dos educandos em tempo integral.

Atendendo a uma proposta de gestão compartilhada, em fevereiro de 2008 foi firmado um convênio entre a Secretaria de Educação e OSCIP Casa Jovem que tem como missão mudar paradigmas na Educação do/no Campo, promovendo uma educação de qualidade, formando jovens na perspectiva do desenvolvimento sustentável da região, através de um novo modelo pedagógico e organizacional de trabalho, que inclua o artigo 14 da LDB, que trata da garantia de uma gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CECJ II, 2012, p. 5)

Essa gestão democrática inclui, principalmente, a participação da iniciativa privada, que desenvolverá habilidades empreendedoras, com a implantação de um modelo empresarial para a educação.

Esse projeto visa promover uma educação do campo de qualidade, formando o jovem na perspectiva de transformar o Baixo Sul, atendendo ao projeto de desenvolvimento sustentável da região, assegurando o seu acesso e permanência no CECJ, a revalorização da consciência das relações com a natureza, com o social, com a cultura da vida a partir das dimensões igualitária, solidária e participativa, implantando no CECJ um modelo organizacional empresarial, tendo em vista o desenvolvimento das competências e habilidades administrativas e empreendedoras da clientela que assistimos. . (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CECJ II, 2012, p.10)

Entendendo gestão enquanto proposta cujo modelo compreende a participação de todos para o desenvolvimento do projeto, seu princípio norteador está na

Integração de todos: Estudantes, Professores, Funcionários, Pais, OSCIP e Comunidade instituindo uma comunidade de aprendizagem onde a escola se constitui em foco irradiador. Realização de acordos e parcerias financeiras e pedagógicas com os governos do estado e município, para adquirir maior autonomia e êxito no trabalho. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CECJ II, 2012)

Por meio do Projeto de Integração Comunitária, que, a seu turno, recebe apoio da SEC/DIREC 05 e OSCIP Casa Jovem, formou-se um Conselho Comunitário do Campo, para avaliação externa da contribuição do Colégio Estadual Casa Jovem nas comunidades, assim como do desempenho dos estudantes na comunidade, via formulário, que é preenchido com a contribuição dos educadores.

Aqui, pressupõe, também, uma análise da Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), pois, nos projetos das escolas estudadas, esta emerge como princípio norteador de uma gestão educacional:

Desenvolvimento dos valores humanos, consciência de cidadania e ecológica; Responsabilidade pessoal pela formação do adolescente, jovens e adultos, através da implementação do Projeto Político Pedagógico, Organizacional e Financeiro; Valorização do aluno como sujeito produtor do conhecimento e participante do mundo do trabalho, utilizando a TES (Tecnologia Empresarial Social) como um dos princípios norteadores do trabalho; Opção por uma concepção e metodologia em Educação para a vida, para o trabalho e para transformação da comunidade. Criar a TESE (Tecnologia Empresarial Sócio Educacional) para ser utilizada pelo Colégio como filosofia empresarial Integração de todos: Estudantes, Professores, Funcionários, Pais, OSCIP e Comunidade instituindo uma comunidade de aprendizagem onde a escola se constitui em foco irradiador. Realização de acordos e parcerias financeiras e pedagógicas com os governos do estado e município, para adquirir maior autonomia e êxito no trabalho e Valorização dos diferentes saberes no processo educativo. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CECJ II, 2012, p.15)

É pela TESE que os projetos educacionais conduzidos pela Fundação Odebrecht desenvolvem seu plano de ação na escola pública. A Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE) é uma espécie de variante da TEO (Tecnologia Empresarial Odebrecht) elaborada e adaptada para o ambiente escolar. Uma espécie de receituário da empresa para a organização escolar.

Conforme informações disponibilizadas no site do Instituto Co-responsabilidade pela Educação (ICE) ²⁰, tal recurso tem sido aplicado em escolas públicas de Ensino Médio Integral, sendo 160 escolas do Estado de Pernambuco; 60 no Ceará; outras 23 em Sergipe; e mais 3 no Piauí. Também começou a implementação no Ensino Fundamental (7º ao 9º ano) no do Rio de Janeiro. Pondera-se, então, que, além da Bahia, a atuação da empresa já tem incidência em muitas outras escolas públicas de outros estados, com a difusão de sua ideologia educacional, operando como uma rede de empresários e atuando na escola pública brasileira. Não coincidentemente, a Tecnologia Empresarial se desenvolveu nos estados do Nordeste, onde foi realizado o diagnóstico educacional por meio do projeto Aliança com o Adolescente.

O material utilizado para análise/coleta de dados foi um Manual de Operações para implantação do modelo de gestão. Tal manual tem como princípio gestacional a compreensão de que a escola não é diferente da empresa e, por isso, detém a possibilidade de transportar para a escola os princípios que gerem uma empresa, como segue.

A gestão de uma escola em pouco difere da gestão de uma empresa. Na realidade, em muitos aspectos, a gestão de uma escola apresenta nuances de complexidade que não se encontram em muitas empresas. Assim sendo, nada mais lógico do que partir da experiência gerencial empresarial acumulada para desenvolver ferramentas de gestão escolar. (INSTITUTO CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO, 2005, p. 3)

E, em Marcos Antonio Magalhães, presidente do ICE,

A TESE (Tecnologia Empresarial Socioeducacional) foi desenhada para levar esses conceitos gerenciais para o ambiente escolar e permitir ao Gestor o atingimento dos seus objetivos de maneira estruturada e previsível. Eu considero esta metodologia a espinha dorsal do processo de transformação da escola pública brasileira, tão mal planejada,

²⁰ O Instituto Co-responsabilidade pela Educação(ICE) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que atua, diretamente, no Ensino Médio, por meio de seus parceiros, o Instituto Qualidade no Ensino (IQE) e o Instituto Alfa e Bato, bem como Ensino Médio Integral, Ensino Médio Profissional e Ensino Fundamental de 7º ao 9º ano. Foi criado em 2000, por um grupo de empresários, com apoio governamental, a partir de uma articulação para reestruturação do Ginásio Pernambucano. Mobilização da sociedade e da classe empresarial com instituições governamentais (<http://www.icebrasil.org.br/wordpress/>).

tão mal gerida e que produz, como consequência, resultados tão pífios. Concluo com uma palavra de agradecimento ao Dr. Norberto Odebrecht, por permitir que utilizássemos a TEO como matriz para a sistematização do presente modelo. (INSTITUTO CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO, 2005, p. 6)

A partir de 2004, a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), em conjunto às recomendações do Relatório de Jacques Delors, mormente no que se refere aos Pilares da Educação Contemporânea, é incluída como módulo de estudos no processo de formação dos gestores. Nos centros educacionais onde a TESE é implantada e aplicada, aparecem os termos “projeto de vida” e “protagonismo juvenil”.

Os educandos são vistos, assim, como capital humano, melhorando a imagem da instituição ao apresentarem bons resultados e elevando os índices de aprovação nas avaliações externas. Há, ainda, a menção ao treinamento dos jovens para se tornarem empresários e desenvolverem um espírito comprometido com os valores e os princípios da organização. No manual, constam as principais premissas que garantirão a boa aplicação dos princípios empresariais na escola pública.

4.3.6 Concepção de Campo

Uma questão que se levanta é qual a intencionalidade de uma empresa em ofertar educação para os pobres do campo? No modelo de desenvolvimento previsto para o Baixo Sul pelo Grupo Odebrecht não há espaço para o protagonismo das pequenas comunidades rurais. Trata-se de um modelo de desenvolvimento articulado entre o poder público e a iniciativa privada que tomou para si a tarefas de realizar educação conformando principalmente a juventude a esse modelo. A concepção de campo da Fundação é o campo do latifúndio, pois a Fazenda Vale do Juliana é um latifúndio de aproximadamente 5.000ha com sua produção baseada no agronegócio; e latifúndio e agronegócio são incompatíveis com agricultura camponesa e seu projeto de Educação do Campo. Aqui a concepção de campo

é a mesma contida no projeto da CFR-I. Campo de riquezas desperdiçadas pela falta de tecnologias adequadas para explorá-las, campos de riquezas desperdiçadas e baixos indicadores sociais porque a população não está qualificada o suficiente para explorá-las e, campo como oportunidade de grandes negócios.

4. 4 Os fundamentos da educação empresarial

QUADRO 2 – Comparativo das concepções estudadas

Categorias	Instituição	
	Casa Familiar Rural de Igrapiúna: CFR – I	Colégio Estadual Casa Jovem II – CECJ
Modalidade/Curso/ Metodologia	Curso Técnico em Agronegócio Integrado ao Ensino Médio Metodologia da Alternância	Educação profissional – Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA Regular e tempo integral em algumas turmas através do programa “Mais Educação”
Ingresso	Divulgação nas comunidades rurais, escolas e secretarias municipais, principalmente de educação Processo Seletivo usando os critérios da idade e ser originário de pequeno proprietário rural	Divulgação nas comunidades rurais, escolas e secretarias municipais, principalmente de educação Matrícula aberta seguindo o modelo da Secretaria Estadual de Educação
Público Atendido	Jovens filhos de agricultores com idade média de 16 a 18 anos	Adolescentes, jovens e Adultos de comunidades rurais
Modelo de Gestão	Parceria Público-Privado envolvendo: <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Estadual de Educação • Fundação Odebrecht através da OSCIP Casa Jovem • Conselho Comunitário • Outras Empresas Privadas 	Parceria Público-Privado envolvendo: <ul style="list-style-type: none"> • Conselho de pais • Secretaria Estadual de Educação • OSCIP Casa Jovem
Financiamento/Parcerias	BNDES COOPALM Fundação Odebrecht Michelin Odebrecht SESI	Secretaria Estadual de Educação Secretaria Municipal de Educação Fundação Odebrecht

	Prefeitura Municipal de Igrapiúna Secretaria de Educação do Estado da Bahia Tributo ao Futuro Oi	
Programas	SESI – indústria do Conhecimento Projeto Caia na Rede Secretaria Estadual de Educação	<p>Outras Empresas/Fundações</p> Círculos de Leitura (Instituto Fernand Braudel-SP) SESI – indústria do Conhecimento
		<p>Casa Jovem e OSCIP</p> Centro de Panificação Casa Jovem Horta Pedagógica Casa Jovem; Conselho Externo Parceria com a Comunidade Quilombola Laranjeiras; Teatro na Escola Percussão e Sustentabilidade
		<p>Secretaria Estadual de Educação</p> Mais Educação Escola Aberta à Comunidade Projeto de Integração Comunitária Progestão
		<p>Fundação e Exército Brasileiro</p> Ação Cívico Social – ACISO

Concepção de Educação	Educação para Empregabilidade Educação como negócio Educação como fator de desenvolvimento Educação para formar o ser humano integrado ao modelo capitalista	Fundamenta-se nos quatro Pilares da Educação: Sócio-interacionismo-construtivista; Na Ecopedagogia; Educação para o desenvolvimento dos Valores Humanos Educação como fator de desenvolvimento Educação para formar o ser humano integrado ao modelo capitalista
Concepção de Trabalho	Formar mão-de-obra para atuar nas cooperativas, especificamente a do palmito Formar Empresários Rurais Educar pelo trabalho é mais prática que teoria	Formar mão-de-obra para atuar nas cooperativas Formar Empresários Rurais Educar pelo trabalho é mais prática que teoria. Dentro dos princípios a educação é o negócio da escola – os resultados tem satisfazer a comunidade e investidores
Concepção de Gestão	Parceria público- privada Instituição particular	Parceria público- privada Instituição Pública
Concepção de Campo	Grande potencial de recursos naturais. Potencial que não está sendo bem explorado pelos que nele vivem. Grandes oportunidades de negócios. Lugar de pobreza.	Grande potencial de recursos naturais. Potencial que não está sendo bem explorado pelos que nele vivem. Grandes oportunidades de negócios. Lugar de pobreza.

Na análise dos dois projetos de educação (um particular, idealizado, construído e conduzido pela Fundação Odebrecht e demais empresas, a CFR-I) e o outro de uma escola pública estadual, também concebida pela Fundação Odebrecht, mas construída e mantida pelo Estado e conduzida por ambos, o caso do Colégio Estadual Casa Jovem II, constata-se não haver diferenciação nas concepções de educação e formação, educação e trabalho e campo nas duas propostas. Há particularizações na organização do trabalho pedagógico, no ingresso, no financiamento e na gestão; há distinção nos cursos trabalhados: a primeira delas oferta curso de agronegócio, já a segunda, de agroecologia.

Essa não individualização ocorre, em especial, porque ambas pertencem ao PDCIS, em que a orientação da Fundação Odebrecht é para a produção do capital humano, dando-se a interligação com o modelo que trabalha com os quatro capitais: humano, produtivo, social e ambiental, denominado de ações sinérgicas. A propósito, o vocábulo sinergia aparece, constantemente, nos documentos de orientação da Fundação.

Essas 'ações sinérgicas' são o caminho apontado pela Fundação Odebrecht para reverter o quadro de pobreza que é incompatível com a exuberância natural, a rica história, o valioso patrimônio cultural e a larga potencialidade econômica. Nesse sentido a educação tem o papel de promover 'de tornar próspera e dinâmica uma área rural com grande potencial ambiental, fixando os jovens talentos no campo.' (ODEBRECHT, 2015)

Os ainda escassos estudos revelam que a educação para o campo do Baixo Sul, sob a ótica do agronegócio, é uma educação para formação da força de trabalho e imposição de ideologia; verifica-se, pois, uma "preocupação" da iniciativa privada para com a educação dos pobres, fato esse que se estende para todas as áreas, inclusive do trabalho.

Todos esses projetos educacionais concorrem com uma carga ideológica que implica a redução da atuação estatal no que se refere à proteção social. Essa tarefa passa a ser complementada pelo mercado, incentivando, também, que as pessoas passem a buscar a proteção social na família e em organizações não-governamentais (MARTINS, 2007); eis,

portanto, a razão pela qual as escolas recebem a identificação de casas familiares.

Essa atuação da Fundação Odebrecht na região do Baixo Sul remete a estudos que afirmam que a burguesia brasileira não restringe sua atuação à aparelhagem estatal (NEVES, 2005); em verdade, ela se amplia como uma diversificada rede de organismos de obtenção do consentimento do conjunto da sociedade e atrai outros sujeitos políticos coletivos e seus aparelhos a esses projetos. As Fundações funcionam e atuam como aparelho privado de hegemonia que abrange várias frentes, principalmente ações político-educativas de naturezas diversas. Isso reforça a compreensão de que o Estado não perdeu o seu papel pedagógico, simplesmente o redefiniu sob novas formas. (MARITNS, 2007).

Desde 1999, a Odebrecht opera no Programa Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável no Nordeste, com o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Kellogg e o BNDES. A ideia era atuar em regiões com baixos Índices de Desenvolvimento Humano e fora do eixo dinâmico da economia do Brasil. Esse programa, com a contribuição da Fundação Odebrecht, transformou-se, em 2002, no Instituto Aliança com o Adolescente (ODEBRECHT, 2010): uma participação de fundações nacionais, internacionais e financiamento público por meio do BNDES.

Conclui-se, assim, que o modelo de governança instituído no Baixo Sul mantém o discurso de que a solução para superação da pobreza está na empresa recebendo financiamento público para realizar as ações e, por outro lado, todos se esforçando para que isso aconteça, de tal modo que educação fundamentada na TEO signifique a educação para vida, trabalho e valores. Trabalha-se, ainda, com a possibilidade de soluções abstratas para problemas que são causados no campo, como, por exemplo, a ausência de uma Reforma Agrária.

Busca-se, com isso, a identificação de jovens talentosos, elevando-os à condição de protagonistas em termos de empreendedorismo, objetivando-se, assim, organizar a juventude local na perspectiva de gerar atividades produtivas, reduzindo o êxodo rural da região. Esses programas e projetos eram baseados na filosofia das Organizações Odebrecht, para as quais “se

aprende fazendo”, fato que se generalizou por outras iniciativas na linha da responsabilidade social.

Essa ideia do protagonismo juvenil, tão difundida nos projetos educacionais da Fundação, designa a atuação do jovem como personagem principal de uma iniciativa, atividade ou projeto voltado para a solução de problemas reais. O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla. O jovem seria responsável pelo seu destino em um projeto cuja finalidade é o aprimoramento do jovem protagonista, comprometido com o seu futuro; a concepção do indivíduo a ser formado é o indivíduo empresário rural. Isso está presente no projeto da CFR – I e subtendido no Casa Jovem II, quando se afirma que a fundamentação está na TESE. Há um incentivo, nos projetos, para o desenvolvimento da Atitude Empresarial e da escola que prepara o educando para o trabalho, enquanto formadora de cidadãos éticos, aptos a “empresariarem” suas competências e habilidades; eficaz nos resultados, superando a expectativa da comunidade e do investidor social, tendo o estudante como parceiro na construção de seu projeto de vida, bem como os pais como educadores familiares e, também, parceiros do empreendimento.

É reforçada a ideia de Corresponsabilidade – Parceiros públicos e privados comprometidos com a melhoria da qualidade do Ensino Médio.

Com relação à educação e ao trabalho, outro ponto importante está em que o conceito de educar pelo trabalho é mais ação prática do que teórica. Dentro dos princípios da educação (que é o negócio da escola), os resultados têm de satisfazer a comunidade e os investidores.

A Fundação Odebrecht apoia-se no marco de uma educação empresarial e a investida do Estado é na iniciativa privada, que tem com ela interesses convergentes. A perspectiva ora explicitada está em formar o jovem empresário, criando a ilusão na juventude de que ela pode ser empresária. Percebe-se, enfim, que a intenção é transformar agricultura camponesa num aliado do agronegócio. O agronegócio consegue impor-se não apenas nas relações de produção, mas, também, nos projetos educativos, pois se apresenta como comprovação de que o campo pode e deve ser um local de

produção moderna, tecnológica, capitalista. Esses fatos constroem a ideologia do agronegócio e a apresentam como o caminho a ser seguido por todos aqueles que ainda não aderiram às inovações do capital. Há uma intencionalidade da Fundação em preparar não somente os funcionários, mas todas as comunidades do entorno, já que a maioria dessas comunidades está, de alguma forma, associadas às diversas cooperativas operadas pela Odebrecht na região.

Outro aspecto a ser considerado está na apropriação dos termos construídos pelos movimentos sociais no sentido de mascarar a real intencionalidade da educação. Revelam-se, nos Projetos, expressões como “Saberes da Terra”, “Campo”, “Educação do Campo”, “Agroecologia”, entre outros. Porém, apesar da Fundação apresentar, em seus textos, uma concepção de campo como lugar de vida, como espaço onde deve haver novas relações de respeito à natureza, onde as famílias devem permanecer com dignidade criando condições para a juventude se manter, acaba por defender um modelo de produção empresarial, um modelo de expansão previsto para o Baixo Sul pelo Grupo Odebrecht, no qual não há espaço para o protagonismo d juvenil. Trata-se de um modelo de desenvolvimento articulado entre o poder público e a iniciativa privada, que tomou para si a tarefas de realizar educação, conformando, em particular, a juventude a esse modelo. Veja-se que a concepção de campo da Fundação é o campo do latifúndio.

A presença do empresariado na definição dos rumos e do conteúdo da educação escolar, passando da filantropia empresarial à responsabilidade social, aplica-se mais às necessidades atuais do capital, caracterizando-se como: incentivo ao desenvolvimento do capital social em comunidades rurais carentes; estímulo ao crescimento do voluntariado; responsabilidade das empresas em executar políticas sociais em diferentes áreas, procurando transformar a sociedade civil numa instância de relações harmoniosas que se identifica com as políticas neoliberais.

Freres (2008) declara que o desemprego é gerado pelo próprio sistema capitalista. É ilusório achar que a educação garanta que o indivíduo seja empregado. Desemprego grande, o sistema se utiliza disso para que haja

concorrência entre os indivíduos: apenas os melhores ocupam vaga no mercado de trabalho e os demais ficam de fora.

Assim sendo, a crise estrutural do capital a educação passou a ser tomada como fator decisivo para o crescimento econômico, cumprindo uma dupla função: ideológica, por repassar os interesses da classe dominante; e de reprodução de saberes que essa classe necessita, no caso, saberes voltados para a produção. Porém prosseguindo com Freres (2008), tem-se que, nessa particularidade histórica do capital, em que são poucos os empregos, cumpre-se mais com a primeira que com a segunda dessas funções. Nesse contexto, a ideologia da empregabilidade ganhou a cooptação da subjetividade dos trabalhadores,

A ideologia da empregabilidade, portanto, não se origina de uma invenção ingênua e desinteressada. Pelo contrário, está envolto de um conteúdo ideológico que busca cooptar a subjetividade dos trabalhadores em favor do próprio capital. A lógica de responsabilizar os indivíduos por estar ou não empregados esconde de todos que sua condição é decorrente do tipo de organização social baseada na exploração dos homens pelos homens. (FRERES, 2008, p. 68).

É importante, também, ressaltar que há um vasto volume de recursos são disponibilizados pelo Estado para a implementação desse projeto educacional, segundo informação solicitada ao BNDES pelo serviço de informação, a respeito da parceria do BNDES com a Fundação Odebrecht para apoio ao Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade do Baixo Sul da Bahia (PDCIS), cujo início data de 23/11/2009. Os repasses de recursos não reembolsáveis do BNDES para o PDCIS do começo dessa parceria até dezembro de 2013 somaram R\$ 10.141.300,09, para apoio a projetos das seguintes instituições: Casa Familiar Rural de Igrapiúna (CFR – I), Casa Familiar Agroflorestal (CFAF), Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia (COOPALM), Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (COOPATAN) e Cooperativa dos Aquicultores de Águas Continentais (COOPECON).

Além disso, o quadro seguinte demonstra os recursos que foram captados do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) que estão, em torno, dos

6.000.000,00. À pesquisa foi inviável fazer outros levantamentos financeiros; contudo, as duas fontes mencionadas já são patentes para se observar o volume de recursos que o Estado tem disponibilizado para os projetos.

Quadro 3 Montante de recursos públicos recebidos por meio de projetos e programas

Ação suplementar	Atividades desenvolvidas	Montante de recursos públicos recebidos
Círculos de Leitura	Projeto de Formação de Leitores em Parceria da Fundação Odebrecht com Instituto Fernand Braudel/SP, criado em 2008	R\$ 113.784,44 – 2014 R\$ não divulgado – 2013 R\$ 270.096,37 – 2012 R\$ 839.644,44 – 2011 R\$ 617.333,33 – 2010
Caia na Rede	Projeto de inclusão digital uma parceria da Microsoft, Fundação Odebrecht, Oi e Dell em um Acordo de Cooperação	R\$ 644.429,32- 2013 R\$ 450.768,50 – 2012 R\$ 248.100,00 – 2010
Construindo uma Juventude Melhor	Formação de Jovens da Construção Civil	R\$ 263.261,15 – 2014 R\$ 528.383,14 – 2013 R\$335. 200,90 – 2012
Jovem, Turismo e Cidadania	Desenvolve projetos com temas juventude, turismo e cidadania (oficinas de turismo, educação patrimonial e Círculos de Leitura	R\$ 146.470,60 – 2012
Hospedar a Cultura e a Cidadania na Escola	Através do IDES desenvolve projetos com temas juventude, turismo e cidadania (oficinas de turismo, educação patrimonial e círculos de leitura)	R\$ 163.338,02 – 2014
Eu adoro ser criança	Tem como objetivo apoiar a escola pública do Ensino Fundamental I através da arte e da ludicidade	R\$66.295,86 – 2014 R\$ 77.075,80 – 2013 R\$ 93.834,89 – 2012 R\$ 122.728,00 -2011 R\$ 86.556,00 – 2010
Pratigi pela Educação	É uma parceria da Fundação Odebrecht com o Instituto Chapada que consiste na	R\$ 1.146.585,62 – 2014

	formação de professores, coordenadores e gestores do Ensino Fundamental I, tendo como parceiros institucionais Odebrecht, Natura, Itaú, Banco do Brasil e parceiro técnico o Tributo ao Futuro	
Trilhando Caminhos	O Projeto Trilhando Caminhos desenvolve ações socioeducativas com adolescentes entre a faixa etária de 12 a 18 anos, em zonas urbanas periféricas	R\$ 198.511,40 – 2014 Não divulgado – 2013 R\$ 205,339,51 - 2012 R\$ 580.954,59 – 2011 R\$ 546.233,00 – 2010
Formação Continuada	Promove formação com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$ 112. 150,00 – 2014
Monitoramento das Redes de Garantia	Articulação da Rede de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	Não divulgado – 2014
Monitoramento de Políticas Públicas	As ações do projeto serão dirigidas a 96 Conselheiros de Direitos e Tutelares	R\$ 215.994,27

Fonte: RIOS, 2015

No seu projeto popular de desenvolvimento, o governo Lula, governo que intensificou esse projeto, utilizou-se, principalmente, de um discurso de “apoio” do empresariado organizado, a partir de seus institutos e fundações. Baiardi (2007) coloca tais iniciativas como possibilidade de “emancipação” dos assentamentos e, o que é mais grave, afirma que não é possível, no Baixo Sul, um avanço na ausência dessas organizações.

Obviamente que o modelo CFR não é alternativa à reforma agrária, mas pode ser alternativa a todos os mecanismos atualmente utilizados visando a emancipação de assentamentos. Uma simples estimativa dos gastos por família para emancipar assentamentos e para transformar produtores tradicionais em pequenos empresários cooperantes irá demonstrar o quanto estes últimos são sensivelmente menores. Resta a pergunta de se será possível implantá-lo na ausência de organizações da sociedade civil como o IDES e a Fundação Emílio Odebrecht. (BAIARDI, 2007, p. 12)

Esse modelo de educação pressupõe uma adesão dos agentes produtivos atuantes na região ao modelo de desenvolvimento conformador em que a empresa se recria ao longo do tempo mantendo sua hegemonia na elaboração de estratégias de exploração econômica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar os fundamentos do projeto educacional da Fundação Odebrecht no campo do Baixo Sul da Bahia, analisando as suas concepções de educação, foi um percurso de reflexão sobre o lugar estratégico que a educação ocupa na construção de um consenso da população ao projeto societário burguês. As Orientações da Tecnologia Empresarial Odebrecht para a Educação instituem um modelo de escola pública e privada, financiada com recursos públicos, como braço pedagógico de um modelo de desenvolvimento excludente, que, com o discurso da inclusão social, responsabiliza a população pelos seus sucessos e fracassos; no caso, mais fracasso do que sucesso. A região do Baixo Sul é rica, porém, ao mesmo tempo, pobre, pois os pobres, por falta de uma educação de qualidade, não estão sabendo explorá-la. Esse é o discurso.

Com um histórico de grilagem de terras, exploração da classe trabalhadora e financiamento público aos seus projetos, a Odebrecht, em um dado momento, seguindo um movimento nacional, centra força na educação com o objetivo de melhorar sua imagem e diversificar, ainda mais, seus negócios.

No percurso metodológico, foram levantadas as ações educacionais da Fundação Odebrecht na região, sendo encontrado um volume muito grande de ações tanto no campo da educação formal como em espaços fora do âmbito escolar. Houve uma dificuldade, muito grande, de coleta de dados e, dada a densidade do objeto, optou-se pela análise dos projetos de duas escolas. As questões foram respondidas em parte. Foram distinguidos os fundamentos sistematizados nos projetos, sendo possível identificar, enfaticamente, a orientação empresarial para a educação do campo, realizada em termos metodológicos.

Com base na revisão de literatura e análise dos projetos das escolas selecionadas para estudo, observou-se que a Fundação Odebrecht atua, de forma direta, na educação da região, tanto na esfera privada quanto na esfera pública, conduzindo um colégio estadual e desenvolvendo atividades nas escolas públicas. Os espaços escolares fomentados e dirigidos pela Fundação

são aparelhos difusores de sua ideologia e veículos de intervenção direta da Odebrecht nas comunidades.

Essa intervenção se dá pela inserção das famílias no PDCIS, numa rede de produção, beneficiamento e comercialização de produtos ligados à rede de cooperativas pertencentes à empresa na região.

O estudo aponta interesse latente da burguesia brasileira na educação pública, porque é, por meio desta, que se formará a mão-de-obra necessária para o setor produtivo. E tal interesse se intensifica na Educação Profissional, pois é aí que se formarão os técnicos para o trabalho no setor industrial e nas atividades do campo, com o agronegócio vem exigindo qualificação dos camponeses, já que, historicamente, a essas populações, foi negada a educação básica. Nesse contexto, o Estado brasileiro tem cumprido o papel de criar o aparato legal e jurídico que garanta a atuação do empresariado na educação.

O Ensino Médio integrado ao Ensino Profissional no campo da região do Baixo Sul da Bahia está a cargo de grupos empresariais, pois, em um município de pouco mais de 13 mil habitantes, a Fundação Odebrecht conduz duas instituições. O PDCIS, enquanto programa territorial, é um aparelho difusor do consenso em torno do projeto de exploração da Odebrecht na região e, como espaço de governança, tem todo o suporte financeiro do Estado para desenvolvimento de suas ações. Fundamentados na Teoria do Capital Humano, a ideologia da empregabilidade, que é a responsabilização do indivíduo por ter ou não um emprego, tem essas escolas como espaço fecundo para o desenvolvimento das atividades empreendedoras, o que, numa perspectiva crítica, permitindo afirmar que as políticas educacionais servem para justificar o desemprego estrutural, pois, num mercado competitivo, sobressairá aquele que conseguir desenvolver personalidade empreendedora, conhecimento e habilidades que ajudam a superar limites e determinar o ritmo de trabalho e valores.

Apesar de a pesquisa não ter dado conta de levantar dados educacionais na região sobre o público, supõe-se duas consequências desse investimento do poder público nas instituições escolares privadas. Primeiro; quando se disponibilizam recursos públicos para as instituições dos projetos,

as demais escolas públicas deixam de ser atendidas, ainda que sejam notórias as péssimas condições de funcionamento das escolas do campo na região. Segundo: essas ações proporcionam um esvaziamento da escola pública, pois as garantias de funcionamento das escolas privadas são melhores e atraem um maior número de educandos.

Os estudos apontam, ainda, uma interligação muito forte entre as empresas e institutos que atuam em vários setores, bem como uma forte influência dos organismos internacionais, que ditam metas a serem cumpridas e orientam esse tipo de parceria com o estado para superação da resolução de problemas.

Os fundamentos da educação praticada pelo empresariado, que, nessa região, centra seus negócios no campo, estão no desenvolvimento das habilidades e competências mínimas para aquisição de novas técnicas e ensino de manejos de novas culturas, de acordo com a cooperativa à qual a escola está interligada. Na replicação do modelo de gestão empresarial nas escolas, é preciso cumprir as metas estabelecidas pelos investidores e difundir a ideologia de que, nesse campo de tantas riquezas e extrema pobreza, dispensam-se conflitos, ocupações de terras, para a resolução dos problemas. É necessária a união de todos: empresas, com sua responsabilidade social; Estado, com políticas públicas coordenadas por essas empresas; e comunidades, aderindo ao projeto e colocando seus filhos para estudarem e aprenderem novas práticas de desenvolvimento.

Nesse projeto estratégico, a educação é fator de aperfeiçoamento, tornando-se, ao mesmo tempo, causa e consequência da pobreza no campo. Dessa forma, as questões ambientais, os direitos sociais negados, a concentração de terra são mascarados, fazendo com que a população acredite que a pobreza existe pela ausência de investimentos na educação; a empresa é colocada no patamar de salvadora porque consegue buscar recursos tanto de entes privados como governamentais para tirar a região desse atraso.

Há um discurso de que o investimento em educação tem produzido capital humano e os fundamentos da TEO estão presentes na fala das pessoas. Termos como “ações sinérgicas”, que implicam o trabalho interligado para produzir os quatro capitais; espírito de servir, discursos proferidos para

levar os funcionários a mais e mais se dedicarem ao trabalho, protagonismo juvenil como tornar o jovem responsável pelo seu futuro aparecem nas mensagens dos governantes em espaços públicos.

Conclui-se que o PDCIS tem atuado como educador para o consenso da população do Baixo Sul ao modelo de desenvolvimento traçado para esta região. Esse aparelho de hegemonia veicula a ideologia da empregabilidade, iludindo a juventude rural.

Vale dizer, também, que a inserção do empresariado na educação não é algo novo. Iniciou-se na reestruturação produtiva, quando passou a ser essencial aumentar a produtividade, a fim de que o Brasil pudesse entrar na concorrência internacional por mercado. Porém, esse modelo ganhou força com o governo Lula concretizando as políticas neoliberais desenhadas no governo anterior.

O PDCIS, que existe desde 2003 na região, apesar do vasto volume de recursos públicos movimentados, não tem cumprido a sua promessa de redução da pobreza. Como horizonte a esse domínio do capital, há uma necessidade de fortalecimento da Educação do Campo, enquanto projeto da classe trabalhadora que luta por um campo livre da exploração do capital, em que a qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado.

Porém, na continuidade dos estudos, há uma necessidade de ir além, buscar, no campo, como isso se configura na prática, tanto nas escolas como nas comunidades de origem desses educandos. Uma questão encontrada foi o processo de declínio do Colégio Estadual Casa Jovem II. Na análise dos dois projetos, o modelo de instituição particular, como é o caso das Casas Familiares Rurais, tem atendido melhor aos anseios da Fundação.

A Fundação Odebrecht pauta seu projeto educacional numa concepção de educação neoprodutivista configurando-se em uma nova versão da "teoria do capital humano", que com a bandeira do "aprender a aprender" orienta as escolas públicas de educação básica de todo o país..

REFERÊNCIAS

- ADAN, C. F. F. **A dinâmica Cultural Contemporânea nos territórios de Identidade do Recôncavo, do Vale do Jequiçá e do Baixo Sul**. Panorama Cultural da Bahia / Superintendência dos Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Salvador, SEI, 2012.
- BAIARDI, A **A Casa Familiar Rural como Instrumento de Desenvolvimento Suatentável**. XLW Congresso do SOBER, Educação para Agricultura do Futuro, Paraná, 2007.
- BITTENCOURT, M. F.L **Contribuição ao Estudo da Formação Profissional na Escola: SENAI 1975-1980**. Campinas, FE- UNICAMP (Tese de doutorado), 1991.
- BORGES, J. P. de A. **Os significados pedagógicos da educação ambiental no contexto do programa despertar**. Itapetinga-BA: UESB, 2014. 126 p. (Dissertação – Mestrado em Ciências Ambientais, Área de Concentração em Meio Ambiente e Desenvolvimento).
- BRESSER-PEREIRA, L. C.. **Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: MARE, Cadernos MARE, n. 1, 1997. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf> >. Acesso em: 10 agosto 2013.
- BRYAN, N. **Educação e Processo de Trabalho: Contribuição ao Estudo da Formação da força de Trabalho no Brasil**. Campinas, FE – UNICAMP (Dissertação de mestrado), 1983. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000046936&fd=y>>. Acesso: 15 abr. 2015.
- CALAZANS, M. J. C. **Para compreender a educação do estado no meio rural (traços de uma trajetória)**. In: THERREIN, Jacque e DAMANCENO, Maria nobre (Orgs). Educação e Escola no campo. São Paulo: Papyrus, 1993, p. 15-40.
- CAMPOS, P. H. **A origem da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras**. IN: Empresas Transnacionais Brasileiras na América Latina: um debate necessário. 1ª ed. Expressão Popular, São Paulo, 2009.
- DESLANDES, S. F. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30 ed. – Petropolis, RJ: Vozes
- DUARTE, N. **As pedagogias do aprender a aprender. E algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento** Revista Brasileira de Educação, Set/Out/Nov/Dez 2001 Nº 18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a04>>. Acesso: 23 jun. 2015.
- FAEB/SENAR. **Meio Ambiente Trabalho e Consumo**, 6ª ao 9ª ano (Programa Despertar). Salvador: SENAR, 2014.

FAEB/SENAR. **Vida e Meio Ambiente – Meio Ambiente Trabalho e Consumo** (Manual do professor). Salvador: SENAR, 2014.

FIGUEIREDO, V.. **Educação em Valores Humanos Aplicado ao Ensino de Geografia: Uma Proposta com Enfoque No Modelo Indiano de Sathya Sai Baba**. UBERLÂNDIA, MG – 2008, monografia.

FISCHER, F. **Baixo Sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial**. Coleção Gestão Social, Salvador, 2007.

FLEXOR, M. H. **O Evolução Histórica do Baixo Sul na Formação da Economia do Recôncavo sul da Bahia**. IN Desenvolvimento Sustentável: a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia – Salvador: CRA – Centro de Recursos Ambientais, 2004.

FRERES, H. A. **A Educação e a Ideologia da empregabilidade: Formando para o (des)emprego**; Ceará 2008, Dissertação.

FRIGOTTO, G. **Efeitos Cognitivos da Escolaridade do SENAI e da Escola Acadêmica Convencional - Uma pedagogia para a classe social?** Rio de Janeiro, julho de 1997.

_____. **Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador. O trabalho como elemento pedagógico na educação profissional**. Caderno de Pesquisa (47) p. 38-45, 1983.

_____. **Educação e Crise do Capitalismo Real**. 3ª ed – São Paulo, Cortez, 1999.

FUNDAÇÃO ODEBRECHT, **Avaliação Integrada: conceitos, convergências, indicadores. Educação Profissional contextualizada**; curso de Educação Profissional em agropecuária, Agronegócio e Agroflorestas Integrados ao Ensino Médio. Salvador, 2013.

_____. **Educar para valores**, 2010. Disponível em: <<http://www.fundacaoodebrecht.org.br/Imprensa/Noticias/Noticia/556/Educar-para-Valores#.U44kMHa04cc>>. Acesso: 03 jun. 2014.

_____. **Educar para a vida**, 2010. Disponível em: <<http://www.fundacaoodebrecht.org.br/Imprensa/Noticias/Noticia/547/Educar-para-a-vida#.U44qjXa04cc>>. Acesso: 03 jun. 2014.

_____. Disponível em: <<http://www.odebrechtonline.com.br/fundacao/40anos/pt/impresao.php?ID=233>>. Acesso: 25 out. 2012.

_____. Disponível em: <<http://www.tributoaofuturo.org.br/tributoAoFuturo.php>>. Acesso: 03 jun. 2014.

_____ Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=db-formas-de-acesso-a-terra>>. Acesso: 22 out. 2012.

_____ Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0Bwcr942W-z-XZHBudEtoTGIINFE/edit?pli=1>>. Acesso: 28 dez. 2014.

GARCIA, A. S. **Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. IN: Empresas Transnacionais Brasileiras na América Latina: um debate necessário.** 1ª ed. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

PROJETO GEOGRAFAR/UFBA. Disponível em <http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=db-formas-de-acesso-a-terra> acessado 22/10/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.

MARTINS. **André Silva. Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo.** 2007.

_____ NEVES L. M. W. *Pedagogia do Capital*. In: FRIGOTTO, G. et al (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.). *A nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar para o consenso.* São Paulo: Xamã, 2005

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, B. (et all). **A desumanização do trabalho e do trabalhador na virada século.** In: Trabalho Necessário, ano 6, n. 6, 2008..

ODEBRECHT, N.. **Educação pelo Trabalho: Tecnologia Empresarial Odebrecht.** 1. ed. Salvador: Odebrecht, 1991.

_____ **Desenvolvimento Sustentável: a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia.** Salvador: CRA – Centro de Recursos Ambientais, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** IN Terra Livre nº 22. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2003.

_____ IN: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro, Caramond, 2010.

PROJETO CAIA NA REDE. Projeto de Inclusão Digital, Casa Familiar Rural de Igrapiúna. Igrapiúna, 2010.

PROJETO PEDAGÓGICO 2012/2014. Colégio Estadual Casa Jovem II.

RAMOS, M. **Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um Percurso Histórico Controvertido**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: outubro, 2015.

RIBEIRO, M. **Educação Rural**. In: FRIGOTTO, G. et al (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde.

RIOS, R. O. **Educação do Campo no Baixo Sul da Bahia: um território em disputa**. Bahia, 2012. Monografia.

_____. **As ações da Fundação Odebrecht na educação pública na região Baixo Sul-Bahia: primeiras aproximações**. IN *Residência Agrária: reflexões e práticas sobre o desenvolvimento camponês*. Org. ALMEIDA, A L 1ª ed. São Paulo, 2015.

RODRIGUES, J. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. 473p.
SEI/BA, *Estatísticas dos municípios baianos*. V. 11. São Salvador: Publicações SEI, 2010.

SENAR. **Despertar um referencial em construção**. Programa despertar. Bahia: SENAR, Salvador, 2009.

SILVA, E. R. **Comunidade negra rural de Lagoa Santa: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra (1950- 2011)**, São Paulo, 2013. Dissertação.

STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TAUTZ, C. (et all). **O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário**. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.